Proletários de todos os países UNI-VOS!

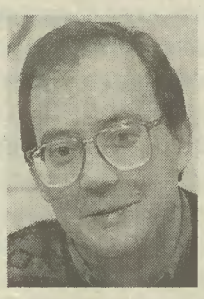
Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Abril de 1999 • Preço: 180$00 (IVA incluído) • N.º 1322 • Director: José Casanova

EM FOCO

A ideologia do fim das ideologias

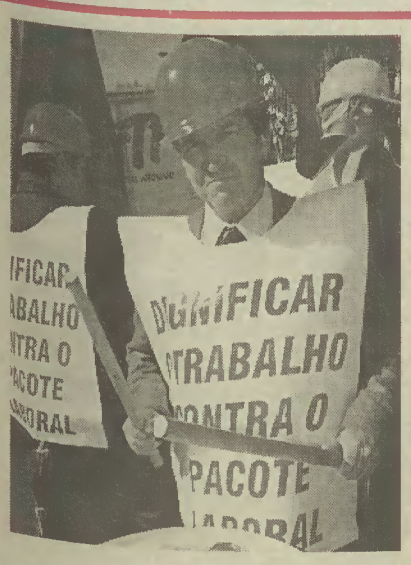


É sobre o pano de fundo da inexistência de valores e interesses diferentes e antagónicos na sociedade que se procura identificar hoje o 25 de Abril como um acto simples de conquista de democracia em que todos de igual modo se reveriam e se identificariam.

■ Jorge Cordeiro Pág. 21

Aritmética para fazer política, e outras coisas da política

■ Sérgio Ribeiro Pág. 24



Contra o Pacote Laboral

Págs. 8 e 9

Muitos milhares em Lisboa

Guerra nos Balcãs

NATO provoca catástrofe humanitária

Págs. 5, 6, 25 e 32

QUEREMOS CRAVOS, ROSAS NÃO!

Centrais — Discurso de Carlos Carvalhas Págs. 18 e 19

Reuniu o Comité Central

Forte intervenção do PCP

Págs. 22 e 23

Cresce a luta dos trabalhadores

Editorial — Isto vai, meus amigos, isto vai

EDITORIAL

6º Congresso da JCP em Almada

«Isto vai, meus amigos, isto vai»

O pacote laboral é uma imagem de marca do governo do engenheiro Guterres: ele espelha de forma iniludível o conteúdo de classe da política de direita e constitui o exemplo mais evidente da sua sujeição aos desejos e às ordens do grande capital. Por isso a forte manifestação da passada quinta-feira, promovida em Lisboa pela CGTP, assume um significado e uma importância particulares. E não apenas pelo facto de ela ter sido antecedida por um decisivo conjunto de greves, paralisações, plenários e outras acções; nem apenas por se ter traduzido numa das maiores acções de massas da última década - mas também, e talvez essencialmente, pelo conteúdo da sua participação, pela circunstância de essa expressão de repúdio pelo pacote laboral ter tido como componente determinante importantes sectores da classe operária, visíveis na presença combativa de milhares e milhares de operários e, o que é mais significativo, de jovens operários. A determinação e a força evidenciadas pelas dezenas de milhar de trabalhadores, confirmam a existência de condições para o prosseguimento, intensificação e alargamento da luta, indispensáveis para que ela seja vitoriosa, contra o pacote laboral. São, ainda, um sinal indiciador do êxito da jornada de luta que vai ser o próximo 1.º de Maio.

A classe operária, cujo desaparecimento fora decretado pelos teóricos das «novas realidades» (as quais, segundo eles, conduziriam à «inutilidade da luta»), afinal existe... E a luta continua. Os encerramentos e as transferências de empresas, os despedimentos, as reformas antecipadas, sem dúvida afastaram do processo produtivo segmentos importantes de uma classe operária experiente, combativa e com elevada consciência política e de classe. Num quadro de alterações profundas no tecido produtivo e com fortes condicionamentos à intervenção organizada dos trabalhadores, entrou no mundo do trabalho e no processo produtivo uma massa enorme de jovens, na generalidade alvos de brutais formas de exploração e com vínculos laborais precários - com o que se pretendia negar-lhes o direito de lutar pelos seus direitos. Só que a acentuação da exploração e o agravamento das condições de trabalho característicos do capitalismo conduzem, inevitavelmente, a uma mais rápida assimilação da consciência de classe - que se adquire e consolida no longo processo de luta contra o inimigo de classe. (A importante vitória da lista unitária nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da Auto-Europa é, nesta matéria, um exemplo a reter.) E, face aos perigos patentes na persistente tentativa do governo do PS de levar por diante gravíssimas alterações às leis laborais, dezenas de milhares de trabalhadores, dos quais emergia destacadamente uma massa significativa e combativa de jovens operários, vieram à rua dizer «não!» ao pacote laboral e à política de direita que o quer impor. Assim mostrando que, como escrevia o Ary, «Isto vai, meus amigos, isto vai».

Dezenas de milhares de trabalhadores, dos quais emergia destacadamente uma massa significativa e combativa de jovens operários, vieram à rua dizer «não!» ao pacote laboral e à política de direita que o quer impor.

A generalidade da comunicação social dominante relegou as notícias sobre a acção de luta da CGTP para um secundaríssimo plano, expresso, mesmo, nalguns casos, num total e profundo silenciamento. Dir-se-á que outros acontecimentos de importância relevante exigiam uma tal ocupação do tempo e do espaço disponíveis que não restava qualquer «aberta» para as notícias referentes à manifestação. Mas a verdade é que o silenciamento ou a menorização de todas as iniciativas de verdadeira contestação da política de direita (e, de uma forma muito especialmente cuidada, as realizações promovidas pelos comunistas) constituem, a par do esforço de branqueamento do governo do PS enquanto executor dessa política, linhas de preocupação permanente dessa comunicação social. Os famosos «critérios jornalísticos», as celebérrimas «opções informativas» e o não menos famoso «conceito de pluralismo informativo» são os pilares fundamentais da liberdade de desinformação em vigor em grande parte dos órgãos ditos de informação.

É na base destes «critérios», «opções» e «conceitos» que, por exemplo, se esconde da opinião pública a importante realização que foi o Congresso da JCP - manifestação vibrante de determinação para a luta, de lucidez política, de entusiasmo e alegria juvenis e de disponibilidade revolucionária dos jovens comunistas; que se ignoram as centenas de iniciativas comemorativas do aniversário do PCP e a realização de um número considerável de Assembleias de Organização (as quais, se fossem divulgadas, dariam a verdadeira imagem da força e da vitalidade do Partido); que se oculta a declaração do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, sobre a agressão à Jugoslávia pela NATO com o acordo do Presidente da República e o apoio activo do governo do PS; que se silencia o apelo à participação na manifestação contra a agressão da Nato à Jugoslávia e contra a postura de marionete do imperialismo assumida pelo governo do engenheiro Guterres.

E é à mesma luz e, neste caso, procedendo ao escandaloso branqueamento das responsabilidades do Governo, que se procede à abordagem do escândalo da Universidade Moderna, da crise político-institucional visível na área da Justiça, da posição de subserviência face aos ditames do governo norte-americano em relação à Jugoslávia. É ainda neste quadro de desinformação que é abordada a profunda crise existente no PSD e no PP (que levou ao esfrangalhamento da AD), e que se lança a campanha do chamado «novo fôlego» com a qual se pretende esconder que PSD e PP, antes mais ou menos juntos, agora mais ou menos separados, não constituem alternativa ao PS nem no plano eleitoral nem no plano da política defendida. E há-de ser visando objectivos semelhantes que a comunicação social, meticulosa no que toca ao silenciamento das actividades do PCP, nos mostra, em lugar de destaque, as actividades eleitoralistas dos candidatos do chamado Bloco de Esquerda às próximas eleições - candidatos que, como era previsível, cansados de tanto não lutar, começaram agora a aparecer, descansados, em tudo quanto é manifestação, em tudo quanto é, como eles dizem, «formas de luta ultrapassadas e gastas» - continuando a guardar bem guardado o segredo sobre as formas de luta não ultrapassadas nem gastas e fazendo lembrar aqueles pássaros preguiçosos que põem os ovos em ninho alheio. Passando do estado de horizontalidade de política para a ribalta político-mediática, estes elementos da «esquerda descansada» voltarão a sentar-se após as eleições. Cansados. Descansados.

RESUMO

24 Quarta-feira

Jorge Sampaio recebe os partidos parlamentares para recolher opiniões sobre a situação nas polícias ■ Vera Jardim esclarece que as fugas de informação, respeitantes ao «caso Moderna», estão na base da demissão do director da PJ, Fernando Negrão ■ No Dia do Estudante, alunos do secundário e do superior manifestam-se pela qualidade do ensino em Portugal ■ NATO ataca alvos militares na Jugoslávia ■ O PCP e o deputado do PS Manuel Alegre criticam operação militar da NATO, ao mesmo tempo que a Rússia e a China se manifestam contra o ataque, feito sem aprovação prévia das Nações Unidas ■ Conselho de Ministros dos Quinze designa Romano Prodi para presidente da Comissão Europeia ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, anuncia que só permite reuniões de Xanana Gusmão com timorenses em Jacarta ■ Câmara dos Lordes considera que Pinochet pode ser extraditado para Espanha.

25 Quinta-feira

A Assembleia da República aprova por unanimidade dois projectos de lei do PCP e do PS que proíbem a discriminação racial ■ Trabalhadores participam na manifestação convocada pela CGTP-IN em Lisboa contra o Pacote Laboral ■ Paulo Portas exige, num programa na SIC, cimeira urgente com Marcelo Rebelo de Sousa, ameaçando com ruptura da AD ■ Aviões e navios da NATO continuam a atacar a Jugoslávia ■ Atenas condena os bombardeamentos da NATO.

26 Sexta-feira

Marcelo Rebelo de Sousa põe termo à AD, demite-se e assume responsabilidade por erro da coligação com o PP ■ Paulo Portas presta declarações na PJ sobre o «caso Moderna» ■ Vera Jardim anuncia o nome de Luís Bonina para director-geral da Polícia Judiciária ■ Ao abrigo da Agenda 2000, Portugal vai receber aproximadamente 1,8 milhões de contos de fundos comunitários por dia ao longo dos próximos sete anos ■ No terceiro dia de ataques na Jugoslávia, aumenta a contestação aos bombardeamentos por toda a Europa ■ OSCE reduz o número de observadores na Macedónia ■ O ministro do Interior da Alemanha contacta os seus homólogos para se prepararem para um possível afluxo de refugiados do Kosovo ■ Nelson Mandela despede-se do Parlamento sul-africano.

27 Sábado

Começa em Almada o 6.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa sob o lema «JCP em luta pelo futuro» ■ Vários presidentes de distritais do PSD encontram-se para debater a situação actual do partido ■ Paulo Portas mantém-se como líder do PP e será o candidato do partido às eleições do Parlamento Europeu ■ Aumentam na Europa os protestos contra os bombardeamentos da NATO ■ Ieltsin escreve a Milosevic, condenando os ataques da NATO e exprimindo o seu apoio ao povo da Jugoslávia ■ Na capital do Paraguai confrontam-se adeptos do Presidente e pessoas que exigem a sua destituição.

28 Domingo

Carlos Carvalhas intervém na sessão de encerramento do 6.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa ■ Durão Barroso apresenta a sua candidatura à liderança do PSD ■ Alain Richard, ministro da Defesa francês, anuncia que estão quase a atingir os objectivos propostos «no enfraquecimento do aparelho militar sérvio» ■ Bombardeamentos da NATO atingem directamente áreas residenciais ■ Milosevic congratula-se com a unidade entre militares e população civil ■ Em Belgrado, apesar dos ataques, centenas de sérvios deslocam-se ao local onde foi abatido um avião F-117 para assistirem a um concerto ■ O Presidente do Paraguai renuncia, pressionado pela oposição, pela Igreja e pelos EUA.

29 Segunda-feira

Em frente à embaixada dos EUA em Lisboa, milhares de pessoas manifestam-se contra os bombardeamentos da NATO ■ Várias distritais do PSD apoiam Durão Barroso, enquanto Alberto João Jardim se afirma contra esta candidatura ■ António Guterres encontra-se com primeiro-ministro checo, manifestando-se ambos solidários com a NATO ■ A Presidência da União Europeia afirma que é preciso respeitar os direitos humanos no processo de Timor-Leste ■ Começam no Ruanda as primeiras eleições.

30 Terça-feira

Carlos Carvalhas exige operação «mãos limpas» após reunião do Comité Central ■ António Guterres, em visita oficial à Bulgária, garante unir esforços para este país não ser excluído do processo de alargamento da NATO e da UE ■ Milosevic concorda em reduzir as tropas no Kosovo desde que os ataques terminem, mas Clinton, Schröder e a NATO rejeitam a proposta ■ Brasil dá asilo a Raul Cubas, ex-presidente do Paraguai.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 – 196 Lisboa . Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 – 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social Nº 102235

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, — 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/ 815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/ 815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 8 100$00;
25 números: 4 200$00

EUROPA
50 números: 28 600$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 46 100$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 33 850$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
_____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt Web: http://www.pcp.pt

ACTUAL

O castigo da diferença

Não resistimos ao impulso de felicitar o «Público» por mais um notável período em que voltou a exibir a inexcedível atenção com que acompanha as actividades e tomadas de posição do PCP e a forma insuperável como propicia aos seus leitores uma informação equilibrada e pluralista sobre as diversas forças políticas nacionais.

Com efeito, neste domínio o «Público» não estará sozinho mas está imbatível.

Se não vejamos: na sexta-feira, declaração especial de Carlos Carvalhas sobre a guerra contra a Jugoslávia com um apelo ao Presidente da República para uma rectificação da posição portuguesa. No «Público» de sábado, zero!

Também na sexta-feira, comunicado do PCP sobre os resultados da Agenda 2000. No «Público» de sábado, zero!

No sábado, primeiro dia dos trabalhos do Congresso da JCP, acontecimento que muito deveria interessar e excitar um jornal sempre tão atento aos cabelos grisalhos e brancos nas iniciativas do PCP. No «Público» de domingo, zero !

Ainda no sábado, declarações de Carlos Carvalhas na visita à Ovibeja. No «Público» de domingo, zero!

No domingo, encerramento do Congresso da JCP com intervenção de Carlos Carvalhas. No «Público» de segunda-feira, palmas por que não foi zero, antes foram umas linhas sobre a guerra pelo meio de uma peça sobre o tema (finalmente, com muitos dias de atraso, o «Público» descobriu que o PCP condena o ataque da NATO).

Na terça-feira, Carlos Carvalhas divulga conclusões da reunião do Comité Central do PCP. No «Público» de quarta-feira, zero!

Sinceramente, seria tudo mais transparente, mais decente e mais sério se o «Público» passasse a incluir todos os dias na sua primeira página uma barra onde avisasse os leitores de que «A DIRECÇÃO DESTE JORNAL GOSTARIA QUE O QUADRO PARTIDÁRIO SE RESUMISSE AO PS, AO PSD E AO CDS-PP. E, SEMPRE QUE PODE, AGE EM CONFORMIDADE.»

É claro que, se bem calculamos, a explicação que alguns adiantarão é que tudo isto foi o inevitável resultado do casamento dos famosos «critérios jornalísticos» com *«os dias alucinantes»* de que veio falar Prado Coelho no «Público» de segunda-feira, a respeito do que chamaríamos a morte matada da AD.

O pior é que temos boas razões para desconfiar que «os dias alucinantes» não só têm as costas largas como se arriscam a ter semeado duradouras alucinações.

Só isso é que pode explicar que magotes de comentadores e jornalistas começassem logo a qualificar Durão Barroso como o novo *«líder da oposição»* (?!!!), assim repetindo tontamente a mais rematada parvoíce e falsidade política dos anos 90 em Portugal.

E só as alucinações é que podem também explicar que quem estava apostado na grande (mas falsa) dramatização do «confronto PS-AD», tivesse rapidamente feito a agulha para o facto consumado, inventando que, agora sim, é que vai haver um autêntico duelo ao pôr do sol entre PS e PSD.

Quando a verdade é que, pura e simplesmente, tendo perdido o cão com que, até Outubro, queriam caçar na coutada da pretensa «bipolarização», agora não têm outro remédio senão caçar com gato.

Tudo visto, o que sobra é a evidência de que, em dias alucinantes e de alucinação, ai dos que têm juízo. São os primeiros a ser castigados. Porque fazem demasiada diferença.

■ **Vítor Dias**

A segunda tentativa...

O desfazer da AD, a demissão de Marcelo Rebelo de Sousa e a rápida abertura do processo sucessório do líder do PSD, para além dos pormenores picarescos de que se revestiu, representa uma fragorosa e antecipada derrota do plano cuidadosamente elaborado e posto em marcha pelos partidos da direita para assegurarem o regresso ao poder.

Há quem se impressione e tire o seu chapéu à "limpeza" com que os responsáveis do PSD se descartaram, nesta fase, de um aliado que lhes fazia perder apoios em sectores democráticos da sociedade. E quem se mostre embevecido perante a capacidade do PSD de trocar de líder e de táctica eleitoral, com a mesma facilidade de quem muda de camisa.

Num registo na área das "ciências políticas" não faltará quem, com realismo, destaque igualmente que a força das organizações se mede também pela capacidade de exprimirem publicamente as diferentes opiniões que existem no seu seio, mantendo em aberto as diversas variantes tácticas, a serem seguidas de acordo com a sorte das circunstâncias.

Para os que, como os marxistas, estão familiarizados com os conceitos de estratégia e de táctica, a operação que o principal partido da direita desencadeou na última semana comporta, evidentemente, uma leitura muito clara.

Mudança ao nível táctico com a substituição de uma coligação desacreditada e antecipadamente votada ao fracasso, por um "novo fôlego" mediático, susceptível de mobilizar e de alargar a base eleitoral do PSD. Em nome, exactamente, da mesma política e do rumo estratégico que inalteravelmente continua a nortear a direita: regressar ao poder.

Esboroada assim a primeira tentativa da direita, isto significa que vamos ter agora pela frente a segunda.

E a continuação do mesmo combate essencial pela afirmação política e pelo reforço das posições do PCP e da CDU.

■ **Edgar Correia**

Foto: Sérgio Morais

Cravos! — *rosas não...*

AMEAÇA
a todos os povos

A agressão dos EUA, sob a capa da NATO, à Jugoslávia, constitui uma perigosa escalada da superpotência hegemónica para impor pela força das armas a sua "Nova Ordem". O **povo jugoslavo** (deliberadamente desmembrado desde há anos) é agora a vítima primeira e directa dos bombardeamentos brutais e do que ameaça seguir-se. Mas a ameaça é também dirigida **contra os seus próprios parceiros-aliados europeus da NATO**, como claro aviso: "quem manda na Europa somos nós, EUA, e vocês têm que obedecer ao que nós decidimos". O aviso vai também para leste, claramente **contra a Rússia**, já cercada pelo alargamento crescente da NATO: a estratégia da desintegração, que já desmembrou a URSS, pode ser activada para fazer estalar a Federação Russa, se necessário com a intervenção militar "humanitária" do gendarme mundial. E as recentes iniciativas dos EUA para a militarização do Japão e das forças mais reaccionárias de Taiwan, **visam a China, mas também a Ásia, incluindo Japão, Coreia, etc.** Já na **África** os EUA estão agindo há muito, ainda a coberto dos seus fantoches. Na **América Latina**, os EUA não deixaram de considerá-la como o seu "quintal", e a brutal política contra Cuba, tal como as invasões de Granada, do Panamá, a subversão e massacres na Nicarágua, Salvador, etc., lembram constantemente a toda a América Latina que os *USA* são aí o *boss* que não admite contestação. A "Nova Ordem" imperial dos EUA é uma ameaça global a todos os povos do mundo.

As ferozes **guerras económicas** que os EUA vêm entretanto a agudizar (guerras das bananas, da carne, dos transgénicos, do aço, da aviação, das telecomunicações, da finança, etc.) para refazer o seu domínio económico em decadência e, simultaneamente, suster a crise económica em desenvolvimento, que ameaça fazer implodir os próprios EUA - estão também no pano de fundo da actual ofensiva bélica dos EUA, que, não por acaso, decidiu há meses fazer subir em flecha o seu orçamento militar e retomar o programa da *guerra das estrelas*.

A barragem de **intoxicação mediática da opinião pública** mundial, com os *media* dominados pelo poder económico e tecnológico dos EUA e a cumplicidade de lacaios às ordens e "intelectuais" sem escrúpulos, foi já mil vezes desmascarada nas suas mentiras, provocações e "álibis" ideológicos. Mas continua a funcionar em grande força, de modo massacrante, para justificar o injustificável e desviar a atenção das questões mais decisivas.

Não há qualquer "acordo" de Rambouillet: só a delegação jugoslava aceitou os 10 princípios decididos pelo Grupo de Contacto; depois os EUA cozinharam com os terroristas da UÇK um texto que violava aqueles 10 princípios e pretenderam impô-lo, sem negociação e sob a ameaça das bombas, à outra parte. A Jugoslávia estava e está disposta a negociar um acordo, prevendo larga autonomia para o Kosovo, no respeito pelo direito internacional, a soberania e integridade do seu Estado, e os direitos de *todas* as minorias étnicas que vivem no Kosovo. São os EUA e os terroristas da UÇK que o não querem, mas sim a criação de um Estado étnico "independente", em caminho para incorporação na Grande Albânia, com a instalação de 30.000 militares da NATO no terreno. Um "protectorado" como foi imposto à Bósnia, onde o *vice-rei* Westendorp, forte doutros 30.000 militares da NATO aí estacionados, se permite "demitir" o Presidente eleito da República Sbrska, e o "mediador" americano "decide" deitar às urtigas o acordo de Dayton e "criar" uma 3.ª entidade em Brcko, cortando a RS em 2 partes...

De acordo com o Art.º 53, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas, "nenhuma acção coerciva será levada a cabo em virtude de acordos regionais ou por organismos regionais [p. ex. NATO] sem autorização do Conselho de Segurança" - que iniludivelmente não foi dada e nem sequer pedida. E o parág. 4 do Art.º 2.º da Carta da ONU - "os membros da organização abstêm-se, nas suas relações internacionais, de recorrer à ameaça ou ao emprego da força" - tem sido sistematicamente violado. Quem está fora da lei são os EUA e os seus parceiros da NATO, que se curvaram servilmente ao brutal *"posso, quero e mando"* ianque.

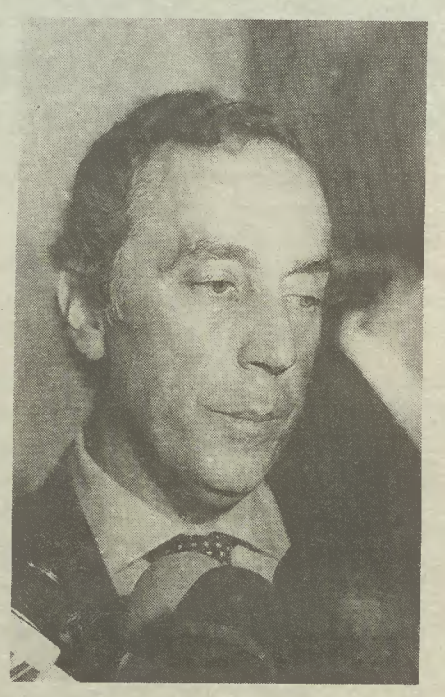
Por todo o mundo, países e povos se têm manifestado energicamente contra a agressão à Jugoslávia, por negociações sérias e sem ameaças. **O protesto não vai parar**. É uma questão de vida ou de morte, de paz ou de guerra. E há-de obrigar governantes, que ignoraram inclusive os seus deveres democráticos e interesses nacionais, a demarcar-se desta descarada agressão e violação do direito e segurança internacional.

■ **Carlos Aboim Inglez**

SEMANA

Marcelo «derruba» AD e demite-se da chefia do PSD

Marcelo Rebelo de Sousa convoca de surpresa os órgãos de Comunicação Social para tornar pública uma dupla decisão: a retirada do seu partido da coligação conhecida por «Alternativa Democrática» (AD), que ele próprio organizara com o PP, e a sua demissão do cargo de presidente do PSD. A justificação apresentada para o rompimento da AD foi uma entrevista de Paulo Portas dada na noite anterior à estação televisiva da SIC onde, segundo Marcelo, o líder do PP havia feito inconfidências públicas sobre conversas privadas entre ambos, pelo que lhe retirava a confiança política e desfazia o «negócio» da AD. Quanto à sua demissão do cargo de presidente do PSD, Marcelo justificou-a pela «assunção das suas responsabilidades», dado que fora ele a promover, conduzir e impor ao seu partido a aliança política com o PP. No mesmo dia em que Marcelo Rebelo de Sousa tomou estas decisões (sexta-feira passada), Paulo Portas prestava declarações na Polícia Judiciária sobre os seus rendimentos e ligações à Universidade Moderna, actualmente alvo de uma investigação a fundo da PJ num escândalo que, alegadamente, envolverá desvios avultados de dinheiros, branqueamento de capitais e outras suspeitas graves.



Imediatamente após estes bombásticos anúncios feitos por Marcelo Rebelo de Sousa, a sua grande apoiante, Leonor Beleza, tomou a iniciativa e afirmou também duas coisas: que continuava disponível para encabeçar a lista do PSD ao Parlamento Europeu e que sugeria Durão Barroso para substituir Marcelo Rebelo de Sousa na presidência do partido, influenciando assim, e de imediato, a evolução da crise no PSD.

Durão Barroso propõe-se para novo presidente do PSD

Menos de 48 horas depois de Marcelo Rebelo de Sousa ter apresentado a sua demissão do cargo de presidente do PSD, Durão Barroso torna pública a sua disposição em ocupar o lugar do líder. Este anúncio colheu, aparentemente, apoios entre as diversas organizações do PSD e teve como única oposição de vulto a reacção de Pedro Santana Lopes que, mau grado ter recentemente afirmado que «abandonara a política», saltou de imediato para criticar esta «substituição à pressa» do líder e reivindicando, para tal, a realização de um congresso extraordinário. Todavia acabou, pouco depois, por esmorecer os protestos, declarando que não se iria «candidatar» agora ao cargo ou competir com Durão Barroso.

As «falas» desencontradas de Jaime Gama e Guterres

No início desta semana o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, afirmou em Berlim que «não está na ordem do dia nem em cima da mesa» a eventual participação de Portugal num contingente de tropas terrestres da NATO para o Kosovo, em caso de agravamento do conflito, sublinhando que a participação portuguesa no conflito se manterá ao nível actual, enquanto o Primeiro-Ministro, António Guterres, afirmava algo bastante diferente em Praga, onde se deslocou em visita oficial, anunciando, nomeadamente, que o seu Governo tem «em preparação um contingente militar para participar numa força de paz no Kosovo». A discrepância entre os dois governantes foi assinalada pelo *Diário de Notícias*, cruzando as notas de reportagem enviadas pelos repórteres que acompanharam as deslocações destes dois importantes membros do Governo.

Supremo britânico recusa Habeas Corpus *a Pinochet*

O Supremo Tribunal britânico recusou o *Habeas Corpus* apresentado pelos advogados de defesa do ditador chileno Augusto Pinochet, invocando a necessidade de dar ao ministro do Interior, Jack Straw, o tempo que este considerar necessário para tomar a decisão de o extraditar, ou não, para Espanha. Tanto o pedido de *Habeas Corpus* dos advogados de Pinochet como a sua recusa pelo Supremo Tribunal tiveram como origem a sentença proferida a semana passada pelo tribunal dos Lordes que, por um lado, recusou a imunidade diplomática a Pinochet mas, por outro, reduziu a sua imputabilidade aos crimes cometidos apenas a partir de 1988, invocando, para isso, o facto de os crimes de tortura e conspiração para torturar apenas serem considerados como tal, na democrática Grã-Bretanha, desde 1988, pelo que esses crimes perpetrados antes dessa data (que constituíam o grosso das acusações do juiz espanhol Baltazar Garzon) não podiam ser considerados. Esta sentença, pretensamente salomónica, não apenas deixou a nu a própria Justiça britânica, expondo-lhe o bárbaro atfaso de só a partir de 1988 (há pouco mais de 10 anos) ter passado a considerar a tortura um crime, como deu alento aos defensores do ditador para tentarem a sua libertação através do *Habeas Corpus*. Mas a atitude de Pilatos das altas magistraturas britânicas neste caso continua, com a referida recusa de libertação do ditador contrabalançada pela drástica redução legal da matéria acusatória e, decorrentemente, a fragilização do espaço de manobra do ministro do Interior, Jack Straw, para tomar a decisão definitiva sobre a extradição, ou não, do monstro que afogou em sangue a democracia chilena.

Eleições europeias para 13 de Junho

O Presidente da República, Jorge Sampaio, assinou esta semana o decreto que marca a realização das eleições para o Parlamento Europeu para o próximo dia 13 de Junho. A marcação foi feita pelo Chefe de Estado após uma auscultação a todos os líderes partidários, que foram unânimes na concordância com esta data. Recorde-se que os cabeças de lista já anunciados para estas eleições são Ilda Figueiredo, pelo PCP, Mário Soares, pelo PS, Leonor Beleza, pelo PSD, Miguel Portas, pelo Bloco de Esquerda, e Paulo Portas pelo PP. Quanto às próximas eleições legislativas ainda não há data marcada, embora o *Diário de Notícias* julgue saber que poderão ser convocadas pelo Presidente da República para finais de Setembro.

Paraguai em ebulição e Presidente demite-se

Raul Cubas, presidente do Paraguai eleito em 1997, apresenta a sua demissão após pressões diversas que mobilizaram contra si a oposição interna, a Igreja Católica e os EUA. Cubas estava a ser alvo de um processo de demissão pelo Senado, sendo imediatamente substituído pelo presidente deste órgão, Luis Gonzalez Macchi, um advogado de 53 anos que, na peculiar ênfase latino-americana, prometeu logo que «a violência acabou, tal como o medo e as perseguições», deixando «claro» que «a impunidade chegou ao fim». Mas se há coisa que não chegou ao Paraguai foi a clareza. Cubas iniciou o seu mandato com um acto fatal ao libertar o general golpista Lino Oviedo, seu «mentor político» condenado a 10 anos de prisão por uma tentativa de golpe de Estado em 1996 para derrubar o presidente Juan Carlos Wasmosy, na altura alvo de contestação generalizada e uma greve geral. Falhado o golpe, Oviedo toma a liderança do Partido Colorado, há mais de quatro décadas no poder, mas entretanto foi condenado a 10 de prisão, avançando assim, em 1997, a candidatura presidencial do seu «protegido» Raul Cubas, cujo primeiro acto presidencial foi libertar o seu émulo, o que acabou nesta demissão forçada. Entretanto, por trás de todas estas convulsões continua a pairar a sombra do ditador Alfredo Stroesser e a oligarquia que o apoia.

Sismo na Índia

Um violento sismo (6,8 na escala de Richter) atingiu dramaticamente o Norte da Índia, destruindo várias aldeias perto dos Himalaias, várias delas completamente soterradas por deslizamento de terras. A região de Chomali, a mais próxima do epicentro, ficou destruída em 90%, com o arrasamento total de, pelo menos, 119 localidades. Já foram apuradas 91 vítimas mortais, mas as previsões das autoridades que estão a acorrer à tragédia são muito mais dramáticas, dada a quantidade de povoações literalmente soterradas ou devastadas. Este sismo foi o mais violento registado este século nesta região, que fica próximo das fronteiras com a China e o Tibete.

FRASES

«Não sou pide nem bufo e, portanto, não tenho de desconfiar da riqueza dos outros.»

(Paulo Portas, respondendo se não tinha desconfianças face aos sinais de riqueza dos dirigentes da Universidade Moderna, citado pelo *Público*, 26.03.99)

«Um líder de um partido, de uma coligação, se acredita, mesmo nessa coligação, e não quer provocar a sua ruptura, tem de saber resistir psicologicamente, tem de saber resistir à tentação de resolver problemas internos, tornando-os externos, lançando-os na praça pública.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, referindo-se a Paulo Portas, *Público*, 27.03.99)

«Houve uma excessiva pessoalização da AD, que foi assente entre os seus líderes.»

(Maria José Nogueira Pinto, *Público*, 27.03.99)

«Se a solução depender de mudanças rápidas e estruturais nos partidos, isto é, no quadro de congressos, é fundamental que esses mesmos congressos mudem na essência aquilo que está mal e não se fique pelas mudanças de aparência.»

(Francisco Peixoto, deputado do CDS-PP, *Público*, 27.03.99)

«É tempo de não ter pressa. É tempo de não querermos que os mesmos decidam da mesma maneira que tão maus resultados deu. O PSD não pode continuar com os mesmos.»

(Pedro Santana Lopes, *Público*, 28.03.99)

«Não há razões para alterar uma vírgula à estratégia definida em Braga» (no congresso de 1998).

(Luís Nobre Guedes, falando em nome da comissão directiva do PP, *Público*, 28.03.99)

«Pela televisão Portas matou Marcelo e pela televisão Marcelo matou Portas»

(Miguel Gaspar, *Diário de Notícias*, 29.3.99)

«O caso Universidade Moderna despoletou tudo isto. Ainda antes de alguém ter sido constituído como arguido neste processo, já caíram o director da Judiciária, os fiscalizadores do SIS, a AD e o líder do PSD»

(António José Teixeira, *Diário de Notícias*, 27.3.99)

INTERNACIONAL

Guerra nos Balcãs

NATO provoca catástrofe humanitária

Centenas de milhar de refugiados, um número indeterminado de mortos e feridos, destruições em massa, radicalização de posições - este o trágico balanço de uma semana de bombardeamentos contra a Jugoslávia, sem que se vislumbre qualquer solução para o conflito.

Enquanto a NATO anunciava o reforço da sua esquadra de aviões para a continuação dos ataques, a Rússia punha em marcha uma iniciativa diplomática visando «pôr termo imediato» aos bombardeamentos. O primeiro-ministro russo, Yevgeny Primakov, viajou anteontem para Belgrado acompanhado do ministro da Defesa, Igor Sergeyev, no que a generalidade dos observadores considera uma «missão impossível».

Entretanto, em Washington, Londres, Bona e Paris, os chefes de Estado e de governo das principais potências da NATO procuraram nos últimos dias convencer as opiniões públicas dos respectivos países, bem como sérvios e kosovares, que os ataques em massa contra a Jugoslávia têm «objectivos humanitários».

Rejeitando liminarmente qualquer responsabilidade dos ataques na radicalização de posições, exacerbamento de nacionalismo e intensificação dos confrontos entre independentistas do Kosovo e sérvios, os responsáveis da Aliança Atlântica esgrimem o drama dos refugiados como pretexto para a continuação da guerra. O absurdo vai ao ponto de não se admitir que os próprios ataques, por mais «humanitários» que digam ser, provocam o êxodo das populações que pretensamente estariam a ser defendidas mas que efectivamente estão sob as bombas e lhes sofrem as consequências. A capital do Kosovo, Pristina, tem sido um alvo preferencial da NATO, cujas «operações cirúrgicas» se sabe, desde o Iraque, deixarem muito a desejar. Mesmo que assim não fosse, que população dormiria descansada e levaria uma vida normal num país ou numa região paralisada e devastada pela guerra, com bombas a cair na casa do lado, na rua em frente, na esquina mais próxima?

Os apelos de kosovares e albaneses à continuação dos ataques que flagelam tanto sérvios como kosovares chega a ser obsceno. Tal como na fábula de Salomão, em que duas mulheres reivindicam a maternidade de uma criança, a verdadeira mãe não é certamente a que aceita que o filho seja dividido ao meio, mas a que prefere mantê-lo vivo. Ao recusarem a divisão do país e advogarem uma solução política para o Kosovo, o que só será possível com o fim dos ataques, os sérvios estão a tentar manter vivo o seu país. Desde quando isso se tornou um crime?

A guerra contra a Jugoslávia visa amputar um Estado soberano de uma parte do seu território, de inegável importância histórica. A catástrofe humanitária que hoje se regista na região tem nos EUA e nos seus aliados da NATO os principais responsáveis. É urgente pôr fim à guerra. Por razões humanitárias, sem hipocrisias.

■ AF

Delegação do PCP na manifestação de protesto junto à embaixada dos EUA em Lisboa, na segunda-feira, convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação

PCP exige fim dos ataques à Jugoslávia

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, divulgou sexta-feira uma declaração reclamando o fim imediato dos bombardeamentos da Jugoslávia e apelando ao Presidente da República e ao Governo para uma urgentíssima reponderação da posição assumida por Portugal no conflito no Kosovo. Silenciada pela generalidade dos órgãos de informação, a declaração, que a seguir se transcreve no essensial, apelava ainda à participação na manifestação convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), que na passada segunda-feira reuniu mais de duas mil pessoas junto à embaixada dos EUA em Lisboa.

O PCP reafirma a sua firme condenação aos bombardeamentos contra a Jugoslávia, considerando-os da maior gravidade para a paz nos Balcãs e na Europa.

Estamos firmemente convencidos que as reservas ou a oposição a este ataque militar da NATO contra a República da Jugoslávia, e ao respectivo envolvimento de Portugal, não conhecem fronteiras partidárias.

E estamos sobretudo firmemente convencidos que muitos portugueses que se identificam com o PS sentirão uma grande mágoa e indignação perante o tristíssimo facto de ser, por decisão e responsabilidade de um governo do PS que, 25 anos depois do 25 de Abril que nos trouxe a paz, militares portugueses são directamente envolvidos na agressão armada a um país soberano do nosso continente.

Ao contrário do que todo o comportamento do Governo indicou, não é uma pequena coisa que, 54 anos decorridos sobre o fim da II Guerra Mundial, os Estados Unidos e um conjunto de Estados europeus desencadeiem, em solo europeu, acções de guerra contra um Estado soberano.

E, ao contrário do que também todo o comportamento do Governo testemunhou, **não é um simples assunto de administração corrente a grave decisão de envolver Portugal e as suas Forças Armadas numa operação de indiscutível agressão militar** que, sem contestação possível, faz tábua rasa de elementares princípios do direito internacional e representa uma descarada ultrapassagem e marginalização da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Europeia de Cooperação e Segurança (OSCE).

O primeiro-ministro deve explicações públicas ao País e não se pode refugiar em actos pios ou em expressões jesuíticas. Deve explicar por que é que Portugal, País soberano – e o facto de ser membro da NATO não o obrigava – alinhou nesta agressão, à margem da ONU e do direito internacional, por que é que a Assembleia da República não foi chamada a debater e a tomar uma posição, e em que é que a chamada «tragédia humanitária» do Kosovo é mais grave do que a «tragédia humanitária» dos curdos na Turquia, dos timorenses em Timor, dos irlandeses na Irlanda, dos angolanos em Angola, dos palestinianos na Palestina.

Pela nossa parte, reiteramos a nossa forte reclamação do **fim imediato dos bombardeamentos da Jugoslávia que, além do mais, não oferecem qualquer perspectiva de solução dos problemas políticos efectivamente existentes, e só podem desestabilizar perigosamente toda a região balcânica, causar escusados sofrimentos às populações e pôr em causa uma solução política.**

Mas nesta hora, o que sobretudo queremos é dirigir um **premente apelo ao Presidente da República**, para que proceda **a uma urgentíssima reponderação da posição assumida por Portugal, retirando-se desta criminosa agressão, e para que, juntamente com o primeiro-ministro, empenhe os seus esforços nas instâncias internacionais, designadamente na NATO e na União Europeia, no sentido de se pôr fim aos bombardeamentos e regressar a uma negociação política séria.**

Os compromissos maiores e mais sagrados de Portugal têm de ser com o que é mais justo e humano, ou seja, com a necessidade de pôr fim ao inútil mas trágico derramamento de sangue e perda de vidas, e de salvar a paz numa conturbada região da Europa.

Portugal não se prestigia com uma postura subserviente e de cego alinhamento face aos ditames dos Estados Unidos.

E aqueles que na União Europeia tanto aspiram a que esta tenha uma voz forte e autónoma na cena mundial deviam reflectir sobre o vexame de, no próprio dia em que os chefes de Estado e de governo se reuniam em Berlim, fora dos seus países, os Estados Unidos tenham imposto os bombardeamentos a um país soberano.

A nova atitude que hoje reclamamos do Presidente da República e do primeiro-ministro prestigiaria Portugal, aos olhos dos próprios portugueses e de milhões de outros cidadãos europeus, que seguem os dramáticos acontecimentos em curso com profunda preocupação e angústia.

E, finalmente, dirigimos também um forte apelo a todas as organizações de massas e a todos os cidadãos, independentemente das suas simpatias partidárias e opções ideológicas, para que, no exercício das liberdades conquistadas com o 25 de Abril, intervenham com a sua própria voz e iniciativa, pelo fim dos actos de guerra contra a Jugoslávia, pelo fim da participação portuguesa na agressão em curso, pela paz e pela pacífica convivência entre os povos dos Balcãs.

Destroços do avião F 117 norte-americano abatido na Jugoslávia

Guerra nos Balcãs

Protestos em todo o mundo

A intoxicação da opinião pública levada a cabo de forma sistemática pela generalidade dos órgãos de informação no período que precedeu o desencadear da guerra contra a Jugoslávia criou a ideia de que a «comunidade internacional» estava de alma e coração com a «necessidade» de «dar uma lição» a Milosevic para o forçar a aceitar a «paz» no Kosovo.

Uma semana de ataques contra território jugoslavo veio afinal demonstrar que, longe do pretendido consenso, muitas e diversificadas são as vozes que estão contra esta nova e perigosa aventura belicista no coração da Europa.

A opinião pública e a comunidade internacional - as propriamente ditas e não as fabricadas ao sabor das conveniências - reagiram com manifestações de protesto contra os EUA e a NATO um pouco por todo o mundo. O silenciamento dessas iniciativas ou as tentativas de as desvalorizar, atribuindo-as a «agitadores sérvios» ou «aos suspeitos do costume» (forças de esquerda, movimentos pacifistas...), provam apenas que a «guerra» mediática é cada vez mais um factor determinante para o sucesso das políticas que se pretendem impor.

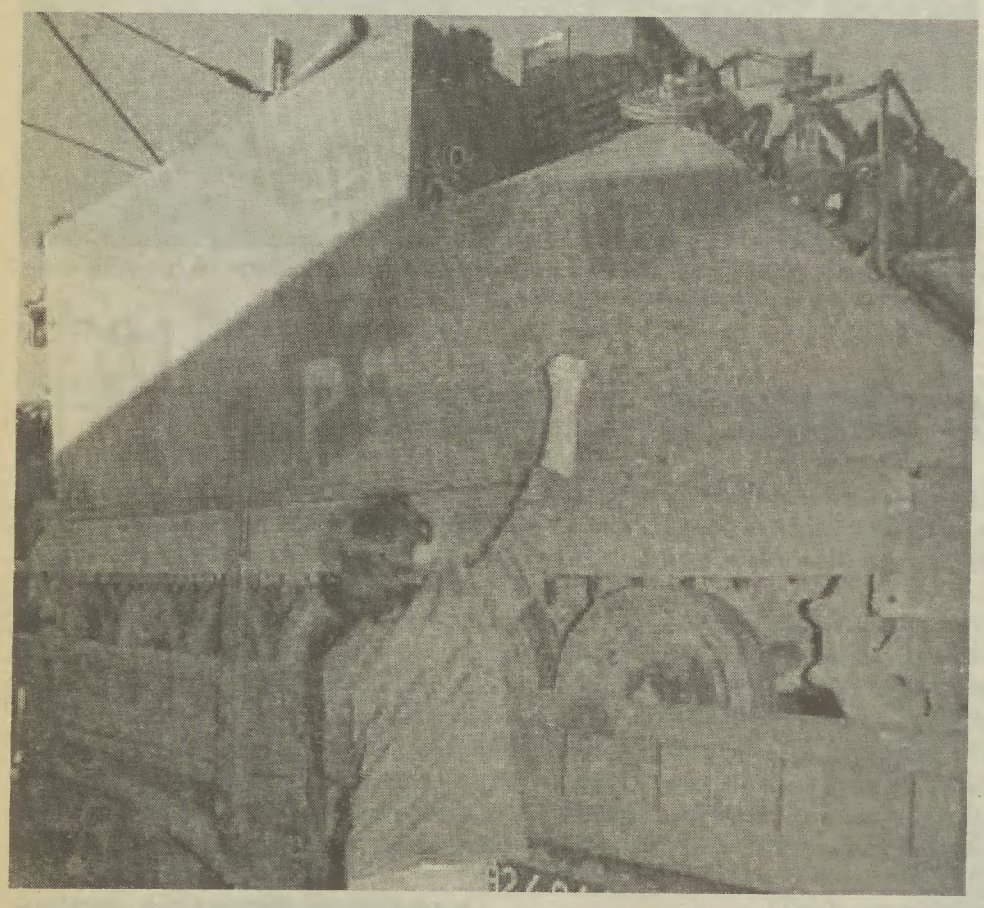
Mas o facto é que a oposição à guerra contra a Jugoslávia existe, quer a nível de massas quer de responsáveis políticos, e atravessa todos os sectores da sociedade.

Manifestações pelo fim dos bombardeamentos e por uma solução pacífica para o Kosovo trouxeram à rua milhares de pesssoas na **Grécia**, **Macedónia**, **Itália**, **França**, **Rússia**, **Portugal**, **Estados Unidos**, **Bélgica**, **Espanha**, entre outros países. O envolvimento de alguns deles na guerra sem que os respectivos parlamentos nacionais fossem ouvidos está a provocar, por outro lado, crises políticas internas de consequências imprevisíveis.

Em **França**, o ministro do Interior, Jean Pierre Chevenement, manifestou-se contra a participação francesa nos ataques, decidida pelo presidente Jacques Chirac com o apoio do primeiro-ministro socialista Lionel Jospin.

Em **Itália**, Marco Bertolini, comandante da NATO na Macedónia, pôs em causa os bombardeamentos contra a Jugoslávia, recordando os exemplos do Vietname, Afeganistão e Iraque, onde os ataques aéreos se revelaram inúteis para alterar as situações no terreno.

O director-geral da **UNESCO**, Federico Mayor, teceu severas críticas aos países da NATO pela marginalização do Conselho de Segurança da ONU em todo este processo. «Lamento que se tenha criado este precedente de consequências imprevisíveis», disse Mayor. «Hoje, mais uma vez se fazem ouvir as armas. As vidas de homens e mulheres estão em perigo porque outros não foram capazes ou não quiseram dialogar e encontrar uma solução pacífica para os seus problemas», sublinhou o responsável da UNESCO, que apelou para uma solução política do conflito. «A força da razão deve prevalecer sempre sobre a razão da força», disse Mayor.



Importantes manifestações na Grécia contra a NATO e os ataques à Jugoslávia, a semana passada, interceptaram um comboio com tanques de combate, num aviso claro às autoridades contra o envolvimento na guerra

Trabalhistas e *tories* contra Blair

Em Inglaterra, o ataque contra a Jugoslávia está longe de ser pacífico. Na passada quinta-feira, uma agitada sessão da Câmara dos Comuns mostrou que tanto do lado dos Trabalhistas como dos *Tories* se condena a guerra. Figuras importantes da política britânica, incluindo antigos ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, manifestam sérias reservas à opção belicista de Tony Blair.

Ao lado das críticas do veterano trabalhista Tony Benn esteve, surpreendentemente, Lord Carrington (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo secretário-geral da NATO), bem como o antigo ministro da Defesa, Alan Clark, e o ex-responsável da mesma pasta no Partido Trabalhista, Dennis Healey.

Segundo Clark, «muitos britânicos vêem o UÇK (Exército de Libertação do Kosovo, que apoia os ataques da NATO) como um bando de assassinos profundamente envolvidos no tráfico de drogas». Para Lord Carrington, que resignou do seu cargo aquando da guerra das Malvinas e dirigiu a Aliança Atlântica entre 1984 e 1988, a política que levou à ctual situação de guerra «é simultaneamente errada e mal concebida», pelo que manifesta «o mais profundo receio pelo curso dos acontecimentos». «Não sei onde isto vai parar. Não sei como vai acabar e não sei o que é que o governo fará se os bombardeamentos não atingirem os seus objectivos», disse.

Por seu turno, Dennis Healey lembrou que o governo britânico foi muitas vezes criticado «pela sua acção na Irlanda do Norte contra o IRA», e deixou no ar a pergunta que continua sem resposta: «Se se ataca a Jugoslávia por causa do Kosovo, por que não se ataca a Rússia por causa da Chechénia? Ou por que não se ataca a Turquia por causa da sua guerra contra os curdos?».

A Irlanda, Finlândia e Áustria, que mantêm uma posição neutral neste conflito, apelaram igualmente a uma solução pacífica. Em Espanha, os socialistas criticaram o envolvimento do país sem consulta ao parlamento. Em Itália, o PCDI ameaça retirar os seus três ministros do governo se o país participar em ataques contra a Jugoslávia.

Contra a guerra nos Balçãs pronunciaram-se igualmente, de forma vigorosa, os governos da China, Índia e Indonésia, que representam, é bom não esquecer, mais de um terço da população mundial.

Os meios de informação, e em particular as televisões, ignoram estas tomadas de posição contra a opção de guerra da NATO, mas lá que elas existem, existem.

Sábado, em Bruxelas

Contra a NATO, pela Paz

A Liga Anti-imperialista, em colaboração com 10 outras organizações belgas e com o apoio de numerosas organizações estrangeiras, convocou para sábado, dia 3 de Abril - data do 50.º aniversário da Aliança Atlântica - uma manifestação em Bruxelas. Contra a NATO, pela Paz.

A iniciativa, segundo os organizadores, recebeu já a confirmação da presença de organizações das Filipinas, em luta contra a instalação de novas bases militares dos EUA no seu país; de pacifistas alemães, bem como de delegações da Irlanda, Holanda e França. Mensagens de apoio continuam a chegar de partidos e outras organizações de todo o mundo, como é o caso da Argentina, Bangladesh, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Índia, Irlanda, Itália, Malásia, Nova Zelândia, Noruega, Espanha, Suécia, Chade, EUA.

Entretanto, as autoridades municipais de Bruxelas procuram impedir a manifestação, rejeitando todas as possibilidades de um local para o evento e de percurso para os manifestantes. A Liga Anti-imperialista e demais organizadores decidiram interpor uma acção de urgência na justiça para fazer respeitar o direito de manifestação, ao mesmo tempo que apelam à presença massiva em Bruxelas de quantos querem afirmar o seu repúdio contra a acção belicista da NATO e a defesa intransigente da paz.

Recorda-se que a sede da NATO para a Europa está situada em Bruxelas e que as comemorações oficiais do 50.º aniversário da organização decorrem sob o lema «50 anos de paz». Humor negro em tempo de guerra na Europa.

Esquerda Unitária exige

Debate de urgência no PE

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia - Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), em que se integram os eurodeputados comunistas no Parlamento Europeu, exige um debate de urgência no PE, com a participação do Conselho Europeu, sobre a agressão da NATO à Jugoslávia. A exigência consta de uma declaração divulgada sexta-feira em Bruxelas, em que o Grupo condena os bombardeamentos e apela aos Quinze para que suspendam a participação nesta operação militar.

O GUE/NGL faz notar que, «apesar do poder instalado em Belgrado ter fortes responsabilidades no dramático desenvolvimento da situação no Kosovo, bem como na radicalização da vertente independentista daí resultante», os ataques em curso não podem deixar de afectar a população civil, tanto sérvia como kosovar, pelo que «pretender que as operações militares e um tal aparato resultam de uma acção humanitária é totalmente irresponsável».

Considerando que a agressão da NATO não pode deixar de exacerbar ainda mais os nacionalismos e reforçar os extremistas, o GUE/NGL apela ao fim imediato dos bombardeamentos e ao empenhamento numa solução política negociada que abra caminho para a «coabitação pacífica e a cooperação entre as diferentes componentes das populações jugoslavas».

Idêntica posição tomou o Grupo da Esquerda Unitária Europeia no Conselho da Europa.

Agenda 2000
Triunfalismo injustificado

O acordo alcançado na passada semana pelos 15 chefes de Estado e de Governo «não justifica triunfalismos», considerou em comunicado o PCP, numa primeira análise dos resultados da cimeira de Berlim.

O PCP nota que se por um lado «os dados conhecidos apontam para uma manutenção global do mesmo nível de fundos», por outro, a sua aplicação passa a estar condicionada por «um contexto fortemente restritivo das despesas orçamentais da comunidade - menos cerca de 84 mil milhões de euros, incluindo a redução de cerca de 27 mil milhões de euros nos Fundos Estruturais e Fundo de Coesão».

Quer isto dizer que «mecanismos condicionadores das transferências vão significar que verbas decididas na Agenda 2000 possam não ser transferidas», explica o PCP.

«Por exemplo, as verbas que correspondem a projectos não executados nos prazos previstos revertem para os cofres da Comunidade e não ficam, como até hoje, vinculadas aos Estados nacionais. Tem sido uma prática constante haver percentagens de utilização de verbas que por vezes são baixas, tendo mesmo já existido casos de utilização inferior a 50 por cento, e nem sempre será possível corrigir imediatamente as deficiências que estão na base destes atrasos. Vão crescer as exigências nas propostas dos projectos a serem apoiados: redução do apoio a projectos isolados e o crescimento da sua aplicação integrada em grandes áreas regionais.

«Aumentam as revisões a meio do percurso dos fundos a transferir: este condicionamento, em particular para o Fundo de Coesão, não augura nada de bom.

«Mantém-se em aberto a relação desses fundos com o sector produtivo. Se são, em parte, fundos, como pode acontecer com os chamados dinheiros para o Desenvolvimento Rural, visando compensar limitações e obstáculos à produção agrícola, o País nada ganha, perde!

«Mas o mais grave é que o volume de fundos agora considerado não tem em conta o contexto económico em que o País se vai encontrar, com a concretização do processo de alargamento, a liberalização do comércio anunciada pelas próximas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o quadro das políticas monetária e orçamental decorrente da Moeda Única. Tudo somado, fará crescer as restrições orçamentais e agravará brutalmente a concorrência em todas as áreas económicas. **Portugal não precisa de menos fundos, precisa de mais!»**

Derrota na PAC

Sobre as consequências do acordo na Política Agrícola Comum, o PCP considera positivo que o Governo tenha obtido «a duplicação da quota de trigo rijo». No entanto, sublinha, nada se sabe sobre a questão do tomate.

Quanto ao resto, consideram os comunistas, «é uma derrota em toda a linha, assegurando no máximo os rendimentos obtidos no anterior período».

«O objectivo central de reequilibrar as despesas do FEOGA entre os agricultores (pequenos e grandes), entre as culturas (as típicas do Norte da Europa e as do Sul) e entre países (Portugal é o que, proporcionalmente, menos recebe) falhou redondamente.

«Portugal vai continuar a ser o país com agricultura menos apoiada, as culturas mediterrânicas (vinho, azeite, frutas e hortícolas, etc.) vão continuar sem apoios ou com apoios reduzidos, a dificuldade e injustiça na distribição das ajudas entre agricultores vai mesmo crescer! Vai agravar-se a já intolerável distribuição em que 90% dos fundos revertem para 10% dos agricultores portugueses.

«Vai também haver descida de preços nos cereais e carne de bovino, não compensadas integralmente por ajudas directas, mesmo se há uma ligeira melhoria relativa à proposta do último Conselho de Ministros da Agricultura.

«Só a postura de pouca exigência e pouca ambição na defesa dos interesses nacionais pode levar o Governo português, e o primeiro-ministro, a proclamar a folgada vitória com os resultados de Berlim.

A mesma postura que alimenta o equívoco de julgar que a insatisfação da Espanha e da França face ao acordo significa perdas relativas desses países!»

Os pequenos agricultores são os mais prejudicados pela reforma da PAC

CNA admite acções de protesto

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) afirma que esta reforma da PAC mais não foi do que o aprofundamento da reforma de 1992 e «não serve nem defende os interesses da agricultura portuguesa». Deste modo, considera a confederação, «confirmaram-se as piores expectativas e a anunciada vitória do Governo português e o primeiro-ministro é afinal uma pesada derrota em especial para a agricultura familiar portuguesa».

A CNA refere que os rendimentos dos agricultores vão continuar a baixar devido à quebra dos preços na produção; o desenvolvimento do mundo rural e a especificidade da agricultura do nosso país são «meras declarações de intenções»; e que ficaram de fora desta reforma os produtos mediterrânicos, tais como frutas e hortícolas.

Caso a caso, a Confederação demonstra que a baixa de preço dos cereais em 15 por cento (3$60), não é compensada pelas ajudas que passaram de 2$40/kg para 1$80 kg; a par da duplicação da quota de trigo foram prolongadas as ajudas ao pousio (set-aside) para mais cinco anos, continuando a política de pagar para não produzir; e as ajudas directas continuam sem tecto-limite por exploração, impedindo a poupança de meios que podiam reverter em favor para a agricultura familiar.

Em consequência, os 1.383 grandes proprietários portugueses continuarão a receber 34 milhões de contos em ajudas, ou seja, 0,5 por cento dos agricultores arrecadam 32 por cento das ajudas.

As críticas são ainda extensíveis aos novos preços da carne de bovino (-20%) e ao sector do leite onde com o aumento da quota para países como a Espanha e a Itália irá aumentar a concorrência à produção nacional.

A Assembleia Geral da CNA responsabilizou o Governo acusando-o de fazer orelhas moucas às propostas e reclamações dos agricultores, e mandatou a Direcção Nacional da Confederação para preparar uma campanha de estudo e esclarecimento sobre o conteúdo e efeitos desta reforma. Neste quadro, a CNA admite vir a decidir a curto e médio prazo várias acções de protesto contra esta PAC que qualifica como uma «sentença de morte» para a agricultura familiar portuguesa.

Saramago em Bruxelas

Os bens escassos adquirem, por regra, um valor extraordinário. Se nalgumas paragens do globo esta definição se aplica a produtos como o ouro, os diamantes ou o petróleo, no Parlamento Europeu esse bem é de natureza totalmente diferente: chama-se «tempo». Dado o elevado número de deputados e debates, a distribuição de tempo para uso de palavra em plenário é feita quase a conta-gotas. A média de uma intervenção rondará, num cálculo optimista, os dois minutos.

A sala do Parlamento encheu para a sessão com José Saramago

Na visita que efectuou na passada semana ao Parlamento Europeu, José Saramago, Prémio Nobel da Literatura 1998 e candidato da CDU nas próximas eleições europeias, não se limitou a pulverizar esta regra. Além de ter discursado durante uma sessão que se prolongou por mais de duas horas, Saramago contou com a atenção de uma sala repleta por centenas de funcionários e deputados das instituições europeias, de várias nacionalidades, que acorreram a esta iniciativa do Grupo da Esquerda Unitária Europeia. Antes, o escritor laureado fora aclamado na tribuna de honra do Parlamento, de onde assistiu ao desenrolar de parte de uma mini-sessão plenária.

Durante sua estadia de dois dias na capital belga, teve uma agenda repleta de encontros e iniciativas da mais diversa índole. Foi recebido pelo presidente do PE, encontrou-se com o embaixador português e visitou as instalações da Representação Permanente de Portugal junto da EU. Momentos altos do programa foram ainda os encontros com alunos de português e emigrantes do nosso país.

Recorde-se que, em Fevereiro de 1997, José Saramago já tinha estado no Parlamento Europeu, a convite do GUE/NGL, grupo parlamentar em que se integram os deputados do PCP, tendo realizado na ocasião um debate sobre a sua obra literária.

Comissão

O Parlamento Europeu aprovou na passada semana uma resolução em que convida o Conselho Europeu a elaborar um calendário razoável e preciso para tratar da designação da nova Comissão Europeia e insta os Estados-Membros a indicarem com toda a urgência os seus candidatos para o lugar de presidente da Comissão e de comissários.
Esta resolução que foi aprovada pela maioria esmagadora do Parlamento (442 votos favoráveis e 33 contra), mereceu a abstenção dos deputados do PCP que viram nela um recuo nas posições iniciais do PE. Como referiu Joaquim Miranda, é «imprescindível que a substituição do colégio de comissários se concretize o mais rapidamente possível, de maneira a retirar as consequências políticas e jurídicas da demissão da Comissão». No entanto, sublinhou este deputado do PCP, «não basta que se mudem as pessoas. É indispensável alterar os métodos; mas é fundamental também alterar políticas», e encontrar as «vias adequadas» para assegurar «um maior e mais eficaz controlo dessa instituição».

Bacalhau

Desde a década de 80 que as autoridades norueguesas controlam deficientemente a origem do bacalhau que aquele país exporta. Segundo refere o deputado do PCP, Honório Novo, numa pergunta à Comissão, os certificados EUR1, necessários à circulação de mercadorias na EU, são emitidos na Noruega sem indicação prévia da origem exacta do produto, a qual só *a posteriori* é comunicada às instâncias europeias.
Esta situação já motivou uma queixa dos importadores portugueses ao Provedor de Justiça da EU, que alegam estarem a financiar uma situação sistemática e deliberada *de dumping* por parte dos exportadores de bacalhau norueguês.
De facto, os primeiros importam bacalhau supostamente isento de direitos, ao abrigo do contingente norueguês, e mais tarde, já quando o produto foi vendido ao consumidor, são obrigados a pagar direitos devido ao pescado ter outras proveniências.
Em resposta, a Comissão Europeia recorda que cabe às autoridades dos Estados-membros verificar a mercadoria e o certificado que a acompanha. Por outro lado, refere que em Março de 1993, foi organizada uma missão à Noruega sobre importação de produtos de pesca russos, tendo sido realizados inquéritos que levaram ao início da cobrança de direitos nos Estados-membros, incluindo Portugal. No entanto, se lhe forem fornecidos novos dados concretos, a Comissão compromete-se a empreender novas diligências e a tomar medidas correspondentes.

TRABALHADORES

Em Coimbra não se nota

A diferença entre PSD e PS, no distrito de Coimbra, é o que os comunistas desafiam alguém a mostrar, já que «permanecem sérios problemas sociais», «centenas de trabalhadores perderam os seus postos de trabalho e muitas outras centenas vivem em profunda instabilidade»; mas, «numa altura em que é necessário garantir direitos e emprego, este Governo, que se diz de "esquerda", mais não faz do que eliminar direitos adquiridos, estimulando claramente o patronato para precarizar ainda mais as relações de trabalho». Numa conferência de imprensa sobre a campanha do PCP para esclarecimento e mobilização contra o *pacote* laboral, a direcção regional de Coimbra lembrou a lista das empresas encerradas desde a posse do executivo de António Guterres: Carvalho & Sobrinho, Sourarte, Adel, Ceramiguel, Penacovez, Refis, Moura & Silva, Lusaico, Ceramartis, Cerâmica Mirandense, Miranarte, Vale da Murta, Cerâmica do Mondego, Argus, Tubeja e Cerâmica Arganilense.
Entretanto, defrontam-se com dificuldades a Textilândia, a Blazer, a Mondorel, a Rifer, a Garagem de S. José e a Soincil. Também no âmbito da acção de esclarecimento, realizada pelo Partido a nível nacional entre 15 e 28 de Março, a concelhia de **Alcochete** expressou publicamente a sua preocupação com a situação laboral em algumas empresas do concelho.

Condenados

Os gerentes da Litografia União foram condenados pelo tribunal judicial de Vila Nova de Gaia como autores do crime de *lock-out*, praticado em 1995. A sentença, de dia 16 de Março, foi divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, como «um dos raros casos que se conhecem em que entidades patronais foram julgadas e condenadas pelo crime de *lock-out*, embora três anos e meio após os factos».
O julgamento permitiu apurar que no fim-de-semana de 9 e 10 de Setembro de 1995, a gerência retirou matérias-primas, outros materiais e ordens de serviço, com o propósito, conseguido, de impedir os cerca de 40 trabalhadores de continuarem a laborar, como resposta à exigência de pagamento pontual dos salários e dos subsídios de férias e Natal, em atraso.

Acordo

Aumentos de três por cento na massa salarial global e a manutenção de todas as regalias constantes do contrato colectivo de trabalho foram os principais resultados da revisão do CCTV para o corrente ano, acordada entre a Feshot, o Sindicato da Hotelaria do Algarve e a AIHSA, para vigorar com efeitos a 1 de Janeiro. O sindicato afirma a disposição de continuar a lutar para que todas as entidades patronais cumpram o contrato e pela conquista de outras regalias e melhores condições de vida e trabalho.

Plenário nacional marcado para quarta-feira

Pacote laboral suscita enorme acção de protesto

De Braga, por exemplo, vieram 26 autocarros, informou a União de Sindicatos do distrito

Havia muitos anos que Lisboa não via uma manifestação de trabalhadores como a que teve lugar no dia 25 de Março, promovida pela CGTP-IN, para protestar contra as graves alterações que o Governo quer introduzir na legislação laboral.

De todo o País, com as faltas ao emprego cobertas por pré-avisos de greve, vieram até Lisboa dezenas de milhares de trabalhadores. Nos rostos e nas faixas reconheciam-se empresas e sectores onde, nos últimos meses, têm ocorrido plenários, greves e outras movimentações laborais, por objectivos como a defesa do emprego e de direitos ameaçados, o pagamento de salários em dívida, uma mais justa remuneração do trabalho.

Os baixos salários, os elevados índices de precariedade, a forte repressão e intimidação patronal, as várias formas de discriminação e de limitação da liberdade sindical são factores que já marcam muito negativamente as relações laborais nas empresas. Ao pretender agravar, a favor do grande patronato, este desequilíbrio de forças, o *pacote* laboral proposto pelo Governo suscita grande indignação entre os trabalhadores.

Na base da grande acção de luta nacional da semana passada está um imenso esforço de informação e esclarecimento sobre os

Lutas convergentes

No dia 25 de Março os trabalhadores do **Arsenal do Alfeite** fizeram meio-dia de greve e deslocaram-se ao Ministério da Defesa, que se recusa a negociar a actualização salarial e outras matérias do caderno reivindicativo. No plenário realizado dois dias antes, foi repudiada a falta de diálogo, a arrogância e a ilegalidade do Ministério. «Os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, 25 anos depois do 25 de Abril, não aceitam esta postura de António Guterres e Veiga Simão, só comparável a outros tempos que a acção vitoriosa do 25 de Abril veio alterar», afirma o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, numa nota em que refere ainda a exigência de revalorização de carreiras e a decisão de, após a acção no MDN, integrar a acção da CGTP contra o *pacote* laboral.

Para obrigar a administração a evoluir nas negociações de revisão da contratação colectiva, os trabalhadores da **Lusosider Aços Planos** (empresa resultante do desmembramento e reprivatização da Siderurgia Nacional) estiveram em greve nos dias 25, 26 e 27 de Março. A administração, refere uma nota da Fequimetal/CGTP, começou por recusar qualquer aumento salarial, mas teve uma aparente evolução, depois de uma greve realizada no dia 11 de Março: propôs **um por cento**, ameaçando aplicar os novos valores já nestes ordenados, o que é entendido como «provocação» e fuga às negociações. Além de melhores salários, os trabalhadores lutam contra a arbitrariedade e a discriminação, pelos direitos, contra o *pacote* laboral.

Para o período de 26 a 29 de Março foi convocada uma greve dos **enfermeiros da indústria seguradora**, que desde Dezembro de 1997 exigem a revisão do contrato colectivo de trabalho. A Associação Portuguesa de Seguradores recusa-se a apresentar uma contraproposta para negociação, alegando aguardar um estudo de que ainda não se conhecem resultados alguns, informou o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que convocou a greve. O SEP nota que a actual carreira prevê três escalões, que são completados ao fim de quatro anos de serviço.

Com uma adesão de cerca de 85 por cento, estiveram em greve no dia 25 os trabalhadores dos hotéis **Tivoli** (Avenida da Liberdade, Jardim, Sintra e Seteais), em luta por melhores salários, para que os patrões respeitem os compromissos assumidos no ano passado e contra o *pacote* laboral do Governo - informou o Sindicato da Hotelaria do Sul, admitindo novas paralisações na próxima semana.

A federação sindical dos **ferroviários** suspendeu a greve marcada para a passada segunda-feira, depois de o conselho de gerência da CP e a administração da Refer terem apresentado «novas propostas que possibilitam o desenvolvimento das negociações nos próximos dias», relativamente à actualização salarial que deveria ter sido feita a 1 de Fevereiro. Nos objectivos de luta estão também incluídos o regulamento de carreiras e o protesto contra «intenções de alteração da legislação laboral, que conduziriam a relações de trabalho idênticas às existentes antes do 25 de Abril».

Na segunda-feira os trabalhadores do grupo **Gás de Portugal** decidiram apresentar um pré-aviso de greve para o período entre 9 de Abril e 9 de Maio, como forma de reclamar garantias quanto aos postos de trabalho, os direitos e os vínculos laborais. Neste período, poderão ocorrer «todas e quaisquer paralisações», adiantou a Fequimetal. A comissão de greve reúne hoje.

Os apoios do Estado às instituições deveriam melhorar a situação remuneratória dos trabalhadores

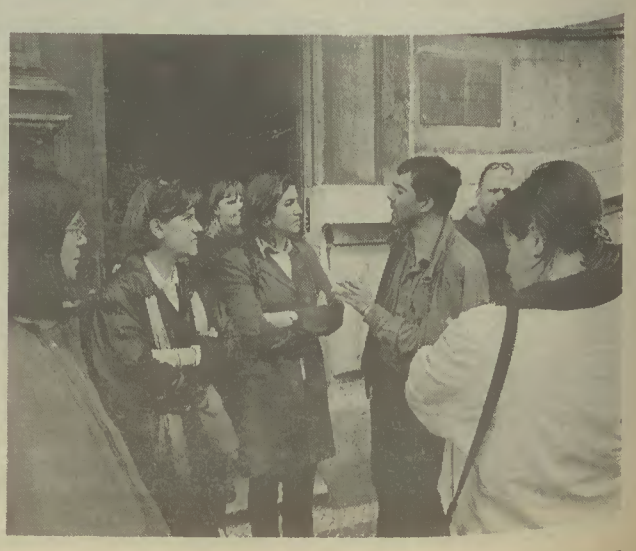
IPSS exigem negociação

Os trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social foram na semana passada à Praça de Londres exigir a intervenção do Governo no processo de negociação do seu contrato colectivo, uma vez que a União das IPSS ainda nem sequer se mostrou disposta a negociar a proposta apresentada pelos sindicatos em Novembro, nem apresentou uma contraproposta. O contrato, salienta a comissão negociadora sindical, deveria vigorar desde o primeiro dia de 1999, mas as relações de trabalho continuam a ser regidas por uma portaria de 1996, «profundamente desajustada».

Para a Fenprof, Federação da Função Pública e demais estruturas da comissão negociadora sindical, é necessário um contrato colectivo «mais ajustado à realidade económica e financeira das instituições», que viram aumentar os apoios financeiros do Estado mais de 20 por cento, desde 1996, enquanto o apoio à educação pré-escolar irá crescer 70 por cento a partir de 1 de Setembro próximo.

Subsídio até ter *alta*

Na Ford Electrónica, de Palmela, foi decretada greve durante todo o dia 25 de Março. De manhã, um grupo de trabalhadores concentrou-se junto ao Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, para reclamar «mais eficácia» no acompanhamento oficial da situação de centenas de trabalhadoras afectadas por tendinites. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que promoveu o protesto, apontou ainda a exigência de que o subsídio por incapacidade temporária absoluta para o trabalho se mantenha até à alta clínica, como recomendou o Provedor de Justiça. Tem sucedido que, terminado o período de subsídio (30 meses), trabalhadoras afectadas com maior gravidade regressam ao trabalho sem estarem restabelecidas, o que agrava o seu estado de saúde.



TRABALHADORES

objectivos das pretendidas alterações legislativas, relativamente a matérias como o **trabalho a tempo parcial**, as **férias**, o **conceito de retribuição**, o **trabalho nocturno**. Foi esse esforço que permitiu esclarecer que «esta ofensiva legislativa, reclamada pelo patronato mais retrógrado e assumida pelo Governo, visa pôr em causa pilares fundamentais do Direito do Trabalho, que são condição fundamental de progresso, de justiça social e do funcionamento democrático da sociedade», refere a moção que os dirigentes da CGTP entregaram dia 25 ao Presidente da Assembleia da República, carregada com o vigor de dezenas de milhares de homens, mulheres e jovens que desfilaram dos Restauradores até São Bento.

Classificando a ofensiva como «inaceitável e tanto mais inconcebível quanto se passa no momento em que se assinalam os 25 anos do 25 de Abril», o documento aponta os fundamentos que o Governo do PS pretende subverter: «a solidariedade entre gerações; o direito ao trabalho e à segurança no emprego; o direito a horários de trabalho definidos e controlados, em pé de igualdade, pelos patrões e trabalhadores; o direito a salários dignos e não discriminatórios; o direito à contratação colectiva e à liberdade sindical; a proibição da discriminação das mulheres e dos jovens trabalhadores; o direito à Segurança Social; o direito às férias, ao descanso e ao lazer; o direito à organização e protecção da família.»

Da grande manifestação da semana passada ficou no Parlamento um aviso aos deputados: «não devem ignorar» que «os trabalhadores portugueses estão justamente indignados». Ou seja, os projectos mais gravosos «devem, pura e simplesmente, ser condenados e abandonados», já que, «além de injustos, não têm qualquer sentido democrático nem justificação económica legítima».

Esta mensagem vai de novo ser transmitida no próximo dia 7, quando deverá subir ao plenário parlamentar a proposta de lei sobre a generalização do trabalho a tempo parcial, apontada como a mais importante das peças deste *pacote* laboral. A CGTP convocou para o Pavilhão Carlos Lopes um plenário nacional de sindicatos, com participação alargada, que à tarde enviará uma delegação à Assembleia da República.

Lista unitária vence na CT da Autoeuropa

Os resultados da eleição de 25 de Março representam «um passo importante no sentido da construção de um baluarte da luta dos trabalhadores» no complexo industrial de Palmela, salientou ao «Avante!» o camarada José Caetano.

Às eleições para a Comissão de Trabalhadores concorreram duas listas, saindo vitoriosa a Lista B, apoiada pelo movimento sindical unitário, que obteve 1193 votos e 6 mandatos. A Lista A, promovida pela CT cessante, contou 1140 votos, que lhe garantem 5 mandatos. Verificaram-se ainda 129 votos brancos e 20 votos nulos.

Ao comentar os resultados, a célula do PCP na empresa afirma que eles «mostram existir ainda muitas barreiras, insuficiências e preconceitos a vencer, no entanto, o avançar da sindicalização e do trabalho dos delegados sindicais, o aumento dos ritmos de trabalho, a não satisfação das expectativas criadas pela administração, a imposição da flexibilidade do horário de trabalho, com o beneplácito da anterior CT, e a progressão do trabalho do Partido conduzirão, a curto prazo, quer a melhores resultados eleitorais e ao consequente reforço dos organismos representativos dos trabalhadores, quer à salvaguarda dos seus direitos, interesses e anseios».

José Caetano, membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, recorda o «caldo de cultura em que, durante os primeiros 4 anos de existência da CT, esta funcionou como veículo de transmissão das opiniões da administração, e não como organismo de defesa efectiva dos direitos e interesses dos trabalhadores»: «O início de laboração da Autoeuropa concretizou-se no final de 1994, tendo na generalidade os seus trabalhadores sido recrutados directamente do ensino, sem outra experiência profissional que não fosse a adquirida nos meses de formação ministrada pela empresa e eivada de conceitos sociais-democratas, que apostam na teoria da não existência de contradições entre os interesses dos trabalhadores e do patronato».

Durante estes anos, «foram tomadas medidas de direcção, quer pelo Partido, quer pelo movimento sindical, no sentido de organizar os trabalhadores». Foram marcadas algumas lutas que, «sem terem atingido grandes êxitos, foram estabelecendo diferenças e mostrando quem efectivamente estava com os trabalhadores e quem mais não fazia do que defender os pontos de vista da administração».

Na Autoeuropa trabalham cerca de 4200 pessoas, número que sobe para 7500 no conjunto das empresas sediadas no complexo industrial.

Encontro nacional

A preparação do 6.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, marcado para dia 16 de Abril, teve lugar de destaque no plenário de CTs e sub-CTs da região do Porto, que fez o balanço da actividade e analisou os problemas existentes nos diversos sectores. O plenário, realizado a 18 de Março na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, condenou com grande veemência «a ofensiva legislativa assumida por este Governo e há muito reclamada pelo patronato», apelando à «luta firme e determinada» dos trabalhadores «na defesa dos seus direitos duramente conquistados».

Ao fim de dois mandatos, os trabalhadores decidiram mudar o rumo da actuação da CT

Sindicatos de Braga contestam «ficção»

Há mais de 30 mil trabalhadores inscritos nos centros de Emprego do distrito de Braga, recorda a União dos Sindicatos de Braga, numa nota em que reagiu às declarações do ministro da Economia e dos «ilusionistas» responsáveis pelo programa Proave. Estes, «sem surpresa, porque já nos habituaram às maiores e diversas provocações contra os trabalhadores». Na recente deslocação de Pina Moura a Guimarães, «vieram mais uma vez a público e com algum folclore à mistura, dizer que no distrito de Braga não há desemprego». Contra tal «ficção», a USB/CGTP aponta alguns factos:

- só no Vale do Ave há mais de 23 mil desempregados registados pelo IEFP;
- só nos últimos 4 meses, ficaram desempregados mais de 2 mil trabalhadores, de empresas como a Grundig/OEM, Friolax, Cegonheira, Ribave, Arlec, Dis-Ney, Signora, CEE, Rodete, Têxtil Nil, Celestino Paiva, Polystar, Vimarcal, Rotana, Jaguar, Cerâmica do Minho;
- só nos primeiros meses do ano lectivo corrente (até Janeiro), abandonaram a escola mais 225 crianças que em todo o ano lectivo de 1997/98;
- mais de 400 empresas do Vale do Ave enfrentam processos por dívidas à Segurança Social e incumprimento do «Plano Mateus»;
- impunemente, empresas que recebem milhares de contos de apoios estatais e comunitários não cumprem as suas obrigações nem mesmo decisões de tribunais;
- aumentou para 7651 o número de pessoas a receber o rendimento mínimo, enquanto aguardam deferimento dezenas de processos com um ano de atraso.

Abolição de créditos

Mais de 10 mil professores e educadores já subscreveram o abaixo-assinado da Fenprof que exige a abolição dos créditos relativos à formação. A ascensão na carreira docente processa-se através de uma acumulação de créditos, correspondendo cada crédito a 25 horas de formação. No entanto, segundo o Sindicato dos Professores do Norte, num comunicado citado pela Lusa, este mecanismo levou a que a formação não estivesse «centrada nas necessidades dos professores e das escolas», tornando-se numa «obrigação burocrática e adminstrativa». A Fenprof exige assim que o Governo cumpra a promessa de abolição dos créditos e promova uma formação contínua de qualidade.

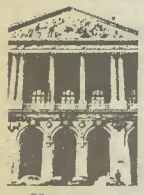
Ensino Superior

Um conjunto de reivindicações salariais e de carreira relativas ao ensino superior foi discutida, no dia 23 de Março, pelo Ministério da Educação e pela Plataforma Reivindicativa Comum, constituída pela Fenprof, SNESup e Sindep. A PRC aceitou qualquer das duas alternativas apresentadas pelo ME para a aplicação faseada de um aumento de 6,46 por cento do índice 100, até 1 de Outubro. Mas, numa nota à Comunicação Social, a Plataforma mostrou o seu descontentamento por o Governo ter adiado a resposta a outras questões no âmbito salarial e das carreiras.
Entre estas questões está a revalorização salarial específica para Assistentes Universitários, os concursos sem limitação de vagas e o direito a dispensa de serviço docente de 3 anos para obtenção de doutoramento no Politécnico.

Paridade

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses esperava que, na reunião agendada para o dia 26 de Março, o Governo respondesse à proposta que visa repor a paridade entre a carreira de Enfermagem e a carreira Técnica e Técnica Superior da Administração Pública. O SEP propôs que, de imediato, a paridade vigore no início da carreira, ficando o processo concluído, para todos os enfermeiros, até Dezembro de 2000. A contraproposta do Governo deve ser apresentada dia 5 de Abril.
Trabalhadores do **Hospital de Santa Marta**, o SEP e o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, exigiram dia 24 de Março, em reunião geral, um encontro urgente com o Conselho de Administração do Hospital e a concretização por parte do Governo de um Plano de Emprego para a Saúde que garanta os direitos e a estabilidade dos profissionais contratados que, naquele hospital, são cerca de 100.

Novos municípios



Está inviabilizada até final da Legislatura qualquer possibilidade de criação de novos municípios. Este facto decorre de uma tomada de posição do Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, que, ao usar uma prerrogativa sua, até agora nunca utlizada - marcar as reuniões plenárias e fixar a ordem do dia, de acordo com o artigo 17.º do regimento da Assembleia da República - impediu na conferência de líderes realizada na passada semana o agendamento de um projecto do PP de alteração da lei-quadro de criação de novos municípios.
Caso este diploma viesse a merecer aprovação, alguns dos projectos de lei de criação de novos concelhos presentes no Parlamento poderiam conformar-se com a lei, uma vez que os critérios que possibilitam essa promoção administrativa seriam flexibilizados.
Na reunião dos líderes parlamentares, Almeida Santos considerou «absolutamente inconveniente» que a poucos meses do final da Legislatura o Parlamento altere a Lei de bases dos novos municípios, o que só deverá ocorrer após as legislativas de Outubro próximo.

Pacote laboral

Algumas das propostas de lei do Governo sobre o pacote laboral foram agendadas para o próximo dia 7 de Abril. Um dos diplomas que maior contestação tem gerado junto dos trabalhadores e suas organizações representativas diz respeito ao tempo parcial. Em debate vão estar também duas outras propostas: uma, sobre dispensa de horário de trabalho para deficientes e grávidas; outra, referente ao trabalho de menores.
No próximo dia 14 de Abril, por sua vez, sobem a plenário os projectos de lei do PS, PCP e CDS/PP relativos aos touros de morte de Barrancos, de acordo com a decisão tomada na última conferência de líderes parlamentares. Para o mesmo dia ficou igualmente agendada a discussão da proposta, do Governo, de Lei de Bases da Caça.

Caso JAE

O general Garcia dos Santos afirmou no Parlamento que o processo de inquérito à Junta Autónoma de Estradas (JAE) tem de ser «levado até ao fim, doa a quem doer, mas doa mesmo a quem doer». O ex--presidente da JAE falava perante os deputados da comissão parlamentar de inquérito constituída na sequência de denúncias por si feitas quanto a irregularidades cometidas por aquela entidade.
Segundo o general, a maioria dos trabalhadores da JAE é honesta e dedicada, mas «são uns quantos trafulhas, indignos de serem trabalhadores da JAE, que estão na origem da situação».
«A JAE, com os seus 70 anos de idade, e os seus trabalhadores, não podem e não merecem ser confundidos com umas quantas ovelhas ronhosas, que têm e que devem ser eliminadas definitivamente», disse.
Na sua declaração, Garcia dos Santos acusou ainda o Governo e o ministro João Cravinho de terem usado uma estratégia para o demitir da presidência da JAE.

Em diploma do PCP aprovado na AR

Prevenir e combater a discriminação racial

Um importante passo no sentido de prevenir e combater a discriminação racial foi dado na passada semana com a aprovação pelo Parlamento de um diploma do PCP visando aquele objectivo. Um projecto de lei do PS defendendo idênticas medidas, embora menos ambicioso no seu articulado, mereceu da Câmara igual reacção positiva, sendo também aprovado por unanimidade.

Ao avançar para esta iniciativa legislativa e fixar o debate faz hoje oito dias, utilizando para o efeito o seu direito potestativo, a bancada comunista pretendeu não apenas preencher uma lacuna na nossa ordem jurídica, como dar resposta a uma necessidade desde há muito sentida e reivindicada, designadamente, por movimentos anti-racistas, associações de defesa dos direitos humanos e associações representativas de imigrantes.

Trata-se, em suma, como explicou no debate o deputado comunista António Filipe - e este é o principal objectivo inscrito no diploma -, de tipificar práticas discriminatórias com base na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica que atinjam cidadãos no emprego e no acesso ao emprego, no acesso à saúde, à habitação, à educação, na prestação de bens e serviços, no exercício de actividades económicas, no funcionamento da Administração Pública, prevendo simultaneamente as sanções adequadas para os casos em que haja violação desses direitos.

Há que garantir o direito da cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica

Não obstante os dispositivos constitucionais e os progressos verificados na última revisão do Código Penal, com efeito, como chamou a atenção António Filipe, subsiste um vazio na nossa legislação no que respeita à violação do princípio da igualdade, o que leva a que práticas de discriminação racial permaneçam impunes, tornando muitas vezes ineficazes as garantias constitucionais dos cidadãos.

E se é verdade, como disse António Filipe, que Portugal «não é um País racista» e tais práticas discriminatórias não têm no nosso território a expressão e gravidade que assumem noutros países, não é menos certo que perante o fenómeno não pode haver hesitações, justificando-se plenamanente uma atitude de firmeza no sentido de as impedir e de evitar a sua repetição.

«A não admissão de um trabalhador, a recusa injustificada de acesso a um qualquer local aberto ao público, ou a discriminação de uma criança na escola, com base na cor da pele ou no lugar onde nasceram, são atitudes inaceitáveis, cuja censura social tem de ser assegurada por todos e cuja censura legal compete exclusivamente à Assembleia da República assegurar», sublinhou o parlamentar comunista.

Para além das sanções contra-ordenacionais correspondentes a tais práticas e do elenco de direitos e garantias dos lesados, o projecto do PCP propõe ainda - e este é um dos aspectos inovadores do diploma - a criação de um Observatório sobre Discriminação Racial. A funcionar junto do Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, este organismo terá por função a recolha de dados sobre situações reais relacionadas com violações e a aplicação das leis, em ordem, ulteriormente, à elaboração de propostas tendentes a uma mais eficaz acção de combate à discriminação racial.

Refira-se que é na composição deste órgão que reside, aliás, uma das divergências da bancada comunista relativamente ao diploma do PS, justificada por António Filipe com base na sua «excessiva governamentalização».

Grave crise na Justiça atinge credibilidade das instituições

«Grave», assim classificou o deputado comunista João Amaral a situação que actualmente se vive na área da Justiça. «Estamos perante uma crise com contornos bem mais graves do que se julgava inicialmente», confessou o deputado do PCP, para quem este quadro «atinge a credibilidade das instituicões, observando-se, inclusivamente, a existência de conflitos e confrontos institucionais declarados».

Estas declarações foram proferidas no próprio dia em que foram ouvidos no Parlamento o ex-director da Polícia Judiciária, Fernando Negrão, o ministro da Justiça, Vera Jardim, o director do SIS, Rui Pereira, e o Procurador Geral da República, Cunha Rodrigues, protagonistas de recentes episódios que segundo tudo indica vieram acelerar o estado de crise.

Fernando Negão afirmou ter a certeza de que as razões fundamentais da sua demissão «prendem-se efectivamente com uma diferença de concepção do modelo relativo à judiciária e ligação desta ao Ministério Público». Depois de ouvido na Comissão de Assuntos Constitucionais, Negrão afirmou ter tido oportunidade de apresentar as suas «preocupações no que respeita à investigação criminal, nomeadamente ao crime organizado e às dificuldades que a PJ tem não só no plano técnico como também legislativo».

O director dos Serviços de Informações e Segurança (SIS), por sua vez, negou no mesmo dia também no Parlamento a existência de qualquer relatório sobre a Universidade de Moderna. Perante os deputados da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias. Rui Pereira garantiu que há um controlo quase total sobre as actividades dos seus agentes, procurando assim negar a existência de elementos do SIS a investigar o caso da Universidade Moderna em perfeita roda livre.

Em declarações à saída da Comissão de Assuntos Constitucionais, o Procurador-Geral da República, por seu lado, desmentiu a existência de qualquer contencioso com o ex-director da Polícia Judiciária, porquanto, disse, é «a Constituição que define qual é o papel de cada um».

Classificando a actual situação de «clarificadora», Cunha Rodrigues disse não querer comentar questões com Fernando Negrão, «muito menos em público», embora tenha revelado que mandou abrir inquérito no Tribunal da Relação ao ex-director da PJ por fuga de informação relacionada com as investigações à Universidade Moderna.

O ministro Vera Jardim, por último, afirmou também no mesmo dia que está pendente um inquérito sobre «uma fuga de informação em especial», no âmbito do caso Universidade Moderna, mas escusou-se a confirmar se o ex-director da PJ é alvo desse inquérito por violação de segredo de justiça.

«Há fugas de informação e fugas de informação. Umas mais graves, outras menos graves. Esta tem uma gravidade especial, a meu ver», disse Vera Jardim que falava à saída da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, onde foi ouvido pelos deputados.

PCP interpela Governo

É neste contexto de crise que ganha ainda maior oportunidade e relevância a interpelação do PCP ao Governo sobre Justiça, já agendada para o próximo dia 15. No âmbito da sua preparação estão, entretanto, calendarizados vários encontros com instituições ligadas a esta problemártica.

O primeiro tem lugar no dia 8 de Abril, com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior de Magistratura, seguindo-se, no dia seguinte, um encontro com o Bastonário da Ordem dos Advogados.

No dia 13, a delegação do Grupo Parlamentar comunista realiza um encontro com o Procurador Geral da República, visitando, no dia 14, a Penitenciária de Lisboa, local onde se avistará com o Director Geral dos Serviços Prisionais.

O Grupo Parlamentar do PCP far-se-á representar nesta série de contactos pelo seu presidente, Octávio Teixeira, e pelos deputados António Filipe e Odete Santos. Nos encontros previstos com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e com o Procurador Geral da República as delegações do PCP integrarão também o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Travar o pacote laboral

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou a sua determinação em tudo fazer no quadro da Assembleia da República para travar as propostas do Governo que visam alterar a legislação laboral. Esta disposição dos deputados comunistas foi anunciada por António Filipe, faz hoje uma semana, no próprio dia em que milhares de trabalhadores respondendo ao apelo da CGTP-IN manifestavam nas ruas e em frente à Assembleia da República a sua indignação e revolta por mais esta ofensiva governamental contra os direitos de quem trabalha.

Manifestando a total solidariedade da sua bancada para com a luta dos trabalhadores, a quem saudou, António Filipe acusou o Governo de, ao procurar reduzir e desregulamentar ainda mais o direito à segurança no emprego, aos salários e horários, às férias e à segurança social, ter «tomado partido pelo grande patronato».

E se tais propostas atingem em primeiro lugar os jovens e as mulheres, a verdade é que se viessem a ser aprovadas, mais cedo ou mais tarde, como alertou António Filipe, não deixariam de agredir brutalmente os direitos e interesses de todos os trabalhadores.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Política educativa alvo da contestação estudantil

Alvo de um forte movimento de constestação estudantil, a Lei de Financiamento do Ensino Superior Público foi considerada pelo Grupo Parlamentar do PCP como um instrumento de ainda maior elitização no acesso ao ensino superior e de asfixia financeira das escolas. No próprio dia em que os estudantes saíam à rua fazendo ouvir o seu protesto em frente da Assembleia da República, no hemiciclo, pela voz de Bernardino Soares, a bancada comunista solidarizava-se com a sua luta acusando o Governo de levar a cabo uma política de «desinvestimento no ensino superior».

No preciso momento em que os estudantes faziam ouvir a sua voz em frente ao Parlamento, no interior do hemiciclo o PCP solidarizava-se com a sua luta exigindo mais respeito pelos seus direitos e aspirações

Este comportamento do Executivo vem, aliás, na perspectiva do Grupo comunista, materializar orientações precisas no sentido da crescente desresponsabilização do papel do Estado neste domínio, designadamente em termos de financiamento, escancarando deste modo as portas para o agravamento da actual situação.

Disso mesmo é testemunho, segundo Bernardino Soares, a existência da propina e a sua «aplicação imediata e sem mais delongas», em tudo contrastando com a demora na regulamentação de outras disposições, essas sim, pelo menos algumas delas, favoráveis à qualidade do ensino.

Lembrado pelo parlamentar do PCP, ainda a este propósito, foi o conceito de «estudante elegível» destinado a retirar às escolas o financiamento referente aos estudantes que excedam os anos de frequência estabelecidos na lei. Trata-se de um conceito decorrente em linha directa da «aplicação de princípios economicistas, neoliberais e privatizadores na política educativa», alertou, em que o Governo procura fazer crer que as responsabilidades pelo insucesso escolar derivam em primeira instância dos estudantes e não das «más condições das escolas», seja pelas deficiências das suas instalações ou pelas insuficiências pedagógicas do corpo docente.

Mas não menos grave é ainda o facto de o Governo não apenas ter vindo a cortar nos sucessivos Orçamentos do Estado nas respectivas dotações para o ensino superior - estão a ser descontadas as receitas previstas de cobrança de propinas no orçamento atribuído a cada instituição -, como, no que Bernardino Soares reputou de «situação ainda mais escandalosa», estar a obrigar as «instituições a utilizar as receitas das propinas para as despesas de funcionamento», uma vez que lhes desconta essa verba, ou parte dela, no orçamento corrente.

Tudo isto, repare-se, quando a frequência do ensino superior, numa parte substancial, é ja suportada pelos estudantes e suas famílias, enquanto a acção social, essa, como bem lembrou Bernardino Soares, continua muito aquém de satisfazer as necessidades, constituindo-se, por isso, num «entrave real e decisivo à democratização do acesso e da frequência deste nível de ensino».

Verberado pelo deputado comunista foi ainda o pendor economicista e centralizado do regime de gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário instituído pelo Governo, o qual, em sua opinião, «afasta os estudantes de uma participação mais profunda», bem como, noutro plano, a falta de paridade de participação dos estudantes nos órgãos de gestão do ensino politécnico, situação que é acompanhada por «ataques à paridade consagrada na Lei da Autonomia Universitária».

«Este não é o caminho», advertiu Bernardino Soares, antes de lembrar que «a escola é dos estudantes e quanto mais estes participarem maior democracia teremos em cada estabelecimento de ensino».

Lei de Serviço Militar

PCP reprova salto no escuro

Um verdadeiro «salto no escuro», tomado sem ponderação e sem prever os efeitos do novo sistema, assim definiu o Grupo Parlamentar do PCP a proposta de lei do Serviço Militar apresentada pelo Governo à Assembleia da República e por este órgão apreciada e aprovada, com os votos contra do PCP, na semana transacta.

A alteração ao regime de recrutamento, com a extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e sua substituição por uma Forças Armadas de profissionais e contratados, constitui um dos travejamentos em que supostamente assenta o novo modelo, defendido pelo PS e pelo PSD.

Correspondendo a uma alteração qualitativa profundíssima e de extremo alcance, seria de esperar que a decisão que a precede e suporta fosse suficientemente amadurecida por forma a garantir uma «previsão completa dos efeitos do novo sistema».

É que, como observou o deputado comunista João Amaral, «não se pode dar um salto como este para depois verificar que afinal o sistema não funciona, que não há gente suficiente para as necessidades, que se provocou uma crise grave nas Forças Armadas».

Ora no que parece não haver dúvidas é que houve mesmo por parte do Governo e do PSD uma enorme ligeireza e irresponsabilidade no tratamento desta matéria. João Amaral, depois de ter denunciado a «superficialidade e eleitoralismo» que marcaram a apresentação dos dois diplomas - «a proposta do Governo é um tiro no escuro, a do PSD é um tiro para o ar», disse -, classificou mesmo a proposta do Governo como um absoluto «desastre» sob qualquer dos ângulos em que o modelo de Forças Armadas de profissionais e contratados deve ser encarado.

«A proposta do Governo sobre o serviço militar é uma proposta de enorme fragilidade, imponderada, mal preparada, cheia de erros técnicos», não se cansou de frisar João Amaral, antes de lembrar o clima de «insatisfação geral» reinante entre especialistas e entidades diversas.

Aliás, para a bancada comunista, a proposta enferma de uma «questão insolúvel», a qual reside, segundo João Amaral, no facto de não fazer o que anuncia, isto é, não acabar com o SMO.

«Para acabar com o SMO - explicou - teria de abrir os cordões à bolsa, propondo remunerações atractivas e incentivos concretos». Mas como isso não está nos seus horizontes, «como não quer abrir os cordões à bolsa», fez notar João Amaral, «o que o Governo faz é pura e simplesmente prever o que chama "recrutamento excepcional", e que não passa da manutenção do SMO, ainda por cima na desgraçada versão do Serviço Efectivo Normal (SEN) de quatro meses».

Verberado por João Amaral foi igualmente o facto de a proposta, ao mesmo tempo que acaba com o recenseamento geral, «deixar sem resolução os mecanismos para o crescimento das Forças Armadas em tempo de crise».

Governo agiu irresponsavelmente ao propor um novo modelo de Forças Armadas sem ter respostas para os problemas que dele emergem

O regresso à política da canhoeira

O Grupo Parlamentar do PCP expressou o seu mais «vivo protesto e condenação» pela decisão que abriu caminho às operações militares contra a Jugoslávia. No dia seguinte ao anúncio feito pela NATO de que interviria militarmente contra a Jugoslávia e quando estava iminente o início da agressão, João Amaral manifestou igualmente a oposição do PCP ao envolvimento das Forças Armadas portuguesas e condenou firmemente a participação do Governo nas decisões de agressão.

Obedecendo estritamente aos interesses dos Estados Unidos da América e à «política dos seus dirigentes e agentes políticos que dominam o sistema de decisão política e que controlam a máquina de guerra da NATO», uma tal operação, na perspectiva do Grupo comunista, ao «rasgar brutalmente» esse «património historicamente conquistado», consubstanciado num conjunto de regras de direito internacional, constitui o «regresso à política da canhoeira».

João Amaral, num discurso muito crítico, lembrou designadamente que esta acção militar visando um país soberano foi desencadeada absolutamente à revelia de qualquer mandato das Nações Unidas ou do direito internacional.

Totalmente céptico quanto aos seus resultados, o deputado comunista alertou ainda para o facto de esta decisão não vir contribuir para a resolução dos problemas, bem pelo contrário, advertiu, «os problemas vão agravar-se sobre os escombros e os cadáveres que os bombardeamentos inevitavelmente causam». Daí que, para João Amaral, a solução do problema, uma solução que garanta «estabilidade e confiança duradouras», só pode ser política, passando, naturalmente, pela salvaguarda dos «legítimos interesses das populações do Kosovo, nomeadamente a albanesa», e pelo respeito da soberania jugoslava.

O caminho belicista adoptado, ao invés, provoca as mais sérias inquietações. Se se sabe como tudo começou, está tudo por saber quanto ao evoluir da situação e sobretudo quanto ao seu desfecho. É que, como referiu João Amaral, a «Jugoslávia não é um deserto e o seu exército está fortemente motivado, em nome dos valores pátrios», enquanto a «NATO, em nome da guerra, leva a guerra à Europa».

Este registo crítico do Grupo comunista, igualmente compartilhado pelo PEV, esteve, no entanto, longe de se tornar extensivo às restantes bancadas parlamentares. Evidenciando uma postura seguidista e acrítica relativamente à condução deste processo pelos EUA, Eduardo Pereira (PS), por exemplo, manifestou em nome da sua bancada «total confiança nos responsáveis políticos e militares» que dirigem esta operação, enquanto o líder da bancada parlamentar do PP, Luis Queiró, invocou «os esforços diplomáticos» para justificar a intervenção, escamoteando factos decisivos da responsbilidade de potências ocidentais que comprometeram essas mesmas conversações.

Marcha pela educação

Estudantes de todo o País manifestam-se em Lisboa

Estudantes de todo o País concentraram-se em Lisboa, no Dia do Estudante, para exigir uma outra política para o ensino. Em Ponta Delgada, mais de mil estudantes da Universidade dos Açores, Escola Superior de Enfermagem e escolas do ensino secundário manifestaram-se, dia 23, por uma melhor educação, uma política de transportes mais justa, por uma licenciatura de facto dos estudantes de enfermagem

Mais de cinco mil estudantes do ensino superior de todo o País participaram, em Lisboa, numa marcha pela educação, com que este ano ficou assinalado o Dia do Estudante.

Uma jornada de luta e festa que reuniu estudantes das universidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior, e que contou também com a participação de estudantes do ensino secundário e de uma delegação da Federação Nacional dos Professores.

Os jovens manifestantes contaram ainda com o apoio expresso da CGTP-IN, que considera convergentes a luta dos estudantes pela melhoria do ensino e a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos.

Empunhando cartazes com frases como «Educação é um direito teu, luta por ela» ou «De Hermano a Marçal, continua tudo igual», os manifestantes exigiram «a revogação imediata da lei do financiamento», porque «estudar não é um privilégio, mas um direito».

Após contacto com os deputados, frente à Assembleia da República, a jornada de luta terminou em festa na cidade universitária.

Uma grande iniciativa que culminou muitas realizações e diferentes formas de protesto um pouco por todo o País.

No Porto, o primeiro aniversário da *cantina virtual* do Pólo III da universidade foi assinalado com um churrasco promovido pelas associações de estudantes de Arquitectura, Ciências, Direito, Letras e Psicologia e Ciências da Educação. Os estudantes consideram que a comemoração é «a prova da ineficácia da Lei de Financiamento do Ensino Superior e da inércia dos responsáveis».

Em Faro, um referendo realizado na academia e divulgado em vésperas do Dia do Estudante, indica que a maioria dos alunos da Universidade do Algarve está contra a actual lei do financiamento.

Encontro-convívio de resistentes

Dezenas de democratas e resistentes antifascistas decidiram promover, no próximo dia 11 de Abril, um Encontro-Convívio Nacional, para celebrar o 25.º aniversário do 25 de Abril e recordar a resistência.

O convívio terá lugar no cine-teatro da Academia Almadense, iniciando-se pelas 10.00 horas com intervenções dos participantes, entrecortadas de poesia, música e canções. Segue-se um almoço de confraternização, nas instalações da S. F. Incrível Almadense, cerca das 13.00 horas. No final do convívio, pelas 15.00 horas, os participantes dirigir-se-ão em cortejo ao monumento «Aos perseguidos», na Praça do MFA, onde deporão as suas flores como expressão de reconhecimento, gratidão e solidariedade.

As inscrições podem ser feitas até ao dia 7 de Abril, pelo telefone (01) 3576083, sendo pedida uma contribuição de 1 000 escudos, para cobertura parcial das despesas desta iniciativa.

Um monumento de homenagem ao povo do Couço irá ser construído com a colaboração de todos. Face ao seu custo - cerca de 8 000 contos - a Junta de Freguesia pede a contribuição dos munícipes, que a poderão fazer chegar à própria Junta ou depositá-la na conta para o efeito aberta na Caixa Geral de Depósitos com o nº 17864030.
Uma justa homenagem à força e ao esforço do povo do Couço, «a unidade que se construiu e permaneceu em torno de ideais que não esmorecem».

Loures debate bairros de génese ilegal

«Prosseguir a reconversão e legalização das áreas urbanas de génese ilegal» foi o tema do seminário municipal, promovido pela Câmara de Loures, sábado passado, no Auditório Municipal da Póvoa de Santo Adrião. Uma realização que se insere num conjunto mais vasto de iniciativas sobre a matéria organizadas pelo município, que definiu como prioridades a recuperação das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI´s) e a requalificação do espaço urbano que lhe é inerente.

No debate participaram cerca de duas centenas e meia de pessoas, representando todos os intervenientes no processo de legalização das AUGI´s - Câmaras, associações de proprietários, autarcas, técnicos, entre outros. Uma reflexão participada e animada, que contribuiu decisivamente para o sucesso da iniciativa.

Os temas em debate dividiram-se por três painéis: *administração conjunta e reconversão urbanística, reconversão e requalificação das áreas urbanas de génese ilegal* e *legalização, tramitação registral e processo de divisão.*

São objectivos do seminário agora realizado: o aperfeiçoamento da lei 91/95, concretamente recensear propostas para melhorar a lei no quadro da sua revisão; melhorar os procedimentos municipais nesta matéria.

Na abertura dos trabalhos, Demétrio Alves, presidente da Câmara de Loures, sublinhou a complexidade e dimensão dos problemas em causa. Vinte por cento da população na área metropolitana de Lisboa, cerca de meio milhão de pessoas, vive em áreas urbanas de génese ilegal, traduzindo-se numa ocupação desordenada do território.

Uma realidade complexa que não se compadece com soluções demagógicas e populistas. Em véspera de eleições, esta questão «vem sempre à baila», comentou Demétrio Alves.

Na intervenção de encerramento, Dantas Ferreira, vereador de Habitação e Urbanismo, salientou as propostas concretas saídas do debate, em particular «a dilatação do período de vigência da lei» que deveria ser alargada «pelo menos a todas as áreas urbanas de génese ilegal que hajam instituído a administração conjunta até 31 de Dezembro de 2001».

Sublinhando a dimensão política do problema, Dantas Ferreira afirmou: «Porque estamos firmemente empenhados em prosseguir a reconversão e legalização das áreas urbanas de génese ilegal, não perdemos de vista a sua delicadeza e complexidade, como não abdicamos do princípio de que estas áreas têm de estar devidamente enquadradas no Plano Director Municipal e nos nossos planos municipais de ordenamento do território.»

O vereador repudiou posições populistas e considerou que tal seria «o caminho mais curto, não para promover o desenvolvimento harmonioso do território, mas, isso sim - atropelando ou desvirtuando os planos -, para facilitar a especulação fundiária, criar novos desequilíbrios e disfunções no território».

PCP

RIO DE MOURO
PS omite informação

Desde 1983, o Executivo da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, com presidência CDU, tem sido constituído pelas três forças políticas mais representativas - CDU, PS e PSD - que partilham cargos e pelouros e aprovam Orçamentos e Contas.
Porém, desde Fevereiro, o PS tem vindo a colocar-se à margem da resolução dos problemas, tentando inviabilizar a gestão normal da Junta. Designadamente a vogal do PS com o pelouro da Saúde, ao omitir a informação que lhe foi prestada de que o Ministério havia dispensado seis médicos do Centro de Saúde de Rio de Mouro, desrespeitou não só o Executivo da Junta e a Assembleia como os próprios utentes, que se vão ressentir com a medida.
A Comissão de Freguesia de Rio de Mouro do PCP, denunciando a situação, apela ainda à população, cujo crescimento não pára de se verificar, que acompanhe a Junta na sua reivindicação pela instalação de uma extensão do Centro de Saúde na Rinchoa/Fitares.

ÉVORA
Deputado visita tribunais

Uma delegação do PCP que integrava o deputado comunista Lino de Carvalho visitou recentemente as instalações dos Tribunais da Relação Judicial e do Trabalho, o Estabelecimento Prisional de Évora e o Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados.
A ausência de condições em matéria de instalações e meios de trabalho nos tribunais, a falta de salas para julgamento, a ausência de privacidade dos inquéritos criminais e a falta de funcionários são algumas das insuficiências que caracterizam os tribunais de Évora e que se traduzem pelo arrastamento dos processos e a denegação de condições de justiça aos cidadãos.
Assim, «sem prejuízo de uma solução conjuntural», a Comissão Concelhia de Évora diz que a solução de fundo passa pela construção de um novo Palácio da Justiça, há muito prometida pelo Governo e para a qual a Câmara já disponibilizou os terrenos.
Outra questão sublinhada pela delegação, e sobre a qual o PCP vai interpelar o Ministério da Justiça, diz respeito à sobrelotação do Estabelecimento Prisional que prejudica a humanização das condições prisionais e a própria reinserção social dos presos.

ALENTEJO
DRA em Andaluzia

Fernando Carmosino e Diamantino Dias, em representação da Direcção Regional do Alentejo, assistiram, nos dias 20 e 21 de Março, ao 7.º Congresso do Partido Comunista da Andaluzia onde, através de uma saudação, manifestaram a solidariedade do PCP, sublinharam a importância do intercâmbio de relações entre os dois partidos e informaram sobre as linhas de trabalho e objectivos de luta definidos na sua 1.ª Assembleia de Organização.
A delegação do PCP encontrou-se ainda com o Secretário-geral do PCA, Felipe Alcaraz, e com o Secretário-geral do PCE, Paco Frutos, com quem trocaram impressões sobre o trabalho desenvolvido pelos dois partidos.

AVEIRO
Mário Sacramento evocado

A Comissão Concelhia de Aveiro, em homenagem à «figura marcante no pensamento e em todo o panorama intelectual e cultural aveirense», que foi Mário Sacramento, «comunista incansável na luta contra o fascismo» há trinta anos falecido, promoveu no sábado passado uma romagem à sua campa, onde se integraram muitos comunistas e prestigiados democratas da região.
A evocação de Mário Sacramento, 25 anos após o 25 de Abril, «é a natural e incontornável evocação do que de mais ilustrativo constituiu o contributo do povo de Aveiro para a conquista da liberdade», diz a Concelhia do PCP, congratulando-se com a atribuição pela Câmara Municipal do nome de Mário Sacramento à Escola Secundária n.º 1.

VISEU
Inauguração simbólica

A Organização Concelhia de Viseu do PCP procedeu, no dia 18 de Março, à «inauguração simbólica» do prolongamento à Av. Dr. António José de Almeida que - com seis meses de atraso - já esteve completamente aberto ao trânsito, encontrando-se, neste momento, aberto até metade por uma faixa de rodagem.
A iniciativa foi tomada na sequência do anúncio de novo adiamento de dois meses nesta obra - «indispensável para regularizar o tráfego em direcção a São Pedro do Sul/Castro Daire e para atenuar as longas filas de espera causadas pelos semáforos da Av. da Bélgica» - só explicável, «por uma grande falta de respeito pelos milhares de cidadãos que utilizam estas vias».

Universidade Moderna
Defender o interesse dos alunos

O Estado deve possibilitar aos alunos da Universidade Moderna, que o pretendam, a transferência no próximo ano lectivo para uma escola pública de ensino superior, defendeu Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, em declaração à comunicação social.

O escândalo que rebentou na Universidade Moderna nas últimas semanas impõe o completo esclarecimento de todas as actividades ilícitas que terão sido realizadas a coberto das suas finalidades escolares.

Mas esse esclarecimento - que o país exige - não é contraditório com a atenção que deve ser dada aos milhares de estudantes desta universidade privada que estão a ser confrontados com uma situação que já provocou danos irremediáveis nas suas legítimas expectativas académicas e profissionais.

Sem dúvida que há interrogações que carecem de resposta por parte do Ministério da Educação, como seja, por exemplo, sobre cumprimento ou não de todos os requisitos legais respeitantes à autorização e ao funcionamento da Universidade Moderna e dos seus cursos, sobre os resultados e a regularidade dos actos inspectivos realizados, e sobre os apoios oficiais que lhe terão sido proporcionados.

Mas essas respostas não são susceptíveis de alterar um primeiro juízo fundamental: o de que o Estado, seja por incumprimento seja por insuficiência das disposições legais, não acautelou devidamente as condições de idoneidade da entidade proprietária de uma instituição de ensino superior cujos cursos foram por si reconhecidos.

Defende-se, por isso, que, se porventura a actividade da Universidade Moderna vier a ficar em risco, ou se os alunos considerarem que a credibilidade dos seus cursos ficou afectada, o Estado adopte disposições excepcionais que possibilitem, aos alunos que o pretendam, a transferência no próximo ano lectivo para uma escola pública de ensino superior.

Essa transferência deve implicar, em cada caso, a aprovação de equivalências e de planos de estudos pelos órgãos científicos competentes das escolas de destino dos alunos, e a assunção pelo Estado da responsabilidade pela criação de condições para a finalização dos respectivos cursos.

Lisboa
Comunistas atentos à qualidade de vida

A Organização da Cidade de Lisboa do PCP prossegue os seus contactos com populações, serviços públicos e sectores de actividade, com o objectivo de auscultar problemas e encontrar soluções.

Em relação à visita efectuada ao Centro de Saúde de Santo Condestável, o PCP constatou que as instalações são inadequadas para a população abrangida (24 mil utentes) e com maus acessos, o número de enfermeiros é insuficiente, as consultas de especialidade têm longas listas e tempos de espera e faltam meios auxiliares de diagnóstico.

Entretanto, combatendo a desresponsabilização do Estado nesta área, o PCP tem proposto a atribuição de mais dinheiro do Orçamento para o Serviço Nacional de Saúde, o que permitiria, nomeadamente, a construção de 14 Centros de Saúde em falta (só em Lisboa), a melhoria das instalações dos que já existem, mais meios materiais, mais médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar nos Centros de Saúde.

Na freguesia de Benfica, em especial no Bairro da Boavista, a delegação do PCP, que integrava a vereadora Rita Magrinho, analisou não só os problemas dos serviços de Saúde - que está longe de corresponder às necessidades da população - como os dos Correios, aqui constatando, por exemplo, que, para comprar um simples selo, doze mil moradores deste bairro são obrigados a deslocar-se dois quilómetros.

Entre outras questões, o PCP verificou que a população da Boavista precisa de uma extensão do Centro de Saúde, de um posto dos Correios, de uma Casa Mortuária, de uma Praça de Táxis e da passagem das carreiras da Carris pelo interior do bairro.

Monsanto mais seguro

Também uma delegação constituída por Luís Fernandes, João Amaral e Rui Godinho contactou os serviços de Ambiente e a Polícia Florestal, a que se seguirá uma visita aos Serviços de Protecção Civil.

Na serra de Monsanto, onde a acção da Polícia Florestal - protecção de pessoas e bens na floresta - é complementada pela PSP nos arruamentos e estradas, os responsáveis destes serviços fizeram o ponto da situação à delegação. Quer em termos de enquadramento na estrutura municipal (falta de pessoal, vencimentos e similares) quer em termos de legislação e de desempenho (os objectivos atingidos, a dedicação dos guardas, as dificuldades e medidas que esperam dos responsáveis).

Apesar de Monsanto aparecer hoje como uma zona muito mais segura - com as áreas da Serafina e do Parque Ecológico mais utilizadas -, podem espreitar novos perigos resultantes de algum tráfico de droga da zona do Casal Ventoso e que exigem a necessidade de uma maior vigilância, através, designadamente, da coordenação com a PSP e a GNR a cavalo.

Ajuda

Entretanto, a Comissão de Freguesia da Ajuda visitou, na semana passada, 3 IPSS's e 4 Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo a oportunidade de confirmar a grave carência de creches - todas as instituições visitadas têm grandes listas de espera - e a necessidade absoluta de reabertura da Esquadra da PSP na Boa Hora.

A título de exemplo, foram referenciados casos de crianças que têm de faltar às aulas para tomar conta dos irmãos mais novos e o caso de assalto a pátios e recreios de um Jardim de Infância e Creche na Calçada da Ajuda por toxicodependentes.

As delegações comunistas - que registaram o apreço existente pelo trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia da Ajuda -, consideram que a resolução destes problemas passa por o Estado investir mais no apoio às famílias e às IPSS's, assim como na construção de equipamentos sociais dotados dos meios humanos e materiais adequados.

Jaime Serra apresenta livro

«Ara: as explosões que abalaram o fascismo» é o nome do novo livro que Jaime Serra lançou, na passada quinta-feira, no Espaço Cultural do Centro de Trabalho Vitória.

Na iniciativa, que foi seguida de debate, estiveram presentes, entre outros, Francisco Melo, das Edições «Avante!», Sara Canavezes, do Sector Intelectual da DORL, o historiador António Ventura e o jornalista Carlos Coutinho.

SIC não cumpre

A SIC desrespeitou novamente a lei, ao recusar ceder à RTPi e RTP África o sinal para a transmissão dos jogos do Benfica e do Alverca e impedir as comunidades portuguesas de assistir a estes jogos de futebol.

Por outro lado, apesar deste canal televisivo ter violado por sete vezes a lei - que estipula a obrigatoriedade aos titulares de direitos exclusivos de cedência de sinal aos operadores que disponham de emissões internacionais -, a RTP apenas num dos casos decidiu actuar, não salvaguardando os seus próprios interesses nem os dos emigrantes.

Entretanto, o secretário de Estado da Comunicação limita-se a «lamentar», apesar de em Setembro do ano passado ter desmentido publicamente que houvesse qualquer risco de falta de acesso dos emigrantes a transmissões desportivas através da RTPi e da RTP África.

A Direcção da Organização na Emigração do PCP, a quem cabe a denúncia, afirma ainda que o Grupo Parlamentar do PCP irá requerer ao Governo informação sobre as diligências que tenciona levar a cabo por forma a salvaguardar os direitos do Serviço Público de Televisão.

FIGUEIRA DA FOZ
Governo questionado

O deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, deslocou-se recentemente à Figueira da Foz, a fim de se inteirar do transporte ferroviário que serve os concelhos de Cantanhede, Coimbra e Montemor-o-Velho, concluindo que, desde 1983, quando da electrificação da linha, todo o investimento se revelou inútil por nunca se ter concluído a circulação em via dupla.

Paralelamente, o transporte de passageiros tem sido «premeditadamente» desvalorizado através de horários desadequados e da utilização de material circulante velho, com o objectivo de levar os utentes a procurar outros meios de transporte e justificar o abandono de um investimento «não rentável».

A desactivação das oficinas da EMEF é outro factor de degradação de uma situação sobre a qual Joaquim Miranda - para quem a Figueira da Foz é ainda um importante pólo ferroviário - irá questionar o Governo.

ALVERCA
Eleito do PS calunia

O responsável pela organização local do PS e eleito na Assembleia de Freguesia, Joaquim Rocha, tentando justificar a posição do PS e do PSD de reprovar o quadro de pessoal da Junta para 1999, aproveitou um artigo de opinião, editado em Fevereiro pelo jornal *Notícias de Alverca*, para caluniar os trabalhadores da Junta de Freguesia.

A célula do PCP na Junta «não se espanta», porém, com essa posição, pois os trabalhadores «estão habituados» ao desrespeito destes partidos pelos seus direitos, mas «protesta veementemente» pelo facto de os funcionários da autarquia, para além de terem sido efectivamente prejudicados, se verem «envolvidos em comentários ofensivos à sua dignidade».

Afirmando que a postura dos eleitos locais do PS é extensível ao Governo, os comunistas da Junta de Alverca consideram que, nas próximas eleições, é «preciso dar a oportunidade ao PCP e à CDU de mostrar uma política diferente».

VIANA DO CASTELO
Plano é para cumprir

Os dirigentes da organização distrital de Viana do Castelo do PCP recentemente eleitos já definiram as competências e as regras de funcionamento por que se vai reger o órgão de que fazem parte, com vista a uma maior e melhor intervenção do Partido em defesa dos interesses das populações do Alto Minho.

Ao mesmo tempo, congratulam-se com a notícia da aprovação a curto prazo pelo Governo de um Plano Integrado para o Alto Minho como o PCP, desde 1991, vem reclamando.

Os comunistas esperam agora que o Programa para o Alto Minho - classificado pelo Governo como «zona de intervenção prioritária» - seja para cumprir e passe a uma discussão pública que envolva os agentes económicos, sociais, institucionais e políticos.

VILA FRANCA DE XIRA
«Sobralinho» alerta

Uma folha informativa intitulada «Sobralinho» foi distribuída pelo PCP, no mês de Março, à população da Vila do Sobralinho.

A travessia da EN 10 e o lançamento em Abril de um abaixo-assinado reivindicando a construção de uma passagem com segurança para os peões, a reactivação do Relógio da Torre, «símbolo da freguesia», a construção dos nós do Sobralinho e dos Caniços e a abolição das portagens, assim como o alcatroamento da estrada dos Olivais, são algumas das questões que a folha aborda e para as quais chama a atenção da população.

FERREIRA DO ALENTEJO
Decisão economicista

A Comissão Concelhia de Ferreira do Alentejo do PCP, tomando conhecimento da intenção do Governo de encerrar o internamento do Centro de Saúde, veio a público contestar o projecto, que considera «de carácter puramente economicista», elaborado «sem consulta prévia» dos profissionais de saúde e utentes e apenas visando a privatização e a passagem de um serviço público para uma instituição privada, a Santa Casa da Misericórdia.

A intenção da Santa Casa da Misericórdia de fazer um lar de idosos com serviços médicos e de enfermagem - para o qual, aliás, o Ministério da Segurança Social já disponibilizou uma verba própria - não está em causa, diz o PCP, reconhecendo a necessidade da existência de um tal serviço. O que os comunistas não aceitam é que este apoio venha a ser dado «com prejuízo do serviço de internamento público e gratuito mas que é património de todos os ferreirenses».

Açores
Agir para a mudança

O Conselho Regional do PCP nos Açores aprovou uma Resolução que perspectiva a actividade para o ano corrente e aponta os grandes desafios que a Região tem de enfrentar nos próximos tempos.

Uma das questões analisadas pelo Conselho Regional, na sua reunião de 13 de Março, diz respeito à justiça remuneratória que, em sua opinião, tem de ser encarada como uma das grandes prioridades de 1999 e deve incluir nas medidas a tomar os reformados e pensionistas.

As negociações da Agenda 2000 e a reforma da PAC são outras questões com as quais o PCP/Açores se preocupa, recusando, designadamente no que respeita à ultraperiferia e à União Europeia, qualquer posição «conformada e seguidista» do Governo Regional e do Governo da República perante imposições dos países mais fortes. E, tendo em conta a gravidade da situação, propõe que o Governo Regional faculte aos partidos toda a informação disponível e que a Assembleia Legislativa acompanhe os processos negociais em curso.

Quanto à recuperação das calamidades e reconstrução, o Conselho Regional do PCP chama a atenção para a necessidade de o Decreto Legislativo de enquadramento dos apoios ser correctamente interpretado, defendendo o diálogo entre o Governo Regional e os municípios das zonas sinistradas para uma melhor articulação.

Quanto ao sistema educativo, «é tratado de forma precipitada» pela Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais. Por sua vez, a reforma do Serviço Regional de Saúde «não corresponde ao que é necessário nem ao que é possível», razão por que os comunistas não a votarão favoravelmente, a não ser que venha a sofrer profundas alterações.

Por fim, o Conselho Regional analisou as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, apontando na sua fase de preparação duas grandes inicitivas: um *Encontro Regional da CDU sobre o desenvolvimento da região ultraperiférica dos Açores* e um *Encontro Regional da CDU sobre as medidas dos órgãos de soberania em relação a problemas de interesse regional.*

Deputado questiona

A central térmica do Caminho da Levada, há quarenta anos construída em Ponta Delgada, passou, em 1987, com a entrada em funcionamento da Central do Caldeirão, a ser considerada uma central de recurso.

Sendo porém uma central de recurso, trabalha longos períodos, produzindo tremor, poluição e ruído que, segundo os moradores da zona, ultrapassam o limite do «aceitável». Ora como a cidade de Ponta Delgada cresceu muito, nomeadamente naquele sentido, a Direcção Regional do Ambiente defende a posição de que ou a Central sai do local ou saem os moradores.

Contudo, na opinião do PCP, cabe ao poder regional, como responsável pela EDA, e à Câmara Municipal de Ponta Delgada, como responsável pelas questões de habitação e urbanismo, actuarem no sentido de repor a legalidade e defender os interesses dos cidadãos, o equilíbrio urbano e a possibilidade de uma sadia expansão da cidade.

Assim, o deputado regional do PCP, Paulo Valadão, em requerimento ao Governo Regional, pretende, designadamente, saber que tipo de licenciamento foi concedido para a implantação da central da Levada naquele local; como encara o Governo a localização daquela Central em plena zona urbana; se existe alguma decisão sobre o eventual encerramento da central e, em caso afirmativo, qual?

78.º aniversário do PCP
Leilão realiza cem contos

Mais de uma centena de camaradas e amigos festejaram, na passada sexta-feira, em Setúbal, o 78.º aniversário do PCP.

A iniciativa, promovida pela Comissão Concelhia do PCP, realizou-se num restaurante da cidade, com um jantar de confraternização.

No final, o camarada Augusto Flor, do Executivo da DORS, fez um discurso assinalando o significado da data. Por sua vez, o camarada Jorge Pires, da Comissão Política, interveio sobre a actual situação e as perspectivas de luta que se abrem.

Realizou-se ainda um leilão de dois desenhos de Álvaro Cunhal que, em conjunto, depois de animado despique, atingiram o valor de cerca de 90 contos, importância que reverteu para a Campanha Nacional de Fundos.

A festa culminou com o soprar das velas de um grande bolo de aniversário com que os presentes terminaram o jantar.

A animar o jantar, realizou-se um leilão muito participado que recolheu cerca de uma centena de contos para a Campanha Nacional de Fundos

Emigração

A fechar o círculo de iniciativas na emigração no quadro das comemorações do aniversário do Partido, decorreram no passado fim-de-semana várias iniciativas.

Em Geneve, na Suíça, um jantar-convívio reuniu camaradas e amigos do PCP, tendo sido feita uma alocução alusiva à data pelo camarada Adelino Ferreira, membro do Secretariado da organização do Partido naquele país.

Em Wiesbaden, na Alemanha, realizou-se um jantar no restaurante Algarve. Fátima Garcia, do Gabinete em Bruxelas de apoio aos deputados do PCP no Parlamento Europeu, fez uma intervenção sobre a história e luta do PCP em defesa dos trabalhadores seguida de um debate muito animado sobre aspectos muito diversos desde a situação internacional, com particular destaque para a guerra provocada pela NATO na Jugoslávia, aos problemas dos emigrantes portugueses decorrentes da falta de apoio por parte dos serviços consulares portugueses.

Ainda na Alemanha, mas em Hamburgo, decorreu também um jantar-convívio no Restaurante Lisboa que juntou camaradas e amigos, no qual foi lida uma intervenção pelo camarada Alfredo Stoffel, membro do organismo de direcção do PCP na Alemanha.

CAMARADAS FALECIDOS

António Sanguinheira

Com 57 anos de idade, faleceu, no passado dia 28 de Março, o camarada António Sanguinheira, natural do Couço, onde residia. Membro do Partido desde 1974, estava organizado na célula da Câmara Municipal de Coruche.

Domingos Gonçalves da Silva

Após prolongada doença, faleceu no dia 28 de Março, com 75 anos de idade, o camarada Domingos Gonçalves da Silva, o «Caçarico» como era conhecido entre os amigos e camaradas. Aderiu ao Partido a seguir ao 25 de Abril de 1974. Fez parte da célula da Inal, Alverca, e da Comissão de Bar do Centro de Trabalho de Vila Franca de Xira, concelho onde, durante muitos anos foi um dos responsáveis pela distribuição do «Avante!».

Joaquim Pinheiro

Faleceu recentemente, com 97 anos de idade, o camarada Joaquim Pinheiro. Militante do Partido desde os anos 40, esteve entre os muitos comunistas de Alhandra que foram presos na sequência das «eleições» de 1958. Integrou a célula da CIMPOR e, posteriormente, a organização local de Alhandra.

Maria da Conceição Bonito

Com 80 anos de idade, faleceu no passado dia 24 de Março, a camarada Maria Conceição Bonito. Militante do Partido desde 1976, estava organizada na freguesia de Alverca.

Rodrigo Serro Martins

Faleceu no dia 10 de Março, com 72 anos de idade, o camarada Rodrigo Serro Martins. Militante comunista nos anos de clandestinidade, esteve preso duas vezes. Actualmente militava na organização do Bom Sucesso na Freguesia de Alverca.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Carlos Carvalhas visita Ovibeja

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de uma delegação do Partido, visitou no passado sábado a Ovibeja, feira anual do Alentejo, que decorre no Parque de Exposições de Beja.

Saúde
Demagogia impera em Sintra

Em conferência de imprensa realizada no dia 23 de Março, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP analisou a política de saúde do PS - no Governo e na Câmara Municipal de Sintra -, denunciando a demagogia que habitualmente este partido utiliza em períodos eleitorais.

Foi o que aconteceu nas eleições autárquicas de 1997, quando o Governo e a candidata à Presidência da Câmara, Edite Estrela, colocaram uma placa num «terreno cedido pela Câmara Municipal de Sintra para a construção de um Centro de Saúde» que, segundo rezava o texto, iniciaria a sua construção - que duraria 12 meses - no segundo trimestre de 1998. Porém, em Março de 1999 (deveria a construção estar em fase de conclusão), o que se verifica é que nada existe.

Agora, à beira de nova campanha eleitoral, o Governo vai mais longe e promete um hospital. Um hospital que o Orçamento do Estado não contempla com um tostão sequer e para cuja construção a presidente da Câmara de Sintra aconselha o uso «da imaginação e do pragmatismo para encontrar os caminhos e os interlocutores» necessários.

Entretanto, diz o PCP, é essencial um novo hospital no concelho já que o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) - projectado há cinco anos para 300.000 utentes - serve agora e mal uma população de 600.000 pessoas.

Aliás, em relação a este hospital, os comunistas defendem que passe a ter uma gestão pública como garantia de um efectivo serviço público. E, prometendo tudo fazer para pressionar o Governo a criar um novo hospital num prazo de quatro anos, como «eleitoralisticamente prometeu», apontam ainda a construção de várias extensões de Centros de Saúde já existentes e uma séria de medidas que vão da colocação de médicos e enfermeiros em falta a uma maior flexibilidade de horários ou a serviços de apoio a lares, centros de dia e domiciliários.

Ermesinde
Não ao lixo de Gaia!

O acordo entre a Câmara Municipal de Gaia e a Lipor, ao mesmo tempo que marginalizou os órgãos autárquicos e a população, vai permitir que, pela primeira vez, Gaia deposite os seus lixos em Ermesinde.

A denúncia cabe à Comissão de Freguesia de Ermesinde do PCP que, entretanto, coloca algumas questões sobre o assunto, nomeadamente a de saber que «negócios» foram estabelecidos de forma a permitir que as instalações da Lipor em Ermesinde - cuja capacidade de tratamento não vai além das 650 toneladas mas trata diariamente 1200 -, possa aceitar um depósito diário de mais 300 toneladas oriundas de Gaia.

«Estaremos perante uma situação de fretes partidários e políticos entre os presidentes das câmaras de Gaia e de Valongo, ambos do PSD?», pergunta o PCP, para quem o presidente de Valongo deve explicar à população o seu procedimento uma vez que nas suas propostas eleitorais sempre defendeu o encerramento da Lipor em Ermesinde.

Exigindo o cumprimento desta promessa, o PCP defende o imediato cancelamento do transporte dos lixos de Gaia e a implementação de uma política ambiental que vise a redução da produção de lixo e a reciclagem e reutilização dos materais.

Debate no Porto

PCP defende novo modelo de desenvolvimento

O processo de desenvolvimento regional do Norte foi o tema para o debate promovido pela Direcção Inter-Regional do Norte do PCP, no passado dia 27 de Março, no Porto, a que presidiu António Lopes, membro da Comissão Política.

Os resultados da negociação do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para 2000 a 2006 foi alvo de uma primeira análise por parte de **Honório Novo**, deputado do Parlamento Europeu, que negou tratar-se de «uma grande vitória para Portugal» como o Governo anunciou. O deputado preferiu antes usar a expressão «gato escondido com rabo de fora» e, começando pela vertente agrícola, notou que as «vitórias anunciadas são sectoriais e ainda assim contestáveis».

Sobre a questão dos fundos estruturais e de coesão, Honório Novo notou que «se o montante global dos fundos estruturais do QCA desceu, conforme foi anunciado, como é que a mesma percentagem (10,8%) pode conduzir a valores nacionais superiores?», questionou. Outras dúvidas foram levantadas, nomeadamente sobre o destino das verbas de programas não executados e sobre quais vão ser as contribuições futuras do país para o orçamento comunitário.

Vítor Santos, engenheiro, presidente do Conselho Directivo do ISEP, analisou os perfis dos sectores industriais predominantes na Região Norte e debruçou-se sobre as relações entre o ensino, a investigação e a produção, afirmando que não se compreende que os ministérios da Indústria (agora apenas uma Secretaria) e o da Educação estejam de costas: «uma irracionalidade que, mais uma vez, todos nós pagamos», disse.

Vítor Santos defendeu a necessidade de lançar programas específicos de desenvolvimento das infra-estruturas e recursos docentes em todo o sector educativo regional, desde o pré-básico ao superior, e de um pacote educacional no âmbito dos subsistemas do ensino secundário de matriz profissional e superior dirigido para a especialização vocacional da estrutura industrial da região, por forma a criar técnicas capazes de suportarem o desenvolvimento e renovação industrial.

Incentivar a formação

Rui Sá, engenheiro, membro da Assembleia Municipal do Porto e docente da Universidade do Minho, considerou como aspectos profundamente negativos o fraco investimento nacional em I&D e a assimetria regional e, recorrendo ao exemplo da vizinha Galiza, defendeu um forte apoio do Estado na implementação de uma política de desenvolvimento e inovação tecnológica direccionada para o fomento de estratégias industriais integradas, sabendo quais são os sectores produtivos a privilegiar, as áreas tecnológicas a incentivar e os sectores de formação a dinamizar.

Carlos Silva, sociólogo e professor na Universidade do Minho, sublinhou a necessidade da luta em torno do desenvolvimento regional e local, observando que «o Mundo está com efeito mais globalizado, mas a questão mais pertinente será a de questionar-se até que ponto estará mais (des)igual. Sem atentar nas desigualdades por classe social, por grupo étnico ou por sexo, as assimetrias regionais, a nível mundial, mantêm-se e até se reforçam».

João Duarte, do Comité Central, reflectiu sobre a agricultura no Norte, cujas características e especificidades nunca foram tidas pelos governos PSD e PS. Este dirigente referiu-se à distribuição dos dinheiros públicos destinados a Ajudas Directas beneficia os grandes latifundiários e prejudica as pequenas explorações; à manutenção dos preços elevados preços dos factores de produção; às grandes dificuldades da organização da comercialização e falta de controlo das importações. Se o Seguro Agrícola de Colheita é ineficaz; se não há rendimento nas áreas da vinha, da horticultura e das frutas; se os custos das contribuições para a Segurança Social são demasiado altos e as reformas dos agricultores degradadas; se o sistema de sanidade animal é ineficaz e a vertente técnica e financeira ao sector cooperativo é insuficiente, como podem continuar a haver agricultores nesta região?, perguntou João Duarte.

O sector têxtil do Norte continua em queda de produção

Investimento em queda

Ilda Figueiredo, a primeira candidata da lista da CDU ao Parlamento Europeu, que encerrou o encontro depois de algumas contribuições do público presente, trouxe mais dados sobre as assimetrias regionais.

«No Norte, apesar de o PIB *per capita* continuar inferior à média nacional (e a cerca de 64% da média comunitária), (...) a despesa pública canalizada e efectivamente executada nesta região foi a mais baixa do Continente (apenas 140 contos por pessoa entre 1994/97, quando a média nacional foi de 228 contos/pessoa)».

A informação a nível nacional indica que as indústrias têxteis de vestuário e, em particular, do couro e calçado, sofreram quedas na produção e na utilização de mão-de-obra, ao contrário das declarações do ministro da Economia que, ainda recentemente no Vale do Ave, não vislumbrou problemas económicos nem desemprego.

Ilda Figueiredo distinguiu ainda os dados sobre os desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Norte e as pessoas em POCs (Programas de Ocupação de Desempregados) para concluir que o desemprego efectivo não diminuiu. Chamou ainda a atenção para os dados do Rendimento Mínimo Nacional que atribui 38% dos beneficiários ao Norte, dos quais cerca de metade são assalariados e 34% são pensionistas.

Confrontando as declarações do Governo acerca do desenvolvimento regional com as medidas práticas, a candidata ao PE concluiu que efectivamente «o Governo não só não intensificou na região o investimento público, como facilitou uma forte quebra do investimento directo estrangeiro que, no Norte, foi, em 1998, apenas pouco mais de metade do que fora atingido em 1997».

No encontro, foi divulgada uma proposta que sintetiza em várias linhas programáticas a política que o PCP defende para o Norte de que daremos conta numa próxima edição.

TAP

Comunistas pedem sindicância

Os trabalhadores comunistas da TAP, preocupados com o rumo que está a ser dado à empresa, consideram que não existe outra alternativa que não seja pedir ao ministro da tutela uma sindicância.

Mercê do esforço dos trabalhadores, a TAP constituiu-se durante quase meio século como a grande empresa de transporte aéreo de Portugal, pelo que não surpreende - diz o PCP - que sejam os trabalhadores a tentar preservar o que tanto custou a construir e a denunciar o que se encontra mal.

Aliás, foi o facto de oportunamente terem alertado para os resultados da implementação do acordo TAP/SWISSAIR, que levou à correcção de alguns resultados menos bons, ainda que tenha ficado sem resposta se o custo desta operação não terá implicado a redução do valor da TAP.

Entretanto, subsistem preocupações ligadas ao processo de alienação das vendas a bordo, designadamente quanto à aplicação do acordo entre a TAP e as Lojas Francas. É que, por exemplo, as razões que o Conselho de Administração aponta para a alienação do serviço de vendas a bordo vêm precisamente justificar que elas sejam assumidas enquanto serviço da TAP. Por outro lado, os reflexos da abolição do «Duty Free» serão os mesmos quer sejam as Lojas Francas ou a TAP a explorar o negócio.

Entretanto, algumas das medidas que o Governo PS tem vindo a tomar são demonstrativas da sua obsessão de rapidamente privatizar a empresa. É a suspensão, em Janeiro, dos voos da companhia para Ponta Delgada - determinando a perda de 20 postos de trabalho -, ou a substituição do sistema de reservas Tapmatic pelo sistema PARS da Swissair, verificada em Novembro de 1998, cujo aluguer representa um encargo anual para a empresa avaliado em um milhão de contos.

Notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação, que referem negociações entre o Governo e a Swissair para reavaliar a TAP em apenas 60 milhões de contos, levaram inclusive o Grupo Parlamentar do PCP na Comissão de Economia a propor uma audição parlamentar sobre a situação desta empresa.

Por seu lado, a célula do PCP exige que o Governo termine de vez com o processo de privatização da TAP e valorize o seu estatuto de empresa pública, através de uma gestão que lhe permita enfrentar, com a sua identidade respeitadora dos direitos dos trabalhadores e o seu carácter nacional, o actual quadro mundial de desregulamentação e globalização.

JCP em luta pelo futuro
6º Congresso

VI Congresso da JCP

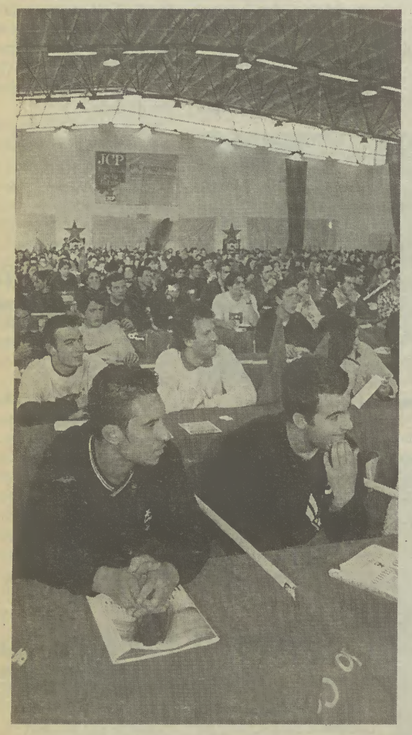
«Queremos cravos, rosas não!»

Texto
Isabel Araújo Branco (*)

Fotos
Sérgio Morais

Durante o fim-de-semana, a JCP esteve reunida em congresso, na cidade de Almada, numa iniciativa onde que se discutiram os problemas que afectam os jovens e as propostas para os solucionar. Das muitas intervenções, uma conclusão salta à vista: vale a pena lutar, apesar de todas as dificuldades. De cravos e bandeiras na mão, os jovens comunistas prometeram intensificar a luta por um futuro melhor e revolucionar a sociedade.

A Escola António da Costa foi palco de dois dias de intenso debate sobre os temas que mais afectam a juventude portuguesa. Os 687 delegados que representaram os militantes da JCP estiveram reunidos no seu IV Congresso, marcado por intervenções combativas, num ambiente de festa, convívio e boa disposição que, no entanto, não fez esquecer os problemas com que os jovens têm de lidar no seu dia-a-dia: o ensino, o desemprego e a precariedade do trabalho, a habitação, a toxicodependência, a educação sexual, o racismo.



Como disse Mário Peixoto, «o que se passa não passa ao lado dos comunistas». E talvez o grande problema que os jovens têm de enfrentar, para além de questões concretas em várias áreas, é a falta de perspectivas de futuro. É difícil estudar, é difícil arranjar emprego e receber um salário de acordo com o nível de vida, é difícil sair de casa dos pais e ter uma casa própria.

Mas, se não se avistam facilidades, aproximam-se grandes batalhas pela melhoria da situação. Apesar das dificuldades, vale a pena lutar: este foi o mote da maioria das intervenções.

Contando com a presença do secretário-geral comunista Carlos Carvalhas, José Casanova, Luísa Araújo (ambos membros da Comissão Política) e Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições europeias, o congresso transformou o pavilhão daquela escola almadense num espaço de reflexão e discussão, mas também de convívio e divertimento. As mãos ora pegavam em bandeiras ora serviam para mostrar um punho cerrado; as bocas ora gritavam palavras de ordem ora apresentavam largos sorrisos.

Apesar da organização que uma iniciativa como esta tem de respeitar, a irreverência não faltou tal como outros atributos próprios da juventude que quase todos perdem com a idade, mas que muitos têm pena de abandonar. E isso encontrava-se no congresso quando um jovem mais tímido sorria envergonhado se os delegados interrompiam a sua intervenção para aplaudir. Ou quando, no final do congresso, os cravos - até ali tão bem guardados - foram atirados euforicamente para os outros camaradas.

O congresso mostrou a cumplicidade entre os jovens comunistas e, acima de tudo, que eles não têm dúvidas em relação ao rumo que o mundo tem de tomar: para que a sociedade se torne mais justa e igualitária há que implantar o ideal comunista.

A necessidade de mudar o mundo

Acompanhámos o congresso com Pedro Rodrigues, um delegado do Porto de 21 anos, estudante do ensino superior. As suas ideias vão ao encontro das concepções de todos os outros congressistas, mostrando que as preocupações dos jovens em geral e dos jovens comunistas em particular são tão reais que afectam todos.

Pedro Rodrigues, eleito para a nova Direcção Nacional, aderiu à JCP há quatro anos. «Entrei porque procurava um espaço onde pudesse discutir ideias, onde pudesse fazer algum trabalho válido para melhorar não só a minha vida, mas também o mundo que me rodeia, o espaço onde vivo. Desde aí esse objectivo nunca foi posto em causa. Aliás, essa é a grande razão por que, quatro anos depois, continuo aqui», explica.

«Não me lembro bem qual foi a razão que me levou a chegar ao Centro de Trabalho da Boavista e dizer que queria militar na Juventude Comunista. Passou muito pela necessidade de fazer qualquer coisa, complementada pela leitura das propostas teóricas do PCP, que me pareciam poder ser um bom guia de acção para o pessoal poder intervir na sociedade com coerência e consequência. Foi a partir daí que aquilo me pareceu fascinante e que podia ser um ponto de partida para coisas muito boas e muito positivas – foi isso que me atraiu.» Esta mesma vontade levou também mil outros jovens a seguir o caminho de Pedro Rodrigues e a inscrever-se na JCP nos últimos meses.

A JCP é, de facto, um projecto de futuro. O seu campo de acção é alargado, porque os problemas que se colocam não são sectoriais, mas conjunturais. «Se conseguirmos reintroduzir os pressupostos essenciais para que o caminho de edificação de uma sociedade mais justa seja alcançado, podemos chegar a fórmulas muito interessantes de desenvolvimento social. Temos em nosso poder aquilo que é essencial para reintroduzirmos as variáveis correctas no processo de transformação social e, com elas, ocuparmos o nosso espaço e chegarmos às pessoas, mostrando-lhes todas as nossas propostas», refere Pedro Rodrigues.

«Perceber o comunismo é perceber como as pessoas se devem relacionar com o seu meio de um modo racional, e nunca de uma maneira desigual e injusta como é feito agora. Essa é a única solução de futuro, e não dizerem-nos que a única hipótese é remendar todos os buracos que aparecem no edifício social. Isso é errado e os comunistas sabem que uma sociedade onde haja lugar para toda a gente tem de ser construída de base - o que significa perceber da maneira mais completa possível que todas as necessidades e todas as equações económicas e sociais têm de ser tomadas em conta para transformar o mundo de uma forma radical e democrática. Esse é o sentimento da JCP e não no sentido retórico, mas prático.»

«Queremos cravos, rosas não!»

O congresso vai nesta direcção e para que tal aconteça é preciso consciencializar toda a juventude e fazer evoluir as mentalidades. Como afirmou Osvaldo Marta, membro da nova Direcção Nacional, é preciso afastar legislações como o novo pacote laboral e realidades como o trabalho a tempo parcial, a precarização do emprego e a discriminação salarial. É preciso pôr fim aos *numerus clausus* no ensino superior, à sua lei de financiamento e ao regime de estudante elegível. É preciso uma educação criativa e participada. É preciso implementar a educação sexual nas escolas e combater a toxicodependência.

«Queremos cravos, rosas não!» gritaram várias vezes em coro os jovens comunistas, lembrando os direitos conquistados pelo 25 de Abril e reafirmando a necessidade de lutar contra as leis neoliberais do Governo PS.

O congresso encerrou em grande com os bombos do grupo «Tocá Rufar» e a intervenção do secretário-geral do PCP. Carlos Carvalhas sublinhou o trabalho feito pelos eleitos comunistas na Assembleia da República em propostas relacionadas com os jovens. «O PCP é a esquerda que faz a diferença e a diferença que faz a esquerda», afirmou o líder comunista (ver discurso nas páginas seguintes).

Também Ilda Figueiredo interveio no congresso, respondendo a um pedido dos delegados. A candidata comunista ao Parlamento Europeu afirmou que os jovens da JCP constituem o exemplo «de que é lutando no presente que se constrói o futuro».

Chegou então a hora de o congresso sair à rua, ainda não para pôr em prática as decisões tomadas, mas para partilhar a alegria e as palavras de ordem com quem passava. E, de Almada a Cacilhas, foram muitos os que receberam cravos e ouviram os jovens comunistas, os que acenaram e levantaram os braços. No desfile não faltaram os membros das delegações internacionais, de bandeiras na mão, caminhando em direcção ao Tejo, representando todos aqueles que pelo mundo fora partilham os mesmos ideais com os portugueses e que acreditam na construção de um futuro melhor. Porque «o povo unido jamais será vencido!».

* Com **Marta Fernandes**

Orientações de luta

O congresso elegeu a nova Direcção Nacional da JCP no domingo de manhã, altura em que foi escolhida a nova Comissão Política e o Secretariado da Comissão Política.

Foram aprovadas duas resoluções que analisam a realidade política e social no plano nacional e internacional e que apontam orientações para a luta contra o desemprego e a precariedade no trabalho, o novo diploma de gestão das escolas, os *numerus clausus* e a lei de financiamento do ensino superior, bem como para as acções a favor da regulamentação da lei das associações de estudantes, da educação sexual nas escolas e da despenalização da interrupção voluntária de gravidez.

Os delegados aprovaram por unanimidade moções sobre o ataque da Nato à Jugoslávia (ver caixa), a luta contra o pacote laboral e as comemorações do 25 de Abril.

Esta última refere que com a revolução se abriram «as portas a novos sonhos, novas conquistas de liberdade e democracia». «O PCP foi o único partido que desde sempre combateu a podridão da expressão selvagem e brutal do capitalismo, capitalismo esse que ainda hoje resiste como sistema e oprime cada vez mais o nosso povo! A luta, no entanto, continua e são ainda os comunistas os únicos que lutam hoje pela liberdade e pela igualdade, não as que reclama a democracia liberal-burguesa, mas a do socialismo.»

«Falta cumprir Abril, no seu projecto de uma sociedade nova e justa.» E o PCP e a JCP a batem-se em todas as frentes por esse objectivo. «A revolução pode tardar, mas é inevitável! Lutar é preciso e sem recuos», lê-se no documento.

Dos 687 delegados presentes, 449 eram do sexo masculino e 236 do sexo feminino. No total, 38 por cento pertencem ao ensino secundário, 34 por cento ao ensino superior, 18 por cento trabalham e 10 por cento são trabalhadores-estudantes. A média etária rondava os 19 anos.

Internacionalização da luta pelo socialismo

No congresso participaram diversas delegações internacionais, entre elas da Federação Mundial da Juventude Democrática, da União de Juventudes Comunistas de Espanha e de colectivos de jovens da Catalunha, da Liga da Juventude Comunista dos Estados Unidos, do Movimento dos Jovens Comunistas de França, da Juventude do Partido dos Trabalhadores (Irlanda), da Juventude de Esquerda da Suécia, da Juventude Comunista da Dinamarca, da União da Juventude de Cuba, da Juventude Comunista Grega (KNE), da Juventude Comunista Cipriota (EDON), da União da Juventude Socialista (Brasil), da Frente de Libertação Nacional do Curdistão e da União da Juventude Comunista Ho Chi Min (Vietname).

Como referiu o presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática na sua intervenção, os jovens de todo o mundo deparam-se com problemas semelhantes. «O desemprego e a precariedade no emprego estão a aumentar e a atingir uma taxa alarmante. Ressurgem formas de extremismo e não apenas religioso. Os problemas de analfabetismo e insucesso escolar permanecem insolúveis. A vida torna-se cada vez mais dura para a maioria dos jovens. O desenvolvimento humano e o ambiente estão a sofrer graves recuos. A globalização económica tornou-se, dia após dia, um instrumento sem precedentes de controlo e exploração dos povos pelo capital internacional e políticas nacionais. A segurança global continua em jogo. Os conflitos aumentam e o fosso entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, entre ricos e pobres atinge uma escala assustadora», afirmou Iraklis Tsavdaridis.

A luta pelo socialismo é o caminho apontado para modificar a sociedade, numa real alternativa ao capitalismo. «Somos a favor de uma outra globalização da civilização mundial em benefício da humanidade. Desejamos e lutamos por um mundo em que as relações sociais permitam a cada indivíduo desenvolver o seu próprio potencial e capacidade. Sonhamos com isso, porque o conhecimento humano e a riqueza e tecnologia existentes atingiram um nível que o torna possível. O futuro da Juventude não pode ser o capitalismo. Tem de ser uma nova sociedade de justiça social e igualdade, livre da exploração do homem pelo homem, uma sociedade de solidariedade, paz e progresso social», defendeu Iraklis Tsavdaridis.

Ataque da Nato condenado

O ataque da Nato à Jugoslávia foi condenado por todos os congressistas e todas as delegações internacionais. No domingo, foi aprovada uma moção que considera que a intervenção militar «constitui um grave precedente que permitirá de agora em diante que qualquer país com elevado potencial militar possa, em nome da sua concepção política, moral ou meramente utilitarista, agredir um país soberano, à revelia da comunidade internacional».

O documento reprova igualmente «o apoio de Portugal a esta ofensiva, que, longe de se tornar um motivo de orgulho, demonstra uma vez mais a vassalagem prestada pelo Governo do PS ao imperialismo americano».

Libero della Piana, secretário internacional da Liga dos Jovens Comunistas dos Estados Unidos, lembrou que «as acções do governo norte-americano não são de todo o reflexo da vontade do povo. O bombardeamento da Jugoslávia pela Nato é revelador deste facto. O presidente Clinton esperou pela férias de Primavera das universidade de todo o país para ordenar o ataque. Mesmo assim, quando eu deixei o meu país, havia protestos de pessoas de todas as idades contra a guerra, pedindo que Clinton se virasse para questões como a pobreza, o racismo e a crise da educação dos EUA».

Na segunda e terça-feira, a JCP organizou ainda uma reunião internacional de jovens sobre educação e emprego.

EM FOCO

Carlos Carvalhas no VI Congresso da JCP

Pela valorização e a dignificação dos jovens

Numa intervenção muito aplaudida, Carlos Carvalhas dirigiu-se no domingo ao IV Congresso da JCP referindo-se aos principais problemas e preocupações da juventude portuguesa: educação, direitos laborais, toxicodependência, educação sexual e serviço militar obrigatório. O secretário-geral do PCP lembrou as eleições que se aproximam e o desafio que se coloca à JCP «de se dirigir ao coração e à inteligência dos jovens portugueses para lhes dizerem que não estão condenados a escolher entre a abstenção ou uma das duas faces da mesma moeda que são o PS e os partidos da ex-AD, que há uma força - o PCP e os seus aliados da CDU - que tem estado sempre com a juventude na defesa dos seus direitos e aspirações».

Permitam-me que, saudando-vos, saúde a juventude portuguesa e que saúde todos os militantes e simpatizantes da JCP, a sua intervenção empenhada e generosa pelo aprofundamento da democracia, por um ensino de qualidade, pelas causas da justiça social, pelo direito ao trabalho e segurança no emprego, por avanços de civilização, como foi a sua postura na luta pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez, o seu combate ao racismo e à xenofobia, a sua defesa pelo respeito e pelo direito à diferença, nomeadamente na livre opção sexual, a sua intervenção em defesa do ambiente, da arte e da cultura, a sua solidariedade internacional à luta dos povos, a sua luta pela transformação social.

A JCP ao longo destes anos tem procurado de uma forma dialéctica combinar a sua intervenção nas escolas e nas empresas com a intervenção institucional. Creio que é positivo e que é necessário continuar e aprofundar esta relação que se alimenta mutuamente. Não há oposição entre luta de massas e luta institucional. Pelo contrário.

É por isso com satisfação que também podemos afirmar que o que de mais importante e positivo se aprovou na Assembleia da República em relação à juventude tem a marca, o empenho e a luta da JCP e do PCP. De facto, as propostas da JCP marcaram na AR uma presença permanente nesta legislatura, com uma participação muito destacada do deputado da juventude no Grupo Parlamentar do PCP.

Foram apresentadas propostas na área do ensino, de abolição do *numerus clausus* no acesso ao ensino superior, de revogação da tão contestada lei do financiamento, de um novo regime de financiamento e de acção social escolar no ensino superior, de reforço dos direitos dos trabalhadores-estudantes.

Foram apresentadas propostas para a proibição das discriminações salariais dos jovens, especialmente na fixação do salário mínimo nacional, de reforço do apoio ao associativismo juvenil, de apoio à prevenção e tratamento da toxicodependência, de introdução da educação sexual nas escolas e de alargamento do acesso ao planeamento familiar, entre muitas outras. E esta acção não se traduziu apenas na apresentação de propostas alternativas à política do Governo. Traduziu-se também na aprovação de leis com importância real na vida dos jovens.

Foi graças a esta acção que se garantiu o salário mínimo integral a todos os jovens, acabando com as discriminações em função da idade. Foi graças a esta acção que se aumentaram os direitos dos trabalhadores-estudantes com a garantia da aplicação desse estatuto a todos os jovens independente da natureza do seu vínculo laboral. Foi graças a esta acção que se alargou, ainda que de forma insuficiente, a rede pública de atendimento e tratamento de toxicodependentes. Foi ainda graças a esta acção que foram aprovadas na generalidade propostas com vista à introdução da educação sexual nos currículos escolares dos ensinos básico e secundário, correspondendo a anseio dos jovens portugueses que a JCP traduziu na campanha nacional que desenvolveu sobre esta questão.

E o PCP com o apoio da JCP honra-se de ter sido o primeiro partido a apresentar um projecto de lei anti-racista que foi aprovado na Assembleia da República na 4.ª-feira passada.

Nesta legislatura, a intervenção da JCP foi de oposição firme, de esquerda, à política antijuvenil do Governo PS. Mas ficou claro, também pela acção desenvolvida na Assembleia da República e fora dela, que vale a pena lutar pelos direitos dos jovens portugueses.

Socialismo beato e jesuítico

O Congresso da JCP decorre numa conjuntura em que o Governo procura por todos os meios anestesiar a opinião pública sobre o estado do país. Procura identificar as obras públicas com o bem-estar das populações e o robustecimento do aparelho produtivo nacional.

Infelizmente, e sem deixar de relevar o que se fez nomeadamente em relação às acessibilidades, o que temos é uma agricultura em profunda crise, um sector pesqueiro que vem sendo atrofiado e importantes sectores industriais em grave situação.

A substituição da produção nacional pela estrangeira é uma constante. O défice da balança comercial e de transacções correntes agrava-se assustadoramente. E é com um governo socialista, com o rótulo de socialista que se assiste à entrega de importantíssimas empresas públicas ao grande capital e à concessão de centenas de milhões de contos de benefícios fiscais.

O crescimento económico passa ao lado de milhares e milhares de trabalhadores e de suas famílias. A distribuição do Rendimento Nacional tem continuado a desequilibrar-se em desfavor dos trabalhadores.

É o socialismo estilo Guterres, beato e jesuítico, com os ricos cada vez mais ricos e os pobres com o rendimento mínimo, os bancos alimentares e as filas para as sopas dos pobres diárias. É a caridadezinha erigida em política social... à beira do século XXI. O seu grande objectivo é tudo fazer para facilitar a apropriação da mais-valia e da exploração.

É nesta lógica que se insere o pacote laboral que visa directamente as novas gerações. Pela mão do PS quer-se criar uma nova geração de trabalhadores sem direitos. É uma regressão social inaceitável e intolerável.

Mas as grandes manifestações, quer da juventude quer da CGTP, que se realizaram nestes últimos dias não deixarão de fazer pensar o governo PS.

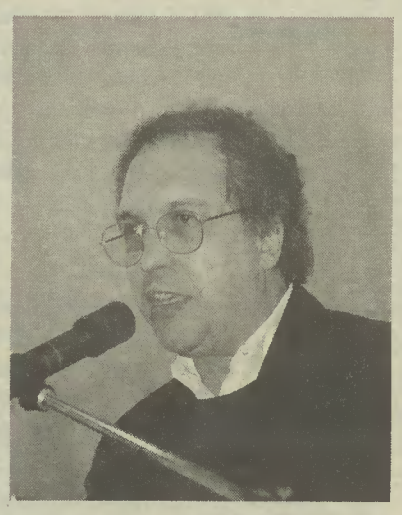
Este que não se iluda, com os discursos no estilo de Frei Tomás e com os votos pios sobre paixões bacocas. Não é com falinhas mansas que fará passar a sua legislação antilaboral e antijuvenil e a sua política sobre educação.

Flirt do Governo com a educação

A «grande prioridade» para a educação e a formação e os propósitos de humanizar a escola, democratizar oportunidades, constituir a qualidade, foram as promessas feitas pelo PS há quatro anos para conseguir chegar ao governo. Era o tempo da «paixão da educação».

Mas os anos passaram e nós estamos agora em condições de avaliar se essa «paixão» de facto significou alguma coisa de sério para enfrentar os problemas existentes na área da educação, ou se ela não passou afinal de um *flirt* breve e inconsequente.

É um facto que aumentaram os recursos públicos disponibilizados para a área da educação, mas isso não significa que tenha sido assegurado o bom aproveitamento desses meios. A respeito dos principais problemas do sector - e que haviam sido justamente criticados ao PSD aquando da sua longa passagem por este sector -, a verdade é que a situação no seu conjunto não evidenciou melhorias significativas.



Estamos a falar, por exemplo, do baixo nível de instrução da população. Da incapacidade de muitas escolas encontrarem respostas adequadas aos problemas de aprendizagem dos seus alunos, seja por razões materiais, organizativas ou pedagógicas. Dos insuficientes passos dados no domínio dos mecanismos de apoio sociopedagógico e de orientação escolar e profissional. Do insucesso escolar e educativo.

Estamos a falar da sobrecarga curricular e programática. E da indeterminação que subsiste ao nível do ensino secundário, com a falta de clarificação e de aperfeiçoamento das suas diversas vias, que se soma à questão da baixa frequência que continua a verificar-se no plano nacional.

Estamos a falar da insuficiência do investimento público e da intervenção ao nível do ensino superior, que são indispensáveis para enfrentar a falta de condições e os problemas de qualidade existentes.

Tem sido acidentalmente positiva a expansão que se regista na educação pré-escolar. Mas ainda aqui a grande novidade democratizadora, que foi a da gratuitidade da sua componente educativa, manda a verdade que se diga que ela foi da iniciativa da Assembleia da República - onde se destacou o papel dos deputados do PCP - que a impôs em lei apesar dos votos contrários do PS.

E manda também a verdade que se diga - e se denuncie que o Governo não está a assegurar o cumprimento generalizado da gratuitidade da educação pré-escolar, nem a garantir a suficiente e rápida expansão da rede pública que a deve suportar.

Quanto ao ensino superior, a promessa eleitoral do PS que proclamava a necessidade de "alcançar o melhor ensino para o maior número", não está de facto a ser concretizada. Em relação à lei do financiamento que o Governo fez aprovar, ela não só não garantiu o financiamento das instituições públicas, uma vez que a fórmula em que assenta não tem sido sequer respeitada, como reabriu a questão das propinas.

Nós queremos daqui saudar os estudantes portugueses, que há poucos dias comemoraram o seu dia levando a cabo uma importante marcha, pelo contributo fundamental que a sua luta tem dado à causa da educação pública e de qualidade para todos.

A esquerda que faz a diferença e a diferença que faz a esquerda

É cada vez mais necessária uma viragem à esquerda, nas mais diversas políticas. O PCP é a esquerda que faz a diferença e a diferença que faz a esquerda. Vamos ter duas importantes batalhas eleitorais que abrem essa possibilidade.

O trabalho feito pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu fala por si e é a mais forte garantia de que os interesses nacionais serão firmemente defendidos, e que será travada a luta por um novo rumo para a construção europeia, uma Europa de emprego com direitos, com «efectiva coesão económica e social», uma Europa aberta ao Terceiro Mundo e à cooperação.

Em relação às legislativas é sabido que a AD, mesmo antes de ter rompido, não oferecia nenhum perigo. Por isso, todos aqueles que querem uma viragem à esquerda têm no reforço da CDU e do PCP o meio mais seguro e mais certo.

Estas eleições são uma oportunidade que não deve ser perdida de os jovens, com as suas ideias e a sua participação, contribuírem decisivamente com o seu voto para uma viragem à esquerda na sociedade portuguesa, que assegure mais e melhor democracia, mais justiça social e melhor ensino, mais respeito pela juventude e mais respeito por quem trabalha. Para que o voto da juventude ajude a cortar o passo aos que, como o PS e os partidos da direita, com mais ou menos demagogia social à mistura, de facto querem colocar a política e as instituições ao serviço dos grandes senhores do dinheiro, querem impor o primado do capital sobre o trabalho, querem converter Portugal num mero peão dos grandes interesses económicos que comandam a União Europeia.

Aos que pregam que os políticos são todos iguais, para assim meterem todos os partidos no mesmo saco, promoverem o desinteresse e a abstenção, justificarem o conformismo, a passividade e a resignação perante as terríveis desigualdades e injustiças sociais deste País e deste mundo em que vivemos, nós dizemos claramente: Não! Na política não são todos iguais. Há os responsáveis pela política de direita que tem governado este país - o PS, o PSD e o CDS/PP - cuja orientação, cujo comportamento e cujas medidas estão na origem da brutal concentração de riqueza à custa da exploração do trabalho e do agravamento das desigualdades sociais e da dependência externa de Portugal, que dizem uma coisa na oposição e fazem o contrário no poder, que prometem tudo na hora das eleições e tudo esquecem no Governo, como muito bem sabem os jovens a quem prometem mundos e fundos e nada cumprem.

Não, camaradas, em Portugal e no Mundo, os políticos e os partidos não são todos iguais. Em Portugal, existe uma força, o PCP, que é diferente, que não tem um discurso para a juventude e para a sociedade e outro discurso nas instituições, que é coerente e é de esquerda nas palavras e nos actos.

Estas eleições são, por tudo isto, uma oportunidade a não perder para chamar os jovens à participação, ao debate político e ao voto, em resumo a não abdicarem de, como cidadãos, participarem activamente na determinação do rumo, da política futura de Portugal e de participarem pela esquerda e connosco nesta caminhada!

É grande a responsabilidade da JCP, dos jovens comunistas em, lado a lado com a juventude CDU e com o PCP, darem corpo e vencerem, nas duas eleições que temos pela frente, o desafio de se dirigirem ao coração e à inteligência dos jovens portugueses para lhes dizerem que não estão condenados a escolher entre a abstenção ou uma das duas faces da mesma moeda que são o PS e os partidos da ex-AD, que há uma força - o PCP e os seus aliados da CDU - que tem estado sempre com a juventude na defesa dos seus direitos e aspirações, mas que precisa da força do voto da juventude para acrescentar mais força ao seu combate na Assembleia da República e no Parlamento Europeu pelos direitos e aspirações da juventude, pela valorização e dignificação dos trabalhadores e do trabalho.

Perigosas revelações

O país tem vindo a assistir, cada vez mais preocupado, ao desenvolvimento dum escândalo de grandes proporções, envolvendo graves acusações de gestão danosa numa universidade privada, ligações internacionais política e criminalmente perigosas duma «loja maçónica» e financiamento ilegítimo e clientelar de determinados círculos políticos e financeiros.

EM FOCO

A ser verdade uma pequena parte do que tem sido dito, estamos perante uma situação particularmente grave em que se verificam no nosso país alguns dos traços mais perversos da economia neoliberal de casino, com a infiltração de importantes actividades financeiras pelo branqueamento de capitais de origem criminosa e o respectivo controlo de áreas relevantes do poder mediático e político.

O PCP, que de há muito vem chamando a atenção para os perigos duma situação deste tipo, particularmente facilitada pelo «regabofe» privatizador, e que ainda recentemente propôs a criação de um programa nacional de prevenção e combate do branqueamento de capitais, criminalização da economia e criminalidade organizada, está muito à vontade para afirmar e repetir convictamente: investigue-se, investigue-se tudo, até às últimas consequências.

A crise que afecta gravemente várias instituições da área da justiça e da investigação criminal causa-nos, no PCP, profundas preocupações. Quando o ministro da Justiça julga publicamente o director-geral da Polícia Judiciária que ele próprio nomeou, ao mesmo tempo que com uma inabilidade completa vai alimentando novas e mais graves tensões e choques entre diferentes estruturas da área da justiça; quando se assiste a uma despudorada campanha de desinformação e aviltamento de instituições e pessoas, em que o próprio ministro apareceu envolvido; quando uma notória incapacidade de gestão traz para a praça pública situações em que o Ministério e o Governo são desautorizados e desacreditados; nós temos o direito e o dever de exigir respostas rápidas e transparentes e democráticas, que reponham a estabilidade, indispensável a um sector tão sensível como este.

O que está em jogo é a defesa do Estado democrático, contra o crime organizado, seja quem for que nele esteja envolvido.

O pano de fundo em que corre esta crise é a investigação do caso chamado da «Universidade Moderna». O Governo não pode continuar a deixar sem resposta questões essenciais. É o Governo que tem de esclarecer: qual o papel do SIS neste processo? As informações relevantes foram dadas ou não às autoridades judiciárias? O Governo tem de esclarecer: existe ou não vontade política para averiguar este caso até ao fim, assim como o da JAE, e o da EXPO? O Governo tem de esclarecer: foi ou não dado todo o apoio técnico e logístico, às autoridades competentes para a investigação? As carências não são afinal o sinal de uma falta de vontade política?

Esta crise não se pode prolongar, e face a ela há duas questões centrais para o PCP. Primeiro: exigimos que as investigações sobre o caso da Moderna e outras, que envolvam branqueamento de dinheiro, corrupção, tráfico de droga ou outros graves crimes, sejam aceleradas e levadas às últimas consequências. Esta crise, mesmo grave como é, não pode nunca servir de justificação para qualquer paralisia ou atraso nessas investigações!

Segundo: face à incapacidade do Ministério da Justiça, exigimos que o primeiro-ministro assuma as suas responsabilidades e as do Governo nesta grave situação. E apelamos à intervenção do senhor Presidente da República, cujo papel na estabilização deste sector se mostra hoje necessário e indispensável.

A questão da toxicodependência

As questões relativas à toxicodependência e às forças armadas têm sido objecto de vivos debates e polémicas entre a juventude, o que é natural e não deve criar crispações por aqui e ali se manifestarem opiniões diferenciadas ou até contrastantes. São questões complexas que exigem debate, reflexão e capacidade para ouvir os outros.

Creio mesmo que quer em relação ao direito à diferença e às questões da homossexualidade, às uniões de facto, à abordagem da toxicodependência, às drogas leves e às forças armadas não se deve esperar por um próximo congresso para se aprofundar estas questões e as posições da JCP.

O consumo de drogas, o esquecido «inimigo público número um» do Eng. Guterres, tem-se expandido e mantém-se como uma doença endémica que atinge níveis de gravidade muito superior aos dos outros países comunitários.

Houve, é certo, avanços limitados no que respeita à rede de tratamento da toxicodependência, mas ficam-se a dever, em grande medida, à luta, à proposta, à intervenção e ao voto dos comunistas, porque, quanto ao resto, a política do Governo tem-se ficado muito pelo «show off» eleitoralista que, tudo o indica, se vai multiplicar nos próximos meses.

Mas do que o país e em primeiro lugar a juventude precisam, nesta matéria, não é de eleitoralismo e de *marketing* político. Do que o país precisa é duma abordagem e intervenção séria em relação às causas sociais da toxicodependência, do insucesso escolar, do desemprego, da ocupação dos tempos livres e do apoio à juventude.

Do que o país precisa é duma efectiva prevenção da toxicodependência em meio escolar, nomeadamente pela via curricular, sobre a qual o Governo faz ouvidos de mercador às propostas do PCP.

Do que o país precisa é de uma rede para redução de riscos e tratamento de toxicodependentes, incluindo comunidades terapêuticas, no sistema prisional, que altere radicalmente uma situação que, condena tantos jovens detidos ao contágio das mais graves doenças do nosso século e muitas vezes à morte.

Do que o país precisa, duma vez por todas, é de acabar com as penas de prisão por simples consumo de drogas e de optar definitivamente pelo entendimento de que a toxicodependência é uma doença a prevenir e tratar e não um assunto do foro criminal.

Do que o país precisa é de uma consistente e persistente vontade política para enfrentar a toxicodependência em toda a sua gravidade e não de mistificações, como se fosse possível inverter uma situação desta gravidade com recurso a expedientes e passes de mágica eleitoralistas.

As Forças Armadas

Quanto às Forças Armadas entendemos que também aqui é necessário outra política. A política deste Governo tem vindo a aumentar as dificuldades.

A primeira dificuldade é desde logo o ministro da Defesa. Um ministro que foi de Salazar e agora é de Guterres, que mandou os gorilas para as universidades vigiar os estudantes e que agora é acusado de mandar vigiar chefias militares e cuja actuação tem contribuído para a descredibilização das Forças Armadas e do próprio Estado democrático.

Um Governo que optou pela aquisição de armamentos que custam milhões de contos mas que pretende aplicar, também aqui, os seus critérios neoliberais, com a espantosa ideia de adquirir submarinos em *leasing*.

Um Governo que teima em não reconhecer o associativismo socio-profissional dos militares.

Um Governo que não deu uma só resposta concreta para os graves problemas com que se defrontam milhares de jovens em regime de contrato e voluntariado. Onde estão as unidades de inserção na vida activa? Onde está a formação e a certificação profissional?

Um Governo que na via adoptada pelo PSD, anunciou aos quatro ventos a extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO) em tempo de paz, criando depois uma situação que não serve nem para os jovens, nem para as Forças Armadas.

Esta é uma questão que exige aprofundamento sem delongas na JCP e também no PCP, nomeadamente em relação à substituição do SMO por um pequeno espaço de tempo, uma semana ou duas semanas, de contacto dos jovens com as Forças Armadas, num quadro ético e de valores de defesa da soberania nacional.

Para o PCP também não há lógicas internacionais que se sobreponham aos objectivos e missões constitucionalmente atribuídas às nossas Forças Armadas, à consideração dos nossos interesses e opções próprias. E isto é tanto mais importante, quando se aproxima a data da comemoração dos 50 anos da NATO, uma NATO que se afirma cada vez mais como bloco político-militar global e que se prepara para alterar o seu estatuto para poder intervir militarmente quando, como e onde quiser.

Não é uma lógica de blocos que serve a paz, o desenvolvimento e o progresso dos povos. O que serve os povos é uma lógica de cooperação para o desenvolvimento. Uma lógica que combata as desigualdades, a xenofobia, o racismo, o desemprego.

O bombardeamento da Jugoslávia

Chamamos vivamente a atenção de todos os portugueses, e especialmente dos jovens, para um facto da maior gravidade e que não pode deixar de causar uma funda indignação. É que é pela mão e debaixo das ordens de um governo do PS que, pela primeira vez depois do 25 de Abril de 1974, que nos trouxe a paz, militares portugueses são directamente envolvidos numa agressão militar contra um Estado soberano.

E que é, no momento em que os socialistas governam 13 dos 15 países na União Europeia, que a Europa bate todos os recordes de submissão e servilismo perante os EUA e que, pela primeira vez, desde o fim da II guerra mundial há 54 anos, a guerra entre estados volta ao continente europeu e volta pelas decisões e armas da NATO, com o que fica definitivamente claro por que é que se quer manter a NATO depois de, segundo tanto proclamam, a «guerra fria já ter acabado».

Nós desejamos vivamente que nada aconteça aos militares portugueses que o Governo do PS empurrou para a agressão contra a Jugoslávia. Mas não se pense que este nosso desejo pode implicar qualquer alinhamento nosso com o indecente comportamento do Governo que se tornou escandalosamente cúmplice de uma patente violação do direito internacional, e sem qualquer cobertura da ONU.

E também levantamos a nossa voz contra a circunstância, reveladora de um insolente desrespeito pelo povo português e pelas instituições democráticas que resulta de o Governo ter envolvido Portugal nesta operação sem qualquer debate na AR ou consulta a este órgão de soberania, sem qualquer exposição formal e detalhada ao país dos fundamentos da sua atitude.

A verdade é que o PS enche a boca de transparência e democracia mas depois vai ao ponto de ligar Portugal a verdadeiras acções de guerra como se tratasse de administração corrente ou de um assunto sem qualquer importância.

Pela nossa parte, reiteramos a nossa forte reclamação do fim imediato dos bombardeamentos da Jugoslávia que, além do mais, não oferecem qualquer perspectiva de solução dos problemas políticos efectivamente existentes e só podem desestabilizar perigosamente toda a região balcânica, causar escusados sofrimentos às populações e pôr em causa uma solução política.

E daqui reafirmamos o nosso apelo ao Presidente da República para que proceda a uma urgentíssima reponderação da posição assumida por Portugal, retirando o nosso país dessa criminosa agressão e para que nas instâncias internacionais defenda o fim dos bombardeamentos e o regresso a uma negociação séria.

A luta exemplar dos timorenses

Uma outra questão internacional que é muito cara à juventude portuguesa e à JCP é a questão de Timor-Leste. Aos profetas da desgraça e da descrença humanas nós temos exemplos passados e presentes que nos ensinam o caminho da luta para vencer os desafios e causas nobres e justas. Em Timor, o povo timorense não temeu, lutou e tem obrigado a Indonésia a ceder. Tal como tantos outros povos ao longo da História.

A luta do povo maubere nas montanhas, nas ruas, nas escolas, no coração da humanidade, aí está prestes a vergar o gigante, o colosso indonésio. Esta é uma luta exemplar de um povo reprimido e oprimido pelo terror da ditadura indonésia que se uniu e se organizou e foi capaz de grandes avanços apesar de todo o isolamento incluindo o geográfico.

Sentimos os avanços da luta do povo maubere como se nossos fossem e a própria alegria dos timorenses como se nossa fosse. Esperamos e lutamos para que a vitória anunciada não tarde e para que Xanana Gusmão e todos os presos políticos sejam libertados, para que todos os timorenses possam regressar a Timor, para que os soldados indonésios saiam do território e para que as milícias armadas sejam desarmadas.

É para nós um ponto essencial que a ONU tenha uma presença no território para que a consulta (genuína e democrática que se impõe) possa decorrer de modo a que o povo timorense se possa pronunciar totalmente livre. Como sabeis, o PCP sempre apoiou a luta do povo timorense e tem com a Fretilin e o Conselho Nacional de Resistência Maubere relações de amizade, solidariedade e cooperação. Queremos nesta oportunidade de novo reiterar à Resistência Maubere que dentro das nossas possibilidades pode continuar a contar com a solidariedade do PCP.

O nosso objectivo máximo é contribuir para que o povo timorense exerça o seu direito à autodeterminação. É, por isso, que entendemos que além da nossa posição própria, Portugal possa ter uma posição consensual no sentido de exercer o seu peso na cena internacional para que em Timor-Leste seja autodeterminado e independente.

Portugal deve empenhar-se a fundo para que as tropas indonésias saiam de Timor, para que as milícias sejam desarmadas e para que se impeça que círculos de poder lancem o caos e desestabilização no território.

EM FOCO

Carlos Carvalhas no Congresso da JCP

O projecto do PCP

Neste fim de século, por mais que os sacerdotes do neoliberalismo enalteçam as virtudes do «modelo americano», como ainda há dias o fizeram alguns cretinos da OCDE, o que mais sólido pode sustentar o futuro da humanidade e o avanço da civilização, não é o capitalismo, mas o socialismo assente num projecto renovado e enriquecido, construído pela acção, intervenção e criatividade dos trabalhadores e dos povos, que acolha o melhor do património já conquistado e aberto para as novidades que o devir histórico seguramente trará.

Um projecto que naturalmente não pode esquecer a derrota do socialismo a Leste que não é a derrota do ideal comunista e que, no essencial, não se explica por erros, desvios, deformações, perversões, crimes e traições, que também os houve, bem como a infiltração e minagem por parte dos serviços secretos e das forças imperialistas.

Um projecto que não pode esquecer que a derrota do socialismo a Leste - sem apagar as realizações positivas, tem no seu cerne um «modelo» que herdou conceitos e práticas estalinistas e que se traduziu num poder fortemente centralizado, em que o poder popular efectivo foi substituído por um poder arbitrário, repressivo, paternalista, afastado das aspirações, opiniões e vontade do povo; com graves entorses e limitações à democracia política, quer no que diz respeito ao exercício do poder, quer no que respeita às liberdades e direitos dos cidadãos, à verdade e democraticidade das eleições, ao respeito pelo valor e intervenção do indivíduo e à opinião diversificada; com uma excessiva centralização da propriedade estatal e a violação do princípio de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho; com a vida interna democrática dos Partidos Comunistas em muitos países abafada, substituída por um centralismo burocrático e um sistema de imposições administrativas das decisões. Com a teoria frequentemente dogmatizada e instrumentalizada para justificar práticas aberrantes ou especulações desligadas da análise concreta das situações concretas conduzindo à sua vulgarização apologética.

O PCP rejeita tudo isto, rejeita este «modelo» que comprometeu e conduziu à derrota a construção da sociedade socialista e que se afastou dos princípios e do ideal do socialismo e do comunismo.

A democracia e a liberdade em primeiro lugar

E é importante que se reafirme hoje e aqui neste Congresso da JCP para que não haja dúvidas ou suspeições sobre o que o PCP efectivamente quer, sobre o que é que o PCP efectivamente defende.

No nosso projecto de construção da sociedade socialista, a democracia política tem um valor intrínseco, as liberdades e os direitos dos cidadãos são valores integrantes do sistema que devem ser inteiramente assegurados, no quadro do Estado de direito socialista.

A democracia que queremos e defendemos é uma democracia que na sua interdependência, seja política, económica, social e cultural. Nós não opomos os direitos civis e políticos aos direitos económicos e sociais. Não há efectivos direitos económicos e sociais, sem direitos políticos, sem instituições políticas democráticas, como não há protecção e valorização da dignidade humana, nem aprofundamento da democracia, na exploração, na alienação, na pobreza, no analfabetismo, no desemprego.

Os direitos políticos e civis são indissociáveis dos direitos económicos e sociais e inscrevem-se na luta pela emancipação humana, na luta pela conquista e consolidação de novos direitos, como o direito a viver em ambiente saudável, em paz e segurança, no respeito pela vida privada, à intervenção em igualdade entre homens e mulheres, aos direitos dos trabalhadores nas empresas.

Novos factores de explosão com a crise financeira

É também importante que isto seja reafirmado aqui, em ano do aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e numa época em que a «globalização» se traduz não no desenvolvimento harmonioso e no bem-estar dos povos, mas sim na pobreza maciça e no desemprego estrutural em todo o planeta.

A crise financeira e económica capitalista que atinge 50 por cento da economia global já liquidou 24 milhões de empregos na Ásia e no Leste, segundo a Organização Internacional do Trabalho. Aproveitando-se da crise o imperialismo americano já impôs aos países asiáticos e outros (95 por cento do mercado financeiro) a livre circulação dos actores financeiros. Depois da livre circulação de capitais temos agora a partir deste mês de forma progressiva a livre circulação e implantação de bancos estrangeiros nos mercados financeiros nacionais! É a livre rapina de recursos a nível planetário.

Mas a especulação financeira e bolsista e a redução do nível de consumo das massas populares está a engendrar novas contradições e novos factores de explosão da nova crise. É um absurdo que o emprego e o futuro de milhões de seres humanos estejam dependentes do que possa acontecer à bolha de Wall Street em que muitos economistas estimam que, se esta rebentar, será muito mais

grave que a precedente crise, porque ela levará à crise do dólar e do sistema monetário internacional.

É um absurdo que à beira do século XXI o anúncio *(downsizing)* de despedimentos de grandes empresas (e no nosso país já aconteceu com a EDP) leve ao aumento das cotações bolsistas.

É um absurdo que um cidadão para vir a ter uma reforma digna tenha de recorrer em muitos países aos fundos de pensões cujos gestores podem a qualquer momento nomear para a sua empresa um presidente que eliminará o seu posto de trabalho em nome da racionalização, de mais lucro, isto é, do aumento das cotações dos investidores do fundo.

É um absurdo que um especulador bolsista ganhe numa noite dormindo, mais que duas ou três gerações de trabalhadores em toda a sua vida. É o neoliberalismo à escala global.

O mercado financeiro sem fronteiras quer colocar cada vez mais os Estados com economias frágeis dependentes da boa vontade dos investidores que exigem sempre mais e mais benefícios, obrigando à competição entre países, na descida dos impostos, na diminuição das contribuições sociais, na flexibilização do mercado de trabalho.

É a lógica dos mercados financeiros como os donos e senhores da democracia, como os escrutinadores das políticas, como os juízes do universo exercendo uma verdadeira tutela sobre os povos e as decisões nacionais.

Por isso, à beira do século XXI nós continuaremos a luta com cada vez mais determinação defendendo o património histórico de direitos duramente alcançados pela luta dos trabalhadores e dos povos ao longo deste século e combatendo aqueles que querem que os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores sejam reconduzidos ao nível do princípio do século XX.

À beira do século XXI, nós, comunistas portugueses, homens, mulheres e jovens pertencentes aos generosos colectivos, do PCP e da JCP, tudo faremos para não matar a esperança e o futuro da humanidade numa suposta eternidade do capitalismo, lutando pela sua superação pela construção de uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, por uma sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos.

Reduções no IRS devido ao PCP

As tabelas de retenção na fonte do IRS em 1999, publicadas através do Despacho n.º 4118/99 do ministro das Finanças, confirmam o efeito positivo da aprovação na Assembleia da República das propostas do PCP sobre IRS, aquando da discussão do Orçamento de Estado para 1999.

Como então foi afirmado pelo PCP, as suas propostas desagravariam a generalidade dos rendimentos, mas com maior incidência nos rendimentos mais baixos, onde esse desagravamento chega a atingir 4,5 por cento do salário bruto.

De acordo com as novas tabelas, cerca de 700 mil cidadãos, de mais baixos rendimentos, ficam este ano isentos de IRS, e cerca de dois milhões passam a descontar menos mensalmente.

O quadro que aqui se reproduz permite confirmar a justeza da posição dos comunistas.

IRS

TABELAS DE RETENÇÃO NA FONTE

TRABALHO DEPENDENTE, CASADO, DOIS TITULARES

Remuneração Mensal individual	Remun.Anual do casal (1)	Taxa de retenção na fonte (em %) Casal sem dependentes		Casal com 1 dependente		Casal com 2 dependentes	
		1998	1999	1998	1999	1998	1999
Até							
60.500,00 Esc.	1.694.000,00 Esc.	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
61.268,00 Esc.	1.715.504,00 Esc.	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
66.373,00 Esc.	1.858.444,00 Esc.	2,5	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0
72.755,00 Esc.	2.037.140,00 Esc.	3,5	0,0	2,5	0,0	1,5	0,0
73.930,00 Esc.	2.070.040,00 Esc.	4,5	0,0	3,5	0,0	2,5	0,0
74.680,00 Esc.	2.091.040,00 Esc.	4,5	0,5	3,5	0,0	2,5	0,0
75.450,00 Esc.	2.112.600,00 Esc.	4,5	1,5	3,5	0,0	2,5	0,0
76.230,00 Esc.	2.134.440,00 Esc.	4,5	2,5	3,5	1,5	2,5	0,0
82.567,00 Esc.	2.311.876,00 Esc.	5,5	4,5	4,5	3,5	3,5	2,5
91.815,00 Esc.	2.570.820,00 Esc.	6,5	5,5	5,5	4,5	5,5	3,5
103.705,00 Esc.	2.903.740,00 Esc.	7,5	6,5	6,5	5,5	6,5	5,5
118.236,00 Esc.	3.310.608,00 Esc.	8,5	7,5	7,5	6,5	7,5	6,5
126.823,00 Esc.	3.551.044,00 Esc.	9,5	8,5	8,5	7,5	8,5	7,5
135.410,00 Esc.	3.791.480,00 Esc.	10,5	9,5	9,5	8,5	9,5	8,5
144.658,00 Esc.	4.050.424,00 Esc.	11,5	10,5	11,5	9,5	10,5	9,5
155.888,00 Esc.	4.364.864,00 Esc.	12,5	11,5	12,5	11,5	11,5	10,5
169.098,00 Esc.	4.734.744,00 Esc.	13,5	12,5	13,5	12,5	12,5	11,5
184.291,00 Esc.	5.160.148,00 Esc.	14,5	13,5	14,5	13,5	13,5	12,5
202.786,00 Esc.	5.678.008,00 Esc.	15,5	14,5	15,5	14,5	14,5	13,5
224.583,00 Esc.	6.288.324,00 Esc.	16,5	15,5	16,5	15,5	15,5	14,5
237.134,00 Esc.	6.639.752,00 Esc.	17,5	16,5	17,5	16,5	16,5	15,5
251.005,00 Esc.	7.028.140,00 Esc.	18,5	17,5	18,5	17,5	17,5	16,5
266.858,00 Esc.	7.472.024,00 Esc.	19,5	18,5	19,5	18,5	19,5	17,5
284.692,00 Esc.	7.971.376,00 Esc.	20,5	19,5	20,5	19,5	20,5	19,5
305.170,00 Esc.	8.544.760,00 Esc.	21,5	20,5	21,5	20,5	21,5	20,5
422.756,00 Esc.	11.837.168,00 Esc.	24,5	23,5	24,5	23,5	24,5	23,5

(1) Admitindo que cada um dos membros do casal recebe o mesmo salário mensal

EM FOCO

A ideologia do fim das ideologias

■ **Jorge Cordeiro**
Membro da Comissão Política

A teoria do fim das ideologias e o desenvolvimento argumentativo que lhe vem associado - esquerda e direita apresentadas como questões ultrapassadas e desprovidas de sentido - são seguramente, e de há muito, o melhor seguro de vida da ideologia dominante.

Para estes teóricos, por si mesmos apresentados como isentos e laboriosos investigadores de ciência política, o capitalismo não seria uma ideologia mas a ordem natural das coisas e da vida, sem alternativa, a que tudo se deveria subordinar e a que todos se deveriam conformar. A doutrina do capitalismo não seria um completo e estruturado sistema ideológico mas tão só uma forma universal, única e absoluta, de pensamento, reflexão e análise.

As sociedades seriam assim como que uma massa informe, de seres com iguais oportunidades, não dependentes das relações de cada um com a produção, o modo de propriedade e os processo de apropriação da riqueza, sujeitos apenas às contingências da concorrência entre os mais e os menos capazes e dotados.

Os governos são apresentados como humildes servidores da coisa púbica sem ligação a interesses, e que fariam o melhor que sabem em nome de todos.

As políticas aparecem sem conteúdo nem motivações ideológicas, desligadas dos partidos que os suportam e dos interesses das classes que representam.

Neste pântano ideológico de negação absoluta das ideologias lá aparece uma ou outra vez a concessão feita ao reconhecimento da existência de uma ideologia: a comunista. Apresentada como única e em extinção, aberrante nos tempos modernos, sujeita a criminalização. Concessão feita no pressuposto implícito, entretanto largamente difundido, que o que determinaria as políticas neoliberais em vigor não seriam motivações ideológicas.

Entre muros, a estafada teoria do fim das ideologias está de volta. Os tempos a isso aconselham: a proximidade das eleições com as inerentes operações de viciação de dados para a construção de opinião, por um lado; as comemorações dos 25 anos da Revolução de Abril e a tentativa organizada de reescrita da nossa história recente, por outro.

É sobre o pano de fundo da inexistência de valores e interesses diferentes e antagónicos na sociedade que se procura identificar hoje o 25 de Abril como um acto simples de conquista de democracia em que todos de igual modo se reveriam e se identificariam. Com esta operação de esvaziamento ideológico do 25 de Abril se procura subtrair da memória e do conhecimento o significado e alcance das profundas transformações económicas e conquistas sociais alcançadas com a revolução. Para assim mais facilmente procurar iludir quais os interesses e sectores atingidos e ilibar as políticas de restauração do poder económico dos principais derrotados com o 25 de Abril e de eliminação ou redução dos principais direitos conquistados pela maioria dos trabalhadores e do povo português.

É igualmente sob a capa do alegado esbatimento das diferenças entre esquerda e direita que se alimenta o campo de simulacros que caracteriza a intervenção eleitoral do PS, PSD e PP. Desvalorizadas que são as questões do conteúdo da política, da natureza de classe e das opções governativas aos eleitores, restaria optar por um padrão único de políticas em tudo idênticas.

Neste campo se enraízam as tentativas de reduzir as soluções e caminhos da política nacional aos limites de uma alternância destinada a manter, ora com uns ora com outros, a mesma e continuada política de direita.

É sobre o pano de fundo da inexistência de valores e interesses diferentes e antagónicos na sociedade que se procura identificar hoje o 25 de Abril como um acto simples de conquista de democracia em que todos de igual modo se reveriam e se identificariam.

As escolhas ficariam reduzidas a questões de forma e estilo. Mais dialogantes uns, mais autoritários outros. Ao tom mais professoral de um, ao ritmo alucinante de conversa do outro. Assim e neste quadro o que importa seria saber quem melhor colocado está para ganhar, qual o de melhor perfil e maior simpatia para Primeiro-Ministro e não a política e os objectivos de cada força política.

Alegadamente desprovidos de motivações ideológicas PS, PSD e PP procuram assumir-se assim como que os santos padroeiros desta recente descoberta sociológica denominada de "centro" entendida como a mais fluorescente e inexplorada mina de votos. É em nome do "centro" mas com os olhos sempre postos na direita, que se abandonam valores, que se discursa à esquerda para caçar votos para governar à direita, que se desdiz hoje o que ontem se afirmou, que se fazem e desfazem coligações entre parceiros que fraternalmente se esfaqueiam pelas costas.

É em nome dele, só por ele e por mais ninguém do que ele - o "centro"- que alegadamente se propõem governar. Sempre com a boca cheia de preocupações pelos pobres e desfavorecidos e em namoro permanente às classes médias mas com o coração bem fixado nos interesses do grande capital.

Ainda que curiosamente os que se apressam a esbater e a negar a diferenças entre esquerda e direita sejam os primeiros, pelo crédito das causas e valores de esquerda, a invocar alguns deles para captar votos para dar suporte e apoio às suas políticas de direita.

É nesta negação da natureza da política que se perpetua a política de direita, apresentada pelos seus promotores como sem alternativa, reduzida a critérios de gestão corrente, a meros exercícios de equilíbrios orçamentais, de índices de défice público.

Há uma política diferente. Uma política de esquerda. Assumida e afirmada como tal. Com conteúdo e preocupações sociais. De defesa e valorização dos direitos sociais, de respeito por quem trabalha. Uma política que combata as desigualdades, que inverta a actual distribuição de rendimentos entre o trabalho e o capital, que promova a melhoria dos salários e das pensões de reforma. Uma política que enfrente a inadiável reforma fiscal com o objectivo de desagravar os rendimentos do trabalho e eliminar o paraíso fiscal de que goza o capital especulativo e financeiro.

É aqui que se faz a diferença entre uma política de esquerda necessária e indispensável e a política de direita que o PS e o seu Governo pretendem continuar.

Uma política de esquerda cuja viabilização é inseparável do reforço significativo da votação e do número de deputados do PCP.

Um Partido que se assume e se afirma com os seus valores, os seus ideais e o seu projecto. Um Partido que, ao contrário de outros, não tem de disfarçar as suas intenções e negar sua própria natureza e que se apresenta aos portugueses como é: vertical, de mãos limpas, de cabeça levantada. Um Partido de esquerda e que, com orgulho, se afirma como tal.

Comunicado do Comité Central do PCP

Cresce a luta dos trabalhadores

Forte intervenção do PCP

Na sua reunião de 30 de Março de 1999, o Comité Central do PCP debateu os principais aspectos da situação política nacional e internacional e as tarefas prioritárias do Partido, com destaque para a sua intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu de 13 de Junho próximo, e aprovou o comunicado que publicamos na íntegra.

1 ● O Comité Central destaca como traços muito relevantes na situação política nacional :

- **a nítida ampliação das lutas e da movimentação social contra a política do Governo,** de que são forte expressão designadamente a manifestação estudantil de 24 de Março e a impressionante manifestação promovida pela CGTP-IN em 25 de Março contra o «pacote laboral», indiscutivelmente a acção mais participada e combativa dos últimos anos;
- as **patentes dificuldades que o Governo enfrenta em importantes áreas e os sintomas de descoordenação, precipitação e desorientação que manifesta,** ao mesmo tempo que, por força dos seus fundos compromissos com o grande capital, insiste na recta final do seu mandato em avançar ainda mais em objectivos nucleares da política de direita como são a aceleração das privatizações e a ofensiva no domínio da legislação laboral;
- novas revelações de gravíssimos **casos de corrupção**, com um clima de impunidade no que respeita à criminalidade económica e à alta criminalidade em geral, colocando a crucial exigência da sua total investigação e apuramento de responsabilidades, ao mesmo tempo que se acentua a crise da justiça e a necessidade da sua reforma democrática;
- **a falência e morte da AD** como desfecho de um atribulado e desprestigiante processo desde início marcado pela estrutural falta de credibilidade política de uma coligação de partidos que pretendiam apresentar-se como alternativa ao PS quando, na verdade, ao longo desta legislatura, apoiaram as opções e políticas fundamentais seguidas pelo Governo do PS e realmente não protagonizam qualquer política alternativa;
- a intensa e diversificada actividade e a **dinâmica intervenção do PCP em variados planos da vida nacional,** com o crescente reconhecimento dos positivos resultados da sua acção e rasgando progressivamente perspectivas mais favoráveis para a afirmação da CDU como uma força cujo crescimento eleitoral é essencial para uma viragem à esquerda na política nacional.

2 ● O Comité Central do PCP atribuiu uma grande significado à luta que tem sido desenvolvida pelos trabalhadores e pela CGTP contra o **pacote laboral.**

A manifestação do dia 25 de Março em Lisboa, precedida de largas dezenas de greves e paralisações, constitui uma das maiores acções de massas da última década, revelando assim os sentimentos de repúdio e o grau de combatividade dos trabalhadores face à persistência do Governo em levar por diante graves alterações às leis laborais.

Persistindo na tentativa de concretização dos compromissos com as confederações patronais, o governo agendou para dia 7 de Abril uma das peças mais graves do pacote laboral: a proposta de lei do trabalho a tempo parcial. O Comité Central apela a todos os militantes do Partido, aos trabalhadores e às suas organizações para continuar a luta, reafirmando a exigência do abandono do pacote laboral, por uma política social diferente de respeito e valorização dos salários e dos direitos dos trabalhadores.

3 ● Após três anos e meio de actuação, o Governo persiste em levar às últimas consequências **a liquidação do sector público**. Acaba de lançar uma nova fase de privatizações que entre outros aspectos integra o propósito de promover a privatização de mais uma fatia da Portugal Telecom reduzindo o capital do Estado a um nível residual, da alienação de partes do capital da EDP, da Galp-SGPS — *holding* do gás e dos petróleos — e das celuloses conduzindo à passagem da maioria do capital das empresas destes sectores para os grupos privados e da privatização de novas áreas da Administração Pública.

O governo PS levou mais longe que qualquer outro a entrega do património público num escandaloso processo de privatizações, com graves problemas para o país, um processo que deu aos grupos económicos e financeiros e às multinacionais um poder sobre a economia, a comunicação social e a vida nacional sem paralelo desde o 25 de Abril.

A defesa dos interesses nacionais, de serviços públicos de qualidade, dos direitos e interesses dos trabalhadores e das populações, da democracia e do desenvolvimento do país, colocam a interrupção do processo de privatizações e a garantia de um sector público forte e dinâmico, como um imperativo essencial e inadiável.

4 ● Na área da **justiça,** são muito preocupantes os sinais de crise político-institucional que, a não serem rapidamente debelados, desacreditam cada vez mais a justiça aos olhos dos cidadãos e constituem factores de bloqueio do normal funcionamento das instituições.

Estes acontecimentos somam-se, de resto, a uma intolerável passividade do Governo ao longo dos anos que tem feito com que se acumulem factores de descrédito, morosidade e ineficiência, dificuldades de acesso à justiça das classes e camadas mais desfavorecidas, bem como a incapacidade ou falta de vontade política para enfrentar a corrupção e a criminalidade mais sofisticada.

Na actual situação são altamente perniciosos quer os posicionamentos de cariz corporativo quer, sobretudo, o envolvimento de magistrados e magistraturas, ou de outros protagonistas do sector da justiça, em estratégia a que não são alheios propósitos inconfessados, que objectivamente põem em causa a independência dos tribunais e enfraquecem o poder judicial.

Do jogo de interesses mais ou menos nebulosos que se movem e procuram instrumentalizar e condicionar pessoas e instituições, fica claro que o objectivo prosseguido é a manutenção do quadro de impunidade existente no que toca à corrupção e ao crime organizado que minam os fundamentos do Estado de direito democrático.

É necessário que sejam rapidamente atenuados e superados factores de conflitualidade no sector da justiça, e encontrados, com debate sereno, os consensos e as soluções que se mostrem necessárias ao reforço do poder judicial e da sua independência, em ordem à realização da justiça e à defesa da democracia.

5 ● Apreciando os resultados das negociações da **Agenda 2000,** o Comité Central sublinha que a barreira de propaganda ao Governo não deverá fazer esquecer os magros resultados obtidos.

É razoável o ter-se conseguido a manutenção global do nível de transferências que o País vinha recebendo, quando a proposta inicial da Comissão apontava para uma redução de cerca de 500 milhões de contos no período de sete anos que se inicia no ano 2000. Mas é mau que o volume de fundos estruturais possa vir a ser reduzido através de mecanismos condicionadores da sua transferência. Como, fundamentalmente, é mau que o volume global de transferência seja incapaz de responder às necessidades do País, com a concretização a prazo do processo de alargamento, a liberalização anunciada do comércio pelas próprias negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as políticas monetária e orçamental (Pacto de Estabilidade) decorrentes da Moeda Única. As mais que previsíveis restrições orçamentais – a pesarem e impulsionarem reclamadas reformas de cariz neoliberal da segurança social, saúde, administração pública – e o agravamento da concorrência no mercado nacional e comunitário, exigiriam não os mesmos, mas mais fundos.

Sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), para lá dos resultados globais e sectoriais negativos, obtidos no Conselho de Ministros da Agricultura e já analisados, há agora de concreto a duplicação do trigo duro, o que é positivo, e (através de um dito acordo de cavalheiros) a não redução da quota de tomate.

Mas, na questão central da PAC, o que o Governo (e bem como, aliás, as principais organizações de agricultores e o PCP) inscrevia como principal objectivo da sua estratégia – o reequilíbrio financeiro entre agricultores, culturas e países – foi derrotada. Foram eliminadas, inclusive, as tímidas propostas de plafonamento que o documento inicial da Agenda 2000 continha.

Sobre o proclamado reforço de verbas para o Desenvolvimento Rural, ver-se-á o seu significado e importância, quando for clarificado o seu âmbito e contrapartida financeira

O PCP, que desde o primeiro momento denunciou e rejeitou as propostas inscritas na Agenda 2000 como altamente gravosas para o País, que travou ao longo destes dois anos um persistente combate por mais fundos e por uma verdadeira reforma da PAC, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, e no esclarecimento e mobilização do povo e dos agricultores portugueses, considera que sem prejuízo de um conhecimento mais preciso do que foi aprovado em Berlim, os resultados não correspondem à propaganda do Governo.

O PCP não desistirá de travar o combate pela defesa dos interesses nacionais, enquanto exigirá que a larga margem de manobra que o Governo dispõe, seja utilizada para uma mais eficaz, justa e equitativa aplicação dos fundos, na correcção das assimetrias regionais e sociais, no desenvolvimento e modernização da estrutura produtiva portuguesa.

6 ● O Comité Central reitera a firme condenação pelo **PCP da agressão da NATO** contra a Jugoslávia e do submisso envolvimento das Forças Armadas portuguesas em acções de guerra que violam princípios básicos do direito internacional, causam elas próprias uma catástrofe humanitária e só podem agravar os complexos problemas existentes nos Balcãs.

Sem esquecer a anterior participação nas operações militares da NATO na Bósnia, adquire entretanto um grave significado político que tenha sido por decisão de um Governo do PS que, pela primeira vez nos 25 anos decorridos desde o 25 de Abril, militares portugueses foram directamente envolvidos na agressão a um Estado soberano do Continente europeu.

E adquire também um enorme significado político que, 54 anos depois do fim da 2.ª Guerra Mundial, a guerra entre Estados tenha voltado à Europa precisamente na altura em que 13 dos 15 países da União Europeia são governados por partidos socialistas que, mais uma vez, se comportaram como os mais esmerados e obedientes servos da Administração norte-americana.

Apelando ao desenvolvimento de um vasto movimento de opinião e protesto nacional contra esta agressão da NATO, o PCP insiste, na reclamação dirigida ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, no fim da participação portuguesa nesta acção militar da NATO e de uma intervenção das autoridades nacionais no sentido do termo da agressão armada à Jugoslávia e da procura persistente de uma solução política no quadro do respeito pela integridade territorial e soberania da Jugoslávia.

7 ● Tendo debatido as **tarefas imediatas do Partido,** o Comité Central sublinha a necessidade de prosseguir e intensificar as linhas de intervenção e orientação que nos últimos meses asseguraram uma intensa, dinâmica e diversificada actividade do PCP que, apesar de sujeita a uma forte barreira de silêncio e discriminação em muitos órgãos de comunicação social, representaram uma prestigiante afirmação do PCP com positiva apreciação por parte de largos sectores da população.

Entre muitos outros aspectos, são de destacar as centenas de iniciativas de comemoração do 78.º aniversário do Partido e a realização de inúmeras Assembleias de Organização, com o envolvimento de muitos milhares de membros do Partido; uma intensa e combativa intervenção sobre as principais questões e problemas da actualidade política; as acções de esclarecimento realizadas em todo o país e especialmente dirigidas aos trabalhadores e aos agricultores; o arranque da Campanha Nacional de Fundos para reunir os meios materiais indispensáveis a uma activa intervenção eleitoral da CDU; o promissor lançamento da candidatura da CDU ao Parlamento Europeu; a acção desenvolvida pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu (os únicos deputados portugueses que se bateram pela indispensável demissão da Comissão Europeia) e do grupo Parlamentar do PCP que desenvolveu uma enérgica acção fiscalizadora do Governo e conseguiu fazer aprovar mais propostas suas de inegável valor e positivas consequências.

O Comité Central saúda a JCP pelo êxito do seu VI Congresso, realização que evidenciou a força e as potencialidades da juventude comunista e dos ideais que suportam a sua intervenção. O Congresso dos jovens comunistas constitui uma clara confirmação do papel desempenhado e a desempenhar pela JCP na defesa dos direitos da juventude e na luta por uma política de esquerda que inicie a resolução dos problemas da juventude.

Prosseguindo a dinâmica de **reforço da organização partidária,** como elemento de maior importância para a intervenção do Partido e a par de uma forte contribuição para o êxito das comemorações do **25.º aniversário do 25 de Abril** e da jornada do **1.º de Maio**, é essencial que :

- marcando uma diferença profunda em relação ao degradante e desprestigiante espectáculo que outros partidos estão dando, o PCP continue a intervir com seriedade e elevados padrões da ética política, a dar prioridade aos reais problemas do povo e do país, a dinamizar as lutas de massas, e assegurar a sua solidariedade activa com justas reivindicações e aspirações populares;
- marcando uma diferença profunda com a convergência do PS, do PSD e do PP em defesa dos interesses do grande capital, o PCP dê uma grande contribuição para a defesa dos direitos dos trabalhadores e para a justa e indispensável derrota do pacote laboral, para a luta contra as privatizações e pela defesa e melhoria de serviços públicos;
- marcando uma profunda diferença com o consenso existente entre PS, PSD e PP em torno das grandes opções de política nacional e europeia, o PCP continue a apresentar propostas alternativas à política de direita, fortalecendo na sociedade portuguesa o movimento de opinião favorável à viragem para uma política de esquerda na vida nacional e a um novo rumo para a construção europeia.

8 ● **As eleições para o Parlamento Europeu,** a partir de agora uma tarefa política prioritária, representam a possibilidade real de dar mais força ao PCP e à CDU para uma efectiva viragem à esquerda na política portuguesa e para um novo rumo na construção europeia que assegure a defesa de um Portugal democrático independente e soberano numa Europa assente na cooperação entre povos e países iguais em direitos. É por isso indispensável:

- acelerar a todos os níveis a preparação e planeamento da intervenção eleitoral do PCP e da CDU e intensificar a acção de esclarecimento e as iniciativas da candidatura da CDU, afirmando-a como a opção de esquerda mais útil, mais segura e mais solidamente ancorada na luta e nas aspirações populares;
- trabalhar para um alargado movimento de apoio à CDU e para dinamizar a constituição de estruturas que afirmem a CDU como um espaço unitário de intervenção política aberto à participação conjunta de milhares de cidadãos independentes e de todos quantos apoiam e integram as forças da coligação;
- valorizar e divulgar o notável e publicamente reconhecido trabalho realizado pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu em defesa dos interesses nacionais, testemunho vivo de que vale a pena os portugueses darem mais força nas próximas eleições à CDU, o voto que conta sempre para eleger e para apoiar a esquerda que luta, que trabalha e que cumpre o que promete;
- desenvolver uma ampla, determinada e persistente campanha que assegure a efectiva compreensão por parte de todos quantos apoiam a CDU da importância de exercerem efectivamente o seu direito de voto em 13 de Junho e do positivo reflexo que um bom resultado da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu terá nas eleições legislativas 4 meses depois.

Carlos Carvalhas, acompanhado por Rosa Rabiais, Joaquim Miranda e Paulo Raimundo, apresenta à imprensa as principais conclusões da reunião do CC

O Comité Central sublinha a importância do **Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições de 1999** a realizar, em Lisboa, em 10 de Abril, que deverá favorecer uma mais ampla agregação das energias e capacidades do colectivo partidário para a batalha eleitoral e reforçar a sua determinação e confiança na obtenção de um bom resultado para a CDU.

9 ● O Comité Central alerta para a necessidade de prosseguir o combate às manobras mistificatórias de propaganda e fomento de uma alegada "bipolarização" entre o PS e a direita que, tendo perdido a carta do pretenso "confronto AD-PS", pretendem agora ressuscitar artificialmente a carta do pretenso «confronto PSD-PS».

A verdade é que, se já com a AD e mesmo como o benefício que o método de Hondt poderia dar à votação conjunta dos partidos que a integravam, a direita não tinha, nas legislativas, qualquer possibilidade realista de alcançar uma vitória eleitoral, extinta agora a AD e com o PSD e PP a concorrerem separadamente, mais claro se torna ainda que o único grande elemento de novidade e mudança que as eleições podem trazer é o reforço da CDU e uma alteração a seu favor na correlação de forças com o PS.

O Comité Central salienta que é por de mais significativo e elucidativo que os principais promotores e propagandistas da "bipolarização", ontem entre AD e PS e agora entre PSD e PS, não se ocupem nem sejam capazes de explicar quais as grandes diferenças entre a política defendida pelo PSD e a seguida pelo Governo PS.

Torna-se assim claro que, por detrás da propaganda de "bipolarização" entre PS e PSD, o que se esconde ainda e sempre é o propósito de animar um mero confronto de personalidades e de etiquetas como melhor forma de salvar a política de direita que lhes é comum.

E torna-se também claro que o preconceito e a discriminação contra o PCP o que escondem é sobretudo a consciência de que o PCP é, de entre os principais partidos, o único que, pela sua influência, intervenção e propostas, verdadeiramente incomoda e ameaça a política de direita e os interesses que ela serve.

10 ● A patente degradação da vida política e da escandalosa instrumentalização do aparelho de Estado pelo Governo do PS, as injustiças e desigualdades sociais geradas pelo prosseguimento de uma política enfeudada ao grande capital e nas suas opções fundamentais semelhante à antes praticada pelo PSD, a abdicação servil da defesa dos interesses e da soberania nacionais, acentuam o carácter indispensável e insubstituível de uma vigorosa, quotidiana e determinada iniciativa e contribuição dos comunistas portugueses quer no terreno do fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais, quer na sua combativa e construtiva intervenção nas instituições, quer através de uma dinâmica e mobilizadora campanha de esclarecimento nos dois próximos actos eleitorais.

Neste ano em que se celebram os 25 anos passados sobre a Revolução de Abril e também a modernidade e actualidade dos seus valores, o vasto património de propostas, de intervenção, de luta e de resultados conseguidos pelo PCP como oposição firme de esquerda ao Governo do PS, justificam a nossa confiança e convicção de que, não ignorando dificuldades e obstáculos conhecidos, existem condições para que se alargue e fortaleça a consciência de que há um outro e melhor caminho para Portugal.

Um outro caminho alicerçado na dignificação do trabalho e no respeito por quem trabalha, na valorização de uma cidadania activa, na construção de uma democracia plena, simultaneamente política, económica, social e cultural.

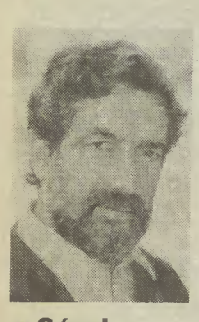
Com o indispensável fortalecimento do PCP e da CDU e do projecto e dos valores que afirmam a nossa diferença na vida política, fundados em padrões de seriedade, coerência, firmeza de convicções, respeito dos compromissos assumidos.

Com a convicta afirmação dos ideais e projecto comunistas de transformação social, com confiança na luta por uma sociedade e um mundo mais justos.

EM FOCO

TRIBUNA

Aritmética para fazer política E outras coisas da política



■ Sérgio Ribeiro

A comunicação social tem apresentado "balanços" da actividade dos deputados portugueses no Parlamento Europeu. Iniciativa natural em quem deve informar e que vem ao encontro do que defendemos (e praticamos!): a prestação de contas. Não sendo por isso surpresa, já pode surpreender quem ao longo do mandato foi vendo, ouvindo e lendo coisas sobre protagonismos e vedetismos no PE e, de vez em quando, aqui e ali, sabia que existiam os deputados comunistas, embora houvesse a preocupação de lhes chamar discretos (por que não alimentam casos?), apagados (por que ia sendo apagada a informação devida ao trabalho que iam fazendo?!), contraditórios (porquê?, se sempre defenderam em Bruxelas e Estrasburgo o que defendem por todo o País que percorrem de ponta a ponta!). Agora, esses números, esses dados objectivos que uns jornalistas (honra lhes seja!) colheram e transmitiram, vieram pôr coisas no lugar.

Trata-se de aritmética (no dicionário: "ciência dos números, das suas propriedades e combinações"), e quase de aritmética pura.

Foram colhidos, através de um sistema de informações do PE chamado *Epoque*, os números relativos às intervenções que podem ser atribuídas à actividade individual dos deputados. As intervenções com que participaram em debates no plenário, os relatórios que assinaram, as perguntas que fizeram à Comissão e ao Conselho. E foram apresentados sem valorações subjectivas.

É evidente que as intervenções em plenário são de diferente importância segundo os debates, que há relatórios de fundo e relatórios de parecer, que há uns relatórios de fundo mais relevantes que outros, que há alguns relatórios de parecer que valem mais do que alguns relatórios de fundo, que há perguntas que se fazem por fazer e nem beliscam a epiderme comunitária e que há outras que incomodam verdadeiramente instâncias comunitárias e de poder nacionais, centrais e locais. Mas o que foi apresentado foi... a aritmética, a quantificação possível do trabalho individual dos deputados em fim de mandato.

Essa apresentação não é, no entanto, aritmeticamente pura. Para nós, que já vínhamos a trabalhar esses dados, não é justo que se considere da mesma forma um deputado que cumpriu o mandato todo, de 5 anos, e um deputado que, por ter entrado a substituir outro, só está no parlamento há alguns meses. E fazêmo-lo com toda a objectividade até porque os deputados comunistas cumpriram praticamente todo o mandato (Honório Novo substituiu Luís Sá logo no início da legislatura) mas já C. Coelho, C. Cardona, E. Damião (um de cada partido, veja-se a nossa isenção...) só entraram recentemente para o PE pelo que não é justo pôr os seus números ao lado dos de quem está lá há 5 anos.

Números e apenas números... mas muito significativos!

Então... como conseguir a objectividade que a aritmética possibilita? De uma forma que corresponde nossa maneira de estar na política. Não há que personalizar, que individualizar. Cada deputado participa no cumprimento de **um mandato** para que se candidatou numa lista, por um projecto, por um programa (ao menos para o mandato). Em 1994, foram 3 os mandatos atribuídos à CDU pelos eleitores e foram 4 os comunistas que os cumpriram (Luís Sá, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo), assim como foram 10 os mandatos do PS e 13 os deputados que os cumpriram, 9 os mandatos do PSD e 11 os deputados a cumpri-los, 3 os mandatos do PP e 5 os deputados a cumpri-los.

Assim, a aritmética diz-nos que os comunistas que cumpriram os 3 mandatos CDU fizeram 649 intervenções, soma - segundo dados das informações de *Epoque* - de debates, relatórios e perguntas, em confronto com 778 intervenções dos deputados que cumpriram os 10 mandatos do PS, 609 dos deputados que cumpriram os 9 mandatos do PSD e 282 dos deputados que cumpriram os 3 mandatos do PP. Quer dizer, **por mandato**, os deputados comunistas fizeram 216 intervenções, os "socialistas" - que até são, por acaso, sociais-democratas...- fizeram 78 intervenções, os "sociais-democratas" - que, por acaso, até são democratas-cristãos... - fizeram 66 intervenções, os "populares" 94 intervenções.

Quando fazíamos estes cálculos ainda Paulo Portas não tinha ido à SIC e à PJ, ainda Marcelo não passara a certidão de óbito à AD e não se demitira, e, sempre sem sair da aritmética, juntámos as "prestações" dos 12 mandatos AD, o que dá 74 intervenções por mandato, ao mesmo nível (quantitativo) das "prestações" dos deputados que cumpriram os mandatos PS.

Assim sendo, continuámos as contas, até porque aritmética também são combinações com números... E chegámos à conclusão (numérica) que a diferença entre um mandato comunista e um mandato não comunista é, no período de quase toda a legislatura, de 140 intervenções. Logo, se os eleitores portugueses se distraírem e se "deixarem levar" por cabeças de lista e outras manigâncias e, para 1999-2004, viesse a haver menos um deputado comunista e mais um dos outros, haveria uma significativa quebra das intervenções portuguesas, independentemente do que defendessem. Noutra perspectiva - **nossa** mas que depende de nós, do nosso trabalho no Partido e para fora dele! - mais um mandato comunista (ou CDU) corresponderá, a exemplo do que foi em 94-99, a mais 140 intervenções em defesa dos interesses que defendemos, isto é, de Portugal, do povo português, dos trabalhadores!

Sem falar de outras consequências. Que muitas outras são!

Outras coisas... que também são política

Poderá parecer estranha a disponibilidade para aritméticas e para se estar, aparentemente, a "brincar com números" quando se passam tantas coisas politicamente importantes. Não se refuta tal reacção com a real importância do que deixámos atrás, de tal modo a relevância do que tem ocorrido na segunda metade de Março torna este período num verdadeiro "momento histórico".

A 15 de Março, uns "sábios" entregaram um relatório aos presidentes do PE e da Comissão, do que resultou a queda desta (que retardada estava desde Janeiro). A "cimeira" de Berlim indigitou Prodi para substituir Santer e a situação é de enorme confusão institucional porque tudo se passa no quadro vigente (Maastricht) mas já se pretendem aplicar regras ainda por ratificar (Amsterdam). Acresce que as eleições para o PE se aproximam vertiginosamente e baralham tudo porque representam outro corte, e nada daquilo em que a actual composição do PE participe como decisão até ao fim do ano ou para a nova Comissão a partir de Janeiro representa obrigação ou compromisso institucional (em termos de Estado de direito no que não um Estado...) para o novo parlamento a eleger a 13 de Junho!

Entretanto, rebentou uma guerra. Após preparação/intoxicação da "opinião pública", os EUA, levando atrás a União Europeia pela trela do Reino Unido, usaram a NATO para atacar um país numa acção inédita mas com antecedentes de ingerência intolerável em termos de direito e ética de relações internacionais. Ensaiam-se armas, o complexo industrial-militar exulta, o dólar sobe e o euro cai ainda mais. Uma bola de neve (ou de fogo) foi posta a rolar e o mundo periga com a ganância desumana e a desumana irresponsabilidade próprias de um sistema desumano.

A mesma "cimeira" ainda conseguiu aprovar a Agenda 2000 e o primeiro-ministro português, que bíblico fora em Madrid, foi futebolístico em Berlim e gritou golo para ser ouvido em Lisboa. Na verdade, este governo caracteriza-se por nos preparar para o pior, por negociar mal e por gerir bem as expectativas. Para nos convencer que é uma grande vitória não ter acontecido a anunciada derrota por goleada. De qualquer modo, há novos condicionalismos, há contas por fazer, há uma negociação que continua. É pelo menos prematuro cantar vitória e é de mau negociador declarar-se satisfeito com os resultados de uma fase negocial.

Como se tanto não bastasse, desfez-se a AD, demitiu-se o presidente do PSD, logo apareceu um substituto, reafirmou-se o presidente do PP como tal, começou a reformulação das listas para o PE. O comentário mínimo é de que por uns tempos, que se espera que ultrapassem as eleições, estará muito prejudicada a perigosa bipolarização que apela ao voto útil, que é inútil e bem pior por nada mudar do que tem de ser mudado.

Há que parar, por segundos que seja, para respirar fundo. Exercícios aritméticos que sirvam para nos ajudar a melhor fazer política são, também, uma forma de respirar fundo.

■ Domingos Lopes

A guerra da «nova» NATO contra a Jugoslávia

Os ataques militares da NATO contra a Jugoslávia representam um novo passo para refazer em novas condições todo o ordenamento internacional.
A escassos dias do 50.º aniversário da fundação estrutura político-militar pode impor os seus pontos de vista a quem e onde quer que seja.

Sem mandato do Conselho de Segurança da ONU, e violando a sua própria Carta (pois a Jugoslávia não ameaçava nem ameaça nenhum país membro daquela organização), a NATO cria com esta guerra um novo precedente que lhe permita em circunstâncias, por si consideradas adversas, intervir militarmente e impor a sua paz.

Este novo passo pode significar a liquidação do sistema de direito internacional baseado na Carta das Nações Unidas e a inauguração de um novo sistema modelado nos interesses de um conjunto escasso de potências capitalistas que se auto-intitulam de comunidade internacional.

A existência de uma única superpotência associada militarmente na NATO a um conjunto de potências capitalistas constituiria a base duma "nova ordem mundial" fundada no espectacular poderio militar e económico dêstes países.

O novo conceito estratégico da NATO passa pelo alargamento da organização à Polónia, República Checa e Hungria, e visa isolar a Rússia e a China e intervir num mundo "global" em qualquer canto do mundo. Trata-se na verdade de uma "nova" NATO e de uma total subversão do direito internacional.

Esta guerra contra a Jugoslávia , em pleno território europeu, no coração dos Balcãs, depois de 54 anos de paz, vale como um tubo de ensaio para erguer esse " novo" mundo à margem que os EUA e os seus aliados mais chegados querem edificar. E naturalmente que esse novo mundo terá uma arquitectura desenhada de acordo com os interesses hegemónicos dos EUA e dos seus aliados. Não será de estranhar que esta pressa norte-americana de avançar numa guerra contra a Jugoslávia, neste momento histórico, tenha também a ver com a vontade hegemónica dos EUA de porem os seus aliados diante de factos consumados.

A ordem que os EUA querem desenhar e impor, agora, poderá ser diferente de uma ordem em que a União Europeia possa pesar mais. Não deve ter sido por acaso que os bombardeamentos começaram no dia em que em Berlim se iniciava a Cimeira Europeia, por sinal chefiada por uma imensa maioria de líderes socialistas.

Contra a Europa

O peso político-militar decisivo dos EUA na Europa pode atestar-se nesta decisão de guerra à Jugoslávia. É na Europa que os EUA congeminam guerras. É na Europa que os EUA sabem que estão concorrentes de peso. É contra a Europa que têm planos, seja na versão concorrencial actual, seja no futuro na versão de combate à esquerda e a uma Europa de paz, progresso social e cooperação.

Quanto mais atar a Europa aos desígnios dos EUA mais seguros estes se sentirão, e melhor e por mais tempo os seus interesses económicos e políticos serão defendidos.

A guerra contra o Iraque já foi um modo dos EUA imporem a sua hegemonia no Médio Oriente, do qual depende a Europa em termos energéticos. A guerra contra a Jugoslávia é uma nova escalada de afirmação dos EUA junto da Europa. No fundo, trata-se de impor a este continente uma política norte-americana e numa fase em que a Europa não tem ainda o poderio que os EUA imaginam que possa vir a ter no futuro.

Esta nova NATO torna-se assim um instrumento ainda mais perigoso para a paz, segurança e cooperação mundial. Ao pretender substituir a única organização com legitimidade mundial para regular os conflitos que possam eclodir, a NATO pretende fazer coincidir a sua legitimidade com a legitimidade internacional. É um enorme retrocesso à escala mundial. O mundo ficará à mercê destas potências e sobretudo dos EUA.

Quem chefia a NATO são os EUA, que têm tentado e continuarão a tentar fazer a grande parte da sua política militar por via desta organização. Dentro da NATO os EUA têm como aliado todo um conjunto de países, alguns deles igualmente grandes potências como Alemanha, Inglaterra e França.

Cabe, por isso, deixar claro que Portugal não pode estar numa organização em que tenha que alinhar em todas as decisões que ela tome. Se as decisões da NATO não têm em conta os interesses dos seus membros, estes não têm de as defender, nem de alinhar com elas. Portugal não tem qualquer interesse em fazer guerra à Jugoslávia, não devendo alinhar na agressão a um país soberano cujas fronteiras são reconhecidas por toda a comunidade internacional.

O que está em causa

O que está em causa no Kosovo e na Jugoslávia, ao contrário do que afirmam Clinton, Blair, Schroder, Solana e Gama, não é uma catástrofe humanitária, pois, a todas as luzes, uma catástrofe não se combate originando uma monumental catástrofe como é o caso do dilúvio de mísseis e bombas que a NATO descarrega sobre a Jugoslávia.

O que está em causa é a soberania de um país que dentro das suas fronteiras tem problemas e cuja solução passa pelo respeito da minoria albanesa, como de outras minorias. Mas não se pode impor, em nome dos interesses de uma minoria, a uma enorme maioria dentro de um país o ponto de vista de uma parte separatista e terrorista dessa minoria. Tal é inaceitável. E é ainda inaceitável que em nome dos supostos interesses dessa minoria a NATO queira impor à Jugoslávia a presença de tropas destes países. É isto que está em causa.

A intervenção militar não se destina de modo nenhum a proteger os direitos da minoria albanesa, a não ser que os ditos interesses da minoria albanesa valham toda a tragédia que vive a imensa maioria jugoslava. O que a NATO pretende é ter tropas no Kosovo, na Jugoslávia. Só isso explica que a Madeleine Albright tenha imposto em Rambouillet um plano que conduziria a breve prazo o Kosovo a uma secessão, salvaguardada com a presença de tropas da NATO. É possível, é imaginável, dois estados albaneses, um fora da Jugoslávia e outro na Jugoslávia? Como pode a NATO falar de tragédias humanitárias quando é cúmplice de enormes tragédias que varrem Timor-Leste, Angola, Curdistão, Palestina, Sahara Ocidental e Chipre?

Portugal deve retirar os seus aviões e os seus militares desta aventura. O governo português decidiu mal e à revelia da Assembleia da República, alegando que Portugal estava a participar numa acção humanitária. Como é possível semelhante desaforo? Como é possível dizer que Portugal não participa nas acções militares porque os seus aviões não bombardeiam, apenas se limitam a acções de reconhecimento? Acaso há bombardeamentos sem acções de reconhecimento?

É tempo de parar a participação nesta aventura e nesta guerra ao serviço dos interesses dos EUA e outras grandes potências. Os problemas dos Balcãs não se resolvem com bombas, por muito inteligentes que elas sejam. As bombas, os mísseis que caem sobre a Jugoslávia destroem e matam. Não resolvem nenhum problema. Agravam todos os que já existiam e trazem novas catástrofes, a não ser que não sejam catástrofes humanitárias porque os mortos são jugoslavos...

A guerra à Jugoslávia pretende inaugurar um novo (velho) ciclo nas relações internacionais: o ciclo do mais forte. Outrora a Inglaterra imperial mostrava a bandeira por esse mundo e todos se deviam vergar. Querem agora a NATO e os EUA impor uma nova ordem na qual lhes baste mostrar os mísseis para que todos se rendam. É perigosa e criará seguramente uma enorme desestabilização, mas tal como a velha ordem foi derrotada esta nova velha também o será. Os países e os povos não o vão aceitar; aliás, já não o estão a aceitar.

PONTOS CARDEAIS

Os entusiasmos do colunista

O colunista Luís Delgado, com lugar cativo na segunda página do *Diário de Notícias* para o exercício diário de «opinador independente», pôs na passada terça-feira o seu verbo ao serviço de um inflamado elogio a Marcelo Rebelo de Sousa. O empenho do predicatório era tal que o colunista subdividiu as parcas 20 linhas do espaço disponível em três pontos, cada um plasmando uma qualidade do homenageado: qualidade «1», a **grandeza**, porque «poucas pessoas, poucos políticos, assumiriam de imediato o erro de uma estratégia política como Marcelo fez»; qualidade «2», a **independência**, porque «só um político com um grande e exclusivo sentido de missão, e com um preciso conhecimento da relatividade do poder, ou dos cargos, é que consegue adivinhar e aceitar o momento de encerrar um ciclo»; qualidade «3», a **inteligência**, porque «só um homem com uma inteligência superior é que antecipa o destino».

Qualquer pessoa medianamente sensata consegue chegar a conclusões diferentes, mesmo sem o benefício da clarividência que o colunista Delgado assume nos escritos com que diariamente opina.

Por exemplo, a avocação de «poucos políticos» assumirem de imediato, como Marcelo, «o erro de uma estratégia política», não faz dessas raridades uns exemplos automáticos de grandeza, pela elementar razão de que o mais importante não será admitir um erro, mas o que se fará depois com essa admissão. Marcelo o que fez com ela foi fugir, largar o combate e ir à vida. É legítimo, mas está muito longe de parecer grandioso...

Quanto à tese de que Marcelo prima pela «independência» porque «só um político com um grande e exclusivo sentido de missão, e com um preciso conhecimento da relatividade do poder, ou dos cargos, consegue adivinhar e aceitar o momento de encerrar um ciclo» faz lembrar o silogismo dum cábula que apresenta subjectividades como premissas e por isso tira, fatalmente, uma conclusão ilógica.

Finalmente, considerar que o extravagante talento de «antecipar o destino» anuncia uma «inteligência superior» pode ser aceitável nos campos da fé, do esoterismo ou da crendice, mas não é tese que se apresente, quanto mais no sofisticado território dos fazedores de opinião.

Ai, estes comentadores «independentes»...

O populismo laranja...

Mal o líder se demitiu, o baronato PSD não perdeu tempo a entrar em acção.

Ainda a dramática declaração de renúncia ecoava no éter, já Leonor Beleza, uma indefectível de Marcelo, balizava audaciosamente o campo da batalha ao apontar Durão Barroso como o seu candidato preferido. Foi um choque atrás de outro choque, como quem delimita um incêndio queimando mais à frente ou previne uma derrocada com um bombardeamento à zona. Pedro Santana Lopes, um dos eternos candidatos a líder no PPD/PSD (como ele gosta sempre de dizer), esqueceu-se fulminantemente de que se tinha «afastado da política» para saltar à estacada contra a atitude de Leonor Beleza, reclamando a escolha de um novo líder em sede de congresso extraordinário e recusando legitimidade à escolha de uma nova liderança feita directamente por uma direcção que se demitira. Durão Barroso, outro eterno candidato a líder, reagiu no sentido oposto, achando tão boa a sugestão de Leonor Beleza que se apressou a vir ao proscénio a oferecer a sua liderança. Como os dados já estavam lançados pela azougada Leonor, as Distritais começaram rapidamente a enfunar a vela ao sabor do vento que soprou mais forte, dando rápida espessura e o sempre bem visto «consenso» a uma escolha travestida de candidatura. Bom velejador nestas ventanias à pêpêdê, Santana Lopes cuspiu para o ar, averiguou donde vinha a brisa e tirou mais uma vez o cavalinho da chuva, trotando para a Figueira da Foz em mais um regresso «irrecusável» à coisa autárquica.

O engraçado disto tudo (embora já muito, muito visto) foi o aquietar da procela com os clássicos e unânimes preitos de unidade, enquanto os Valentins Loureiros, os Marques Mendes e por aí fora saltavam, lestos e secos, do barco naufragado para a nova barca-almirante, tudo sempre em nome do partido, dos portugueses e dos superiores interesses do Estado. Uns pândegos.

... e a laranjada popular

Não menos pândegos foram os dirigentes «populares», quando levaram com a derrocada da AD em cima. Paulo Portas ficou longamente calado, aproveitando o facto de, na altura em que Marcelo o bania pessoalmente da sua intimidade, se encontrar atarefado em demonstrar à Judiciária que é um cidadão honesto. Luís Nobre Guedes, o arrebatado apoiante de Portas, povoou o embaraçoso silêncio do líder com uma declaração lida ao fundo da escada (uma novidade cenográfica introduzida, em estreia absoluta e rigoroso exclusivo, pela direcção Portas no panorama da comunicação partidária).

E disse, além de nada, uma misteriosa hipótese de colaboração futura com o PSD que acabara de «descolaborar» estrondosamente com o PP. Outros dirigentes acorreram a assobiar para o ar o argumento de que «não era o PP que estava em crise, mas o PSD», procurando assim exorcizar a tentação de Paulo Portas ir comer mais uma sopa francesa com Marcelo e deixar toda a gente pendurada. Finalmente, o líder, Portas *lui-même*, lá veio a público para anunciar, com o seu experimentado sorriso de fuga para a frente, que «o seu adversário não era o PSD mas o socialismo e Mário Soares», considerando com isso a sua responsabilidade arrumada.

É de ir às lágrimas - mas não das que Paulo Portas exibiu na face por ocasião da inflamada vassalagem de Nobre Guedes no congresso do PP realizado há umas semanas.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Versos para consumo diário

Património

Camarada. O sabor
de dizer «camarada».
A invenção do fruto.
O cesto da gávea.
A casa habitável.
A mesa onde há sempre lugar
pra mais um prato.

Não podemos desaprender. Bom dia,
camarada.

Inês, sindicalista têxtil

Dedico este verso à Inês
sindicalista têxtil.
Inês e o seu sentido de Estado.

Teve um minuto, nada mais. Mais nada.
Entendeu o valor
de cada palavra
para mostrar de que lado sopra
o vento.

«Tive muito prazer
em conhecer-te, Inês»

(disse o futuro
que por acaso passava
e olhou para o ecrã)

Pessoal

Dizes-te amigo dos pobres
eu digo-me inimigo da pobreza.

Pronto. Vamos agora ver
se podemos ambos caber
neste poema.

(O poema diz que não. Diz que está farto
das vossas bem-aventuranças
hipócritas. Mas pede-me
que não escreva isto, que está farto
que o chamem de sectário.)

Realmente, para um poema é chato.

Câmbio

Por índicos, pacíficos, atlânticos
andei. Fui descobrindo, descobrindo-me.

As escadas rolantes do Colombro
ainda vinham longe. Caravela
e era um pau!

Os índicos, atlânticos, pacíficos.

Quanto é que isto hoje em dia vale em
euros?

Actualidade

Mandaram o avião inteligente
sobrevoar Belgrado.
Teoricamente
por ser um avião inteligente
tinha já o regresso assegurado.

Pra mim
sinceramente
se ele fosse um avião inteligente
não aceitava o recado
nem pensaria assim.
Porque a inteligência
que não se precata
está sempre na iminência
de acabar em sucata
delinquente.

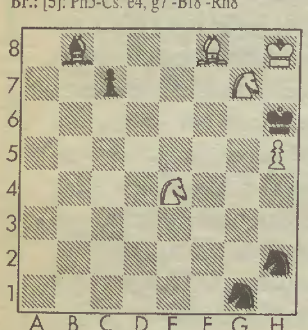
Como o tal avião inteligente.

XADREZ

DCCI – 1 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X12

Por: ***Hans Lepuschütz***
3.º Prémio *«Schach»* – 1959

Pr.: [5]: Pç7 -Cs. g1, h -Bb8-Rh6
Br.: [5]: Ph5-Cs. é4, g7 -Bf8 -Rh8



Mate em 6 [seis] lances

* * *

SOLUÇÃO DO Nº 1999X12 [H. L.]

1. Ba3!, Cé2; **2.** Bé7, Cf3; **3.** Cf2, Cé5; **4.** Cf5+, R:h5; **5.** Rh7!,~; **6.** Cg7 #.

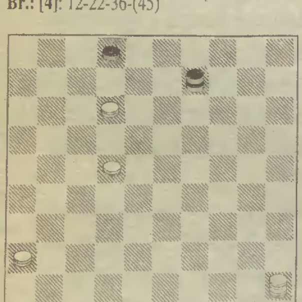
A. de M. M.

DAMAS

DCCI – 1 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D12

Por: ***Li Tchoan King*** [F.]
«L'Effort n.º 79», F., VII/VIII. 1961

Pr.: [2]: 2-(9)
Br.: [4]: 12-22-36-(45)



Brancas jogam e ganham

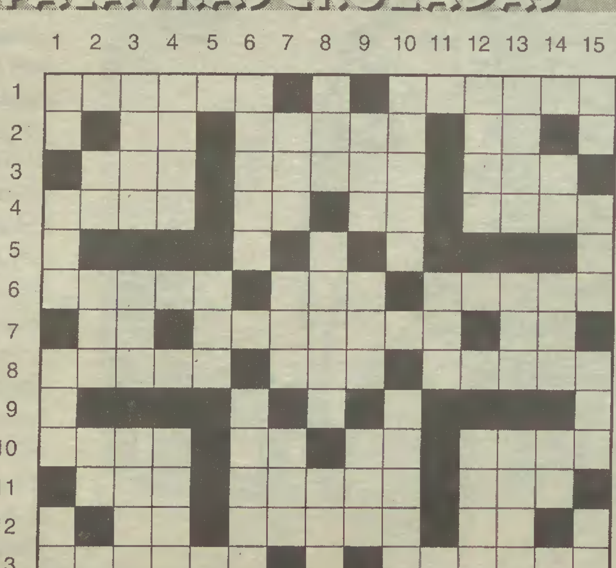
* * *

SOLUÇÃO DO Nº 1999D12 [L.T.K.]

1. 45-40!, (9x27); **2.** 40-49, (27-16*); **3.** 12-7, (2x11); **4.** 36-31, (~); **5.** 31-27 e +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Listel que corta horizontalmente as caneladuras de uma coluna ou pilastra; corrente de água geralmente procedente de rio, aproveitada para regar os campos e pôr os moinhos a trabalhar. 2 – Ouro (s.q.); espécie de manto com que as mulheres cobrem e agasalham os ombros e o tronco; comparecer. 3 – Pron. pess. feminino; encolerizais; soberano. 4 – Patrões; tratamento respeitoso que se usa, na China, para certas pessoas; apelido; empunhar. 6 – Casa térrea onde se guarda o vinho e outras provisões; escavado; folha metálica. 7 – Partícula afirmativa do dialecto provençal; bolo chato de farinha, por vezes com açúcar; sódio (s.q.). 8 – Espécie de lima grossa; fruto da ateira; ligara. 10 – Resina ou goma resinosa extraída de diversas árvores dos países do Extremo Oriente; Ósmio (s.q.); rapaz (pop.); camada inferior da sociedade. 11 – Coloração; camada gordurosa do leite (pl.); rochedo (bras.). 12 – Basta; detesta; cânhamo de Manila. 13 – Frutos de aveleira; transpiraram.

VERTICAIS: 1 – Também (arc.); fileira; substância gelatinosa formada pela coagulação de soluções coloidais; antigo soberano persa. 2 – Preposição; sofrimento; Actínio (s.q.). 3 – Pecíolo carnudo de algumas plantas; repetição de um som; nó falso num cabo de embarcação. 4 – Via dentro de uma povoação (pl.); rio salgado da Ásia; parte suplementar de certos móveis. 6 – Cavidade interior da região onde o braço se liga ao tronco; que não tem chifres (pl.) (prov.). 7 – Apelido de poeta português; folha de palma ou de coqueiro em que se escrevia; o tio americano. 8 – O bagaço da uva de que se faz agua-pé; respeita; 10 – Molestar; antiga medida de secos correspondente ao alqueire (p.l.). 11 – Óxido de cálcio. 12 – Dança popular portuguesa; concordância dos sons finais de dois ou mais versos. 13 – Cem metros quadrados (pl.); nome de mulher; cingir com nó. 14 – Dois romanos; parceiro; Lantânio (s.q.). 15 – Ouro (s.q.).; braço de rio; feridinha (inf.); preposição.

SOLUÇÃO:

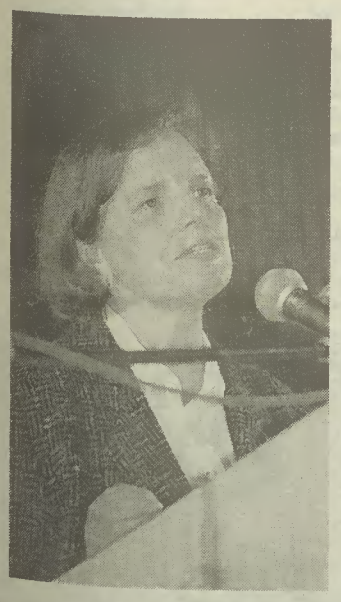
HORIZONTAIS: 1 – Estria; levada. 2 – Au; xaile; ir. 3 – Ela; irais; rei. 4 – Amos; li; Sá; asir. 6 – Adega; oco; chapa. 7 – Oc; bolacha; Na. 8 – Grosa; ata; liara. 10 – Laca; Os; pá; ralé. 11 – Cor; natas; ita. 12 – Tá; omina; mã. 13 – Avelãs; suaram.

VERTICAIS: 1 – Er; ala; gel; xá. 2 – Em; dor; Ac. 3 – Talo; eco; cote. 4 – Ruas; Aral. 5 – Aba. 6 – Axila; monos. 7 – Ari; ola; Sam. 8 – Lia; acata; til. 9 – Lis; oca; pan. 10 – Lesar; rasas. 11 – Cal. 12 – Vira; nina. 13 – Ares; Ana; atar. 14 – II; par; La. 15 – Au; ria; axe; em.

AGENDA

Eleições para o Parlamento Europeu

19 de Junho 1999



Ilda Figueiredo *em Barcelos e Coimbra*

A camarada Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, e dirigentes locais do PCP efectuam hoje, dia 1 de Abril, uma visita a **Barcelos** durante a qual terão encontros com agricultores na Feira de Barcelos (a partir das 10 horas) e com a direcção da Adega Cooperativa de Barcelos (às 14 e 30). Em Esposende realiza-se às 21 horas um encontro com pescadores. Ilda Figueiredo estará prersente na Conferência de Imprensa marcada para as 18 horas no Centro de Trabalho do PCP de Barcelos.

Na próxima Terça-feira, dia 6, Ilda Figueiredo estará em **Coimbra** para contactos no sector académico em que também participa o camarada Sérgio Teixeira: nomeadamente, encontros com a Direcção Geral da Associação Académica, ao meio-dia, e com o Reitor da Universidade de Coimbra às 15 horas.

À noite, com início marcado para as 21 e 30, no Aparthotel Atlântico em Coimbra, Ilda Figueiredo estará presente numa **sessão pública sobre questões europeias.**

Reuniões e plenários

Lisboa

5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA TAP-AIR PORTUGAL

Quinta-feira, dia 8, às 18h30, no CT Vitória

ALCOCHETE

Plenário de militantes sobre a actual situação política e tarefas do Partido: **hoje**, dia 1, às 21h, no Centro de Trabalho.

LISBOA

Plenário da **Organização dos Bancários de Lisboa** com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**: Terça-feira, dia 6, às 17h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de militantes das freguesias de **Ameixoeira, Lumiar** e **Charneca**, com a participação do camarada **Carlos Aboim Inglez**: Quinta-feira, dia 8, às 21h, no Centro de Trabalho do Lumiar.

Pobreza e exclusão social – Causas e soluções

Debate com a participação de **Inês Fontinha** - Associação "O Ninho" **Maria do Carmo Tavares** - CGTP-In **Edgar Silva** - Deputado na Ass. Legislativa da Madeira **Carlos Carvalhas** - secretário-geral do PCP *Lisboa, Terça-feira, 6, das 14h30 às 18h, na JF de S. João (R. Morais Soares, 32)*

PCP - Diálogos com o Alentejo

ENCONTRO DE REFORMADOS DO CONCELHO DE ÉVORA

Dia 8, às 15h, no Monte Alentejano

cuba *alegre como su sol*

EXCURSÃO a CUBA

promovida pela DORS no âmbito da Campanha Nacional de Fundos 22 a 29 de Junho

3 dias em Havana, 3 dias em Varadero, visita a Viñales

Alojamento nos hotéis Capri e Varazul, em meia pensão e pensão completa

Visita organizada a monumentos e outros locais de interesse turístico e político

(Informações: cam. Maria Adelaide - CT da DORS - Tel. 065 526123)

QUEVIVAABRIL

1974-1999 • 25.º Aniversário da Revolução de Abril

O PCP e os 25 anos de Abril em Coimbra

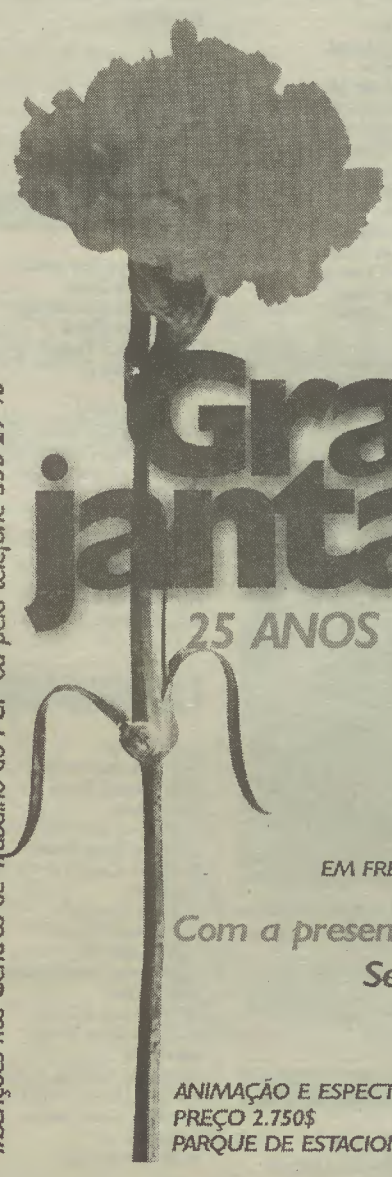
JANTAR • FESTA

9 de Abril (Sexta feira)

Arte&Gala - Stª Clara

Convidam-se especialmente todos os camaradas que estavam em coimbra no 25 de Abril de 1974

Comissão Concelhia e Sector Intelectual de Coimbra do PCP



Inscrições nos Centros de Trabalho do PCP ou pelo telefone 356 27 15

Grande jantar

COMEMORATIVO

25 ANOS DO 25 DE ABRIL

DIA 23 DE ABRIL

ÀS 20 HORAS

GARE MARÍTIMA

DE Sta. APOLÓNIA

EM FRENTE À ESTAÇÃO DE Sta. APOLÓNIA

Com a presença de Carlos Carvalhas

Secretário Geral do PCP

ANIMAÇÃO E ESPECTÁCULO

PREÇO 2.750$

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

PCP

DORL

Convívio organizado pela Comissão Concelhia de Oeiras

MATANÇA DO PORCO

11 de Abril na ATALAIA

Transporte em camioneta que sai às 10h30 da estação de Oeiras e passa por Paço d´Arcos (mercado), Porto Salvo, Leceia, Tercena, Queijas, Carnaxide, Linda-a-Velha, Algés (Pç. D. Manuel)

Inscrições até dia 7

Excursão a Peniche

Dia 11 de Abril

promovida pela Comissão de Freguesia da Brandoa do PCP

Partida às 8 horas do Largo da Brandoa, visita a Óbidos e visita ao Forte de Peniche, guiada pelo camarada Manuel Pedro.

Almoço com os camaradas de Leiria, que nesse dia se reúnem em Assembleia de Organização do Distrito.

Tarde livre em Peniche

ESPANHA

Lloret de Mar

Costa Brava

ANDORRA

MONSERRAT

BARCELONA

MADRID

Comissão Concelhia de Almada do PCP

Campanha Nacional de Fundos

(Informações e inscrições: cam. Cabrita - Tel. 2753939)

TELEVISÃO

Quinta, 1

RTP 1

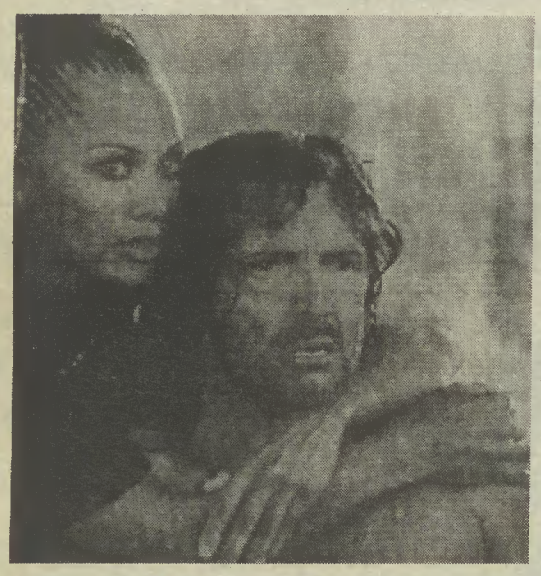
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
16.00 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.40 Maria Elisa
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.45 24 Horas
01.35 Irmãos de Sangue
(de Steven Stern, EUA/1994, com Christopher Reeve, Raul Trujillo, Tony Todd, Ralph Holtz. Aventuras)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 A Espada Era a Lei
(de Wolfgang Reitherman, EUA/1963. Desenhos Animados)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Ópera Vox
20.00 Corpus Christi
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Parsifal
(dde Hans Jürgen Syberberg, RFA/Fr./1982, com Michael Kutter, Karin Krick, Edith Clever, Armin Jordan, Robert Lloyd. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Conversa da Treta



A história de Ulisses como a contou Homero inspirou a série «Odisseia», programada para sábado e domingo na RTP1

21.30 Um Sarilho Chamado Marina
22.00 Torre de Babel
23.15 Uma Questão de Honra
(de Rob Reiner, EUA/1992, com Tom Cruise, Jack Nicholson, Demi Moore, Kevin Bacon, Kieffer Sutherland. Ver Destaque)
01.15 Médicos sem Fronteiras
02.20 Último Jornal
03.25 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 O Terceiro Gémeo
(de Tom McLoughlin, EUA/1997, com Kelly McGillis, Jason Gedrick, Larry Hagman. Drama)
01.00 A Sombra da Dúvida
(de Brian Dennehy, EUA/1995, com Brian Dennehy, Bruce McGill, Kevin Dunn. Drama)
03.00 Doido por Ti
03.40 Desporto

Sexta, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 O Professor
(de Stephen Herek, EUA/1996, com Richard Dreyfus, Glenne Headly, Jay Thomas, W. H. Macy. Drama)
17.20 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Casa Cheia
21.35 Uma Casa em Fanicos
22.40 Conversas de Mário Soares
23.50 Conde Monte Cristo
00.50 24 Horas
01.35 NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Encontros Imediatos
16.35 Ópera Vox
18.00 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.20 Corpus Christi
20.10 Via Sacra
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Concerto do Ano Internacional do Idoso
23.55 Audiência
00.50 Concerto de Sexta-feira Santa

SIC

08.00 Buéréré
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Juiz Decide
14.45 Perdidos em África
(de Mikael Salomon, EUA/1993, com Reese Witherspoon, Ethan Randall, Jack Thompson, Sarel Bok. Ver Destaque)
16.30 Os Piratas
18.00 Buéréré
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.05 Torre de Babel
23.50 Acção... Corta!

02.10 Último Jornal

TVI

09.05 Homem-Aranha - O Coleccionador e o Segredo de Estado
11.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 As Novas Aventuras do Super Homem
15.00 Missa
16.00 Animação
17.50 Rebecca
(de Jim O'Brian, EUA/1997, com Charles Dance, Diana Rigg, Faye Dunaway, Emilia Fox, Timothy West. Drama)
21.00 Directo XXI
21.30 Os Reis da Música Nacional
23.00 Herói Ocidental
(de Stephen Frears, EUA/1992, com Dustin Hoffman, Geena Davis, Andy Garcia, Joan Cusack. Ver Destaque)
01.10 Doido por Ti
01.40 Via Sacra
02.55 O Cantor e a Bailarina
(de Armando de Miranda, Port./1960, com Nancy Rinaldi, Domingos Marques, Manuel Santos Carvalho. Musical.)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Sábado, 3

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.30 Made in Africa
12.00 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 Espelho Meu
15.35 Saber & Fazer
16.10 O Urso
(de Jean-Jacques Annaud, Fr./1988, com Tchéky Karyo, Jack Wallace, André Lacombe. Ver Destaque)
18.05 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Sporting-V. Guimarães

Esta semana, Maria Elisa ocupa-se das faladas «dívidas dos portugueses»

23.40 Odisseia
01.25 24 Horas
02.05 Paolo II
(Longa-metragem)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca
13.00 Contos Assombrosos
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Sinais do Tempo
15.00 Desporto 2
19.10 2001
19.40 Onda Curta
(O Emigrante, EUA/1917; Charlot na Rua da Paz, EUA/1917 – Filmes de Charles Chaplin. Curtas-Metragens)
20.10 Corpus Christi
21.00 O Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 Vigília Pascal
01.15 Sem Mentir
(Longa-metragem)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Alaska
(de Fraser C. Heston, EUA/1996, com Thora Birch, Vincent Kertheiser, Charlton Heston. Aventuras)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Futebol: Benfica-Salgueiros
23.50 Mulher
00.50 O Sexo e a Cidade
01.20 A Volta ao Mundo em 80 Dias
(de Michael Anderson, EUA/1956, com David Niven, Shirley McLaine, Cantinflas, Robert Newton. Aventuras)
04.20 Último Jornal

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 Animação
13.30 Contra-Ataque
14.55 Acção em Acapulco
15.45 Os Caça-Sarilhos
(de Terence Hill, Alem./1994, com Terence Hill, Bud Spencer, Ruth Buzzi, Anne Kasprik. Acção / Comédia)
17.40 E Tudo Acabou
(de George Kaczender, EUA/1995, com Lisa Rinna, George Hamilton, Robert Hayes. Drama)
19.20 Um Cão de Sorte
(EUA/1995, com Kirk Cameron, Bogus, James Avery. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 A Mensagem de Holly
(de Rod Holcomb, EUA/1992, com Lindsay Wagner, Shelley Long, Molly Orr. Drama)
24.00 Royce, O Agente Secreto
(de Rod Holcomb, EUA/1993, com James Belushi, Chelsea Field, Miguel Ferrer. Acção)
02.00 A Esquadra de Brooklin

Domingo, 4

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.30 Ópera Vox
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
14.50 O Milagre da Rua 8
(de Matthew Robbins, EUA/1987, com Hume Cronyn, Jessica Tandy, Frank McRae. Fantasia)
16.55 Moby Dick
17.55 Anúncios de Graça
18.40 GLx
19.30 Domingo Dersportivo
20.00 Telejornal
21.20 Jet 7
21.50 Débora
22.30 Atlântico

«Opera Vox» é outra série, já em transmissão na RTP2, onde se recriam (abreviam) de forma diferente óperas famosas

23.40 Odisseia
01.25 Perigo Iminente
02.20 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.00 Missa
12.10 Civilizações Desaparecidas
13.00 Heróis em Acção
14.00 Ekhaya
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.40 A História de Nikita
19.35 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Balthus»
21.20 Ivanhoe
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Olhos nos Olhos
(com documentário sobre o Museu do Louvre)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Coração de Clara
(de Robert Mulligan, EUA/1988, com Whoppi Goldberg, Michael Ontkean, Kathleen Quinlan. Drama)
16.00 Buffy, Caçador de Vampiros
18.00 Que se Passa com Bob?
(de Frank Oz, EUA/1991, com Bill Murray, Richard Dreyfuss, Julie Kagerty, Charlie Korsmo. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Fura Vidas
21.35 Chuva de Estrelas
22.45 Hilda Furacão
23.45 Comboio em Fuga
(de Andrei Konthalovsky, EUA/1985, com Jon Voight, Eric Roberts, Rebecca De Mornay. Acção)
01.45 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
11.00 Mensagem Pascal
11.30 Missa
13.00 Concerto: Silence 4
14.00 A Bíblia
(de John Huston, It./1966, com George C. Scott, Ava Gardner, Stephen Boyd, Richard Harris, Peter O'Toole. Religioso)
17.10 North, O Puto Maravilha
(de Rob Reiner, EUA/1994, com Bruce Willis, Dan Akyroyd, Jon Lovitz, Kathy Bates. Drama)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 A Idade da Inocência
(de Martin Scorcese, EUA/1993, com Daniel Day-Lewis, Michelle Pfeiffer, Winona Ryder, Geraldine Chaplin. Ver Destaque)
01.40 Regresso Sombrio
(de David Madden, EUA/1993, com Robert Carradine, Elizabeth Arlen, Shirley Knight. Drama)

Segunda, 5

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
18.35 País Regiões
18.55 Futebol: Portugal-Coreia do Sul (Sub-20)
21.00 Telejornal
22.00 Nós os Ricos
22.35 Canções da Nossa Vida
24.00 Guerra Fria

01.15 24 Horas
02.05 Máquinas
02.40 Amigos
03.15 Assalto Imperfeito
(de Lucas Platt, EUA/1994, com Erika Eleniak, William McNamara, Michael Lerner, Bud Cort. Aventuras)

RTP 2

14.00 Ténis
16.00 Informação Gestual
16.30 O Nosso Charly
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
19.00 Hugo
19.30 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Ao Natural
21.00 Portugalmente

«Merlin», uma série fantástica na TVI, com Sam Neill no protagonista

21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

SIC

08.00 Buéréré
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Suave Veneno
22.15 Roda de Milhões
00.30 Duetos Imprevistos
01.40 Último Jornal
02.15 Chapéu Alto
(de Mark Sandrich, EUA/1935, com Fred Astaire, Ginger Rogers, Edward Everett Horton, Helen Broderick. Ver Destaque)
04.15 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Instintos Mortais
(de Paul Lynch, EUA/1995, com Lance Henriksen, Shannon Tweed, Bruce Payne. Drama
00.45 Doido por Ti
01.25 Desporto

Terça, 6

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Ass do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.05 Cromos de Portugal
21.50 Herman 99
23.50 Liga de Campeões
00.40 Dharma e Greg

No próximo domingo, «Olhos nos Olhos», vai desvendar o fascinante mundo dos bastidores de um museu - no caso, não este belíssimo museu de Praga, mas «S. Excelência, o Louvre»

01.25 24 Horas
02.15 Seaquest, Brigada Submarina

RTP 2

14.00 Ténis
16.00 Informação Gestual
16.45 Rumo ao Sul
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Documentário
21.00 Portugalmente

21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Médico de Família
22.20 Suave Veneno
23.30 Balada de Nova Iorque
00.40 Toda a Verdade
01.50 Último Jornal
02.55 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Crime a Duas Mãos
(de Andrew Lane, EUA/1995, com Adam Baldwin, Theresa Russell, Megan Gallagher. «Thriller»)
24.00 Vidas em Fuga
(de Eric Laneuville, EUA/1997, com Mark-Paul Gosselaar, Gina Philips, Talia Shire. Drama)
02.30 Doido por Ti

Quarta, 7

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
18.35 País Regiões
18.50 Os Lobos
19.35 Futebol: Manchester United-Juventus
21.45 Telejornal
22.40 Jackie Chan nas Ruas de Nova Iorque

(de Stanley Tong, Hong-Kong/1996, com Jackie Chan, Anita Mui, Bill Tung. Artes Marciais)
00.20 Liga dos Campeões
01.35 24 Horas
02.15 Rotações

RTP 2

14.00 Ténis
16.00 Informação Gestual
16.35 O Homem Sombra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.30 Hindelburg
21.15 Portugalmente
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sinais do Tempo
23.45 Carlos Cruz
00.45 24 Horas para a Morte

SIC

08.00 Buéréré
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Buéréré
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Jornalistas
22.15 Suave Veneno
23.20 Em Nome de Caim
(de Brian De Palma, EUA/1992, com John Lightgow, Lolita Davidovitch, Steven Bauer. «Thriller»)
01.25 Último Jornal
02.20 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.00 Poder
(de David Corley, EUA/1997, com Craig Sheffer, Andrea Roth, John Heard. «Thriller» Político)
00.45 Os Vigilantes
01.45 Doido Por Ti
02.40 Lanterna Mágica
03.15 A Esquadra de Brooklin

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Parsifal

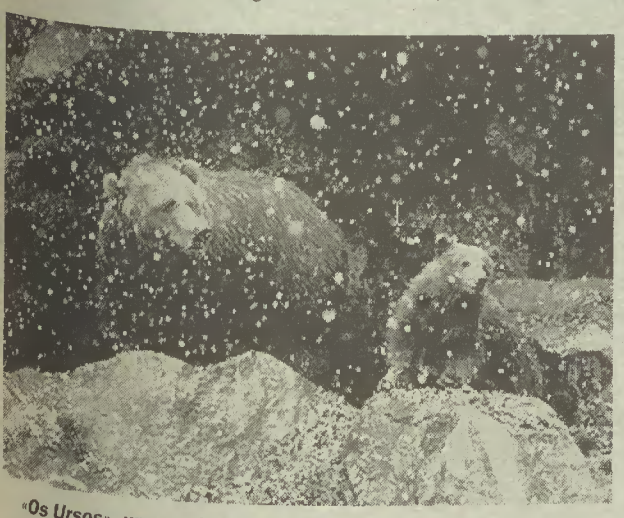
(*Quinta, 22.50, RTP2*)

Recriação musical, teatral e cinematográfica da grande ópera de **Richard Wagner**, *Parsifal* é um dos filmes maiores (em todos os sentidos) de um realizador invulgar na cinematografia europeia – o alemão **Hans Jürgen Syberberg** – conhecido por outras obras maiores (e, às vezes, não pouco polémicas), como *Requiem para um Rei Virgem, Karl May* ou *Hitler, Um Filme da Alemanha*. Uma obra visualmente esplendorosa, ao arrepio das convenções mais firmes do teatro musical (em concreto da ópera), nunca transmitida na televisão e, portanto, a descobrir.

Uma Questão de Honra

(*Quinta, 23.15, SIC*)

Realizado pelo talentoso **Rob Rainer** e adaptado de uma peça de **Aaron Sorkin**, *Uma Questão de Honra* debruça-se sobre o caso que um jovem advogado (**Tom Cruise**) tem de deslindar e no qual dois *marines* são acusados de ter morto um seu colega. «Filme de tribunal», a atmosfera de enorme tensão que envolve o fortíssimo confronto entre o advogado e o comandante da unidade (**Jack Nicholson**) é, entretanto, de algum modo iludida pelo conhecimento prévio que o espectador acaba por ter em relação à táctica a desenvolver por aquele (um dos aspectos mais frágeis do argumento), assim se atenuando ou mesmo eliminando qualquer efeito de surpresa - que é, como se sabe, a chave de qualquer filme do *género*.



«Os Ursos», uma curiosidade do realizador francês Jean-Jacques Annaud

Michelle Pfeiffer e Daniel Day-Lewis em «A Idade da Inocência», de Martin Scorsese

Perdidos em África

(*Sexta, 14.45, SIC*)

Primeiro filme de um cineasta dinamarquês - **Mikael Salomon** - realizado nos EUA, este filme produzido pela Disney conta-nos a história de dois adolescentes e uma nativa envolvidos na pista dos caçadores de elefantes para o roubo do marfim. Embora aparentemente constituindo uma aventura cinematográfica dedicada a um público juvenil – daí, porventura, o horário da sua transmissão – as referências alertam (apontando reservas) para as violentas cenas do início, com uma matança de elefantes extremamente cruel. Independentemente da desenvoltura das filmagens e da correcção das principais interpretações, o desenvolvimento irregular do argumento parece também prejudicar de certo modo as potencialidades iniciais do filme.

Herói Acidental

(*Sexta, 23.00, TVI*)

Na sequência de um acidente de avião em que os passageiros são salvos pela intervenção de um desconhecido - que, altruísta, depois desaparece por não querer ficar com os louros do seu acto -, surge um impostor que se faz passar por ele e que se apresta a receber o milhão de dólares de recompensa. Mas eis senão quando... O resto fica para o espectador descobrir, num filme interessante, encenado nos EUA pelo realizador britânico **Stephen Frears**, com duas excelentes interpretações de **Dustin Hoffman** e **Geena Davis**.

O Urso

(*Sábado, 16.10, RTP1*)

Se se excluir a autêntica proeza que foi a de fazer um filme cujos «actores» são animais – um jovem urso órfão, adoptado por um urso adulto, ambos sofrendo os ataques de caçadores impiedosos – este filme é pouco convincente, tendo o seu realizador, **Jean-Jacques Annaud**, utilizado um tipo de encenação bastante convencional para um argumento de moralidade «fácil». Menos feliz é ainda a tentativa (feita de manipulação técnica, designadamente ao nível da banda sonora) das reacções dos dois animais. Curioso, mas não mais do que isso.

Que se Passa com Bob?

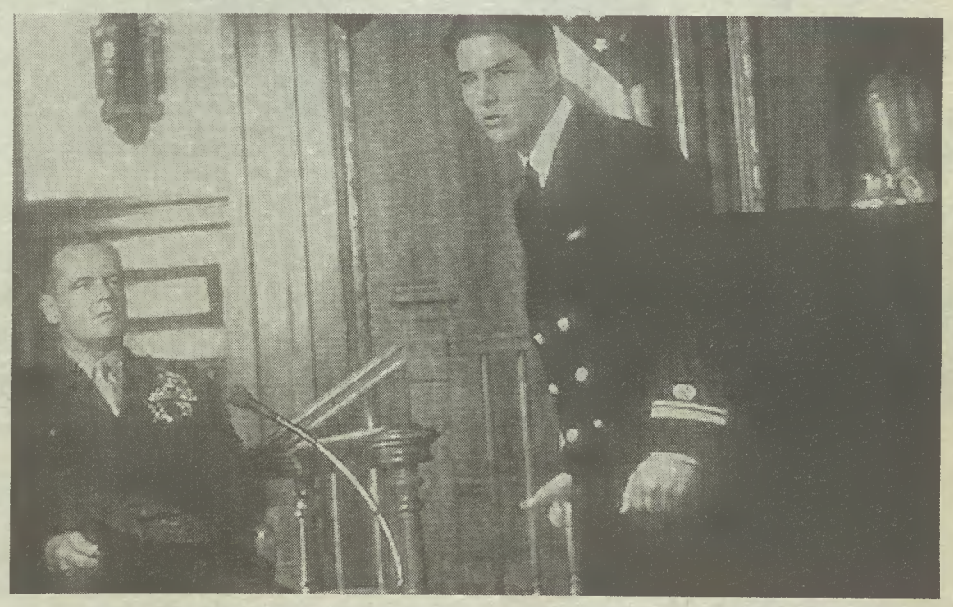
(*Domingo, 18.00, SIC*)

Um doente absolutamente impossível de aturar «persegue» o seu psiquiatra durante as próprias férias que este vai passar com a família e imiscui-se de tal maneira no quotidiano desta que leva o próprio médico à «loucura». Desenvolvendo-se com um ritmo vertiginoso – com cenas às vezes evocando os próprios filmes de animação – o filme é uma peça divertida, embora se arrisque, com alguma frequência, à patetice mais desbragada. Com **Richard Dreyfus** e **Bill Murray**.

A Idade da Inocência

(*Domingo, 23.00, TVI*)

Situado nos meios da aristocracia nova-iorquina dos finais do século XIX, eis uma história de amor entre um jovem (**Daniel Day-Lewis**) e uma jovem (**Winona Ryder**), ambos pertencentes àquilo que se costuma designar por «boas famílias», com noivado e casamento anunciado, entre os quais se vem imiscuir um mulher também ainda jovem mas extremamente bela e mais madura (**Michelle Pfeiffer**), prima daquele. Admiravelmente bem encenado e fotografado e dando amplo campo de manobra para as constantes movimentações virtuosísticas da câmara - assim recriando um ambiente e uma época, não só no retrato subtil das hipócritas relações de uma sociedade como nos dispositivos formais que nos mostram a superfície dessa época – é, mesmo assim, um filme atípico e menor de **Martin Scorsese**. Se mais não fosse, porque, no próprio fascínio com que se deixa levar visualmente pelos sinais, objectos e adereços dessa sociedade, nos deixa perceber que não é este um tema pertencente à sua, natural, vivência cultural (transparente na sua melhor cinematografia) mas muito mais relacionada com a de um competentíssimo académico, como **James Ivory** por exemplo, razão pela qual raramente nos sentimos verdadeiramente «apanhados» pelos problemas daquelas personagens.



Um violenta cena de tribunal, entre Jack Nicholson e Tom Cruise, em «Uma Questão de Honra», de Rob Reiner

Chapéu Alto

(*Segunda, 02.15, SIC*)

Impossível dizer mais do que tratar-se de um clássico do género *musical*, com bailados admiráveis por um duo de sonho – **Fred Astaire – Ginger Rogers**. A história, claro, é de somenos importância, mas na memória ficam números inesquecíveis como *Top Hat, White Tie and Tail* ou *Cheek to Cheek*, pelo menos. Quanto a ser um dos «filmes do século», estamos conversados!

O par Ginger Rodgers-Fred Astaire, em «Chapéu Alto», de Mark Sandrich

CABO & SATÉLITE

Reforma: um «alívio» ou ainda mais problemas?

Eis um tema interessante e importante que preocupa, certamente, todos aqueles que se aproximam da idade em que vão deixar de trabalhar. Em que condições? Com que respeito pelos direitos, adquiridos ao longo de anos e anos de labuta? Com que consequências psicológicas para o quotidiano de cada um? É a estas questões que pretende responder uma série documental de seis episódios que o canal francófono ***La Cinquième*** vai começar a transmitir a partir de hoje e todas as quintas-feiras, às 13 horas. A confirmar.

(*La Cinquième, Quintas-feiras, das 13 às 13.30 horas*)

Tema: Alexandre Dumas

Numa altura em que a **RTP** está a apresentar uma nova versão (agora televisiva) do grande romance «**O Conde de Monte-Cristo**», de **Alexandre Dumas**, não deixa de ser curioso assistir à noite temática que do próximo Domingo fará as honras do canal ***Arte***, precisamente dedicada ao grande autor do romance popular histórico. Ensanduichado pelas duas partes em que o ***Arte*** dividiu a adaptação cinematográfica de **Claude Autant-Lara** (1961, com **Louis Jourdan**, **Yvonne Furneaux** e **Pierre Mondy**, entre outros) – e que, sendo a 25.ª (!) adaptação do romance está longe de ser a mais interessante – o mais importante da noite parece poder ser um documentário intitulado «**Dumas, o Romântico**», um documentário de 1996 realizado por **Mathias Ledoux** e **Antoine Gallien** a partir da biografia de **Dumas**.

(*Arte, Domingo, das 19.45 às 23.40*)

Um grande maestro e uma grande obra musical

Tudo começa às 19 horas, com um documentário sobre a personalidade de um grande maestro – **René Jacobs** – designadamente enquanto docente, dirigindo uma sua lição particular, assim se chamando mesmo o documentário «**Une Leçon Particulière**». Mais tarde, pelas 22 horas e até à meia-noite, será a vez de **René Jacobs** dirigir solistas, o **Concerto Vocale de Gand** e o **Collegium Vocale** na ópera «**Orfeu**», de **Claudio Monteverdi**. Uma gravação realizada no **Théatre Royal de la Monnaie**, em Bruxelas, já em 1998.

(*Muzzik, Quinta-feira, das 19 às 20 e das 22 às 24 horas*)

TV pumba!

A criminosa agressão dos EUA a um país soberano, com os aliados da NATO levados pela trela, vem transformando o chamado horário nobre de todas as televisões num infame estendal de informação e contra-informação, com frequência relegando para segundo plano assuntos da vida política nacional e internacional que parece terem perdido, de um dia para o outro, relevância informativa.

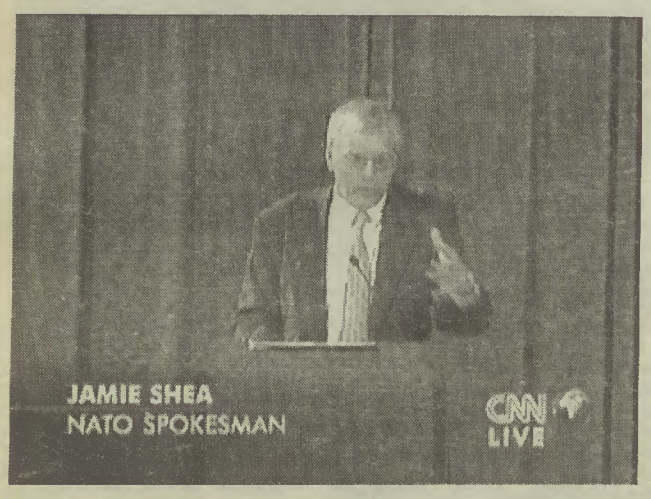
Por pudor e respeito, não nos detenhamos, por agora, na miserável encenação e manipulação à volta do sofrimento humano de milhares de refugiados de **todas** as etnias e de **todos** os ataques – agora transformados num álibi sem princípios e protagonistas involuntários de um espectáculo tão obsceno quanto capaz de ir até à ignomínia da exploração dos planos aproximados e dos grandes planos, numa gramática de sinais visuais e auditivos que jamais foram objecto de um tão obsessivo chorrilho de mentiras ou meias-verdades e, portanto, atingiram um tão elevado grau de demagogia, deturpação e confusionismo.

TVISTO

■ **Francisco Costa**

Mantenhamo-nos, se possível, num outro aspecto essencial e não menos sinistro de toda esta triste, dramática e preocupante realidade informativa que vimos vivendo, tendo por base a investigação (o mais fria e distanciada possível) que, de um ponto de vista meramente profissional, um crítico de televisão não pode deixar de fazer neste domínio.

E, num momento em que é possível ter amplo e continuado acesso, através do satélite ou do cabo, às grandes centrais de informação internacionais, é preciso dizer-se que essa experiência é altamente esclarecedora do estado a que chegou a tradução do chamado «pensamento único» para a esfera da informação audiovisual.



O homem vai longe!

Uma informação agora transformada, através de uma prática concreta e comprovável, na imposição, a um tempo massiva e fragmentada, de um tipo de análise e visão generalizada e esmagadora, também ela de sentido único, e consciente ou inconscientemente servida por profissionais que (salvo raríssimas e honrosas excepções) se mostram incapazes de minimamente pôr em causa a lógica tentacular dessa estratégia de lavagem ao cérebro.

Neste sentido, os chamados *briefings* todos os dias levados a cabo a meio da tarde pelo **Quartel General da Nato** em Bruxelas – e transmitidos na íntegra e em directo pela cadeia **CNN**, com sucessivas e diferidas repetições dos excertos mais «convenientes» em todas as outras cadeias noticiosas – são paradigmáticos da postura ética e moral daqueles que são levados a «explicar» a dezenas e dezenas de jornalistas a estratégia do agressor e os álibis para essa estratégia forjados com base nas mais descaradas falácias, como se se estivesse a tentar convencer, a nível planetário, milhões e milhões de atrasados mentais!

Transformada num sinistro espectáculo audiovisual, com projecções de vídeos a pretenderem justificar a «bondade» das acções punitivas de agressão, os alegados e «decisivos» estragos na «máquina de guerra» jugoslava e, por esta via, a «esclarecer» o confusionismo sequencial das várias «fases» dessa agressão, não pode deixar de se considerar perversa e lamentável a encenação que nos é dado a ver.

São dois os figurantes principais dessas conferências de imprensa: para que a esmagadora presença americana em toda esta operação possa ficar um pouco disfarçada e diluída, é o *air commodore* **David Dwilby** da **RAF** britânica que, geralmente, começa por descrever, as operações militares nos ares da Jugoslávia e do Kosovo.

Depois, entra em acção o «controleiro» político do *commodore* - o porta-voz da NATO **Jamie Shea**, naturalmente norte-americano! - cuja indispensável presença serve para colmatar as interpretações «políticas» que estão vedadas ao militar, quando não para corrigir (sem sequer cuidar de disfarçar as suas intervenções intempestivas) as escorregadelas ou as indefinições ou as reticências que o dito militar é incapaz de evitar, sobretudo no que toca a matérias consideradas como «classificadas».

Segue-se, finalmente, o período de «perguntas e respostas» - ou seja, para quem costuma seguir de perto estas operações de propaganda, um prolongado exercício de completa hipocrisia – no qual, à partida, se percebem as conivências espúrias entretidas entre os principais correspondentes «especializados» junto deste tipo de instâncias e seus porta-vozes, quantas vezes demonstrando a desvergonha da combinação prévia de tais ou tais perguntas em função de tais ou tais respostas que é conveniente dar para «esclarecer» situações mais delicadas ou difíceis de explicar.

E quando este ou aquele correspondente dá mostras de não estar pelos ajustes ou contrapõe observações e questões «incómodas» pela sua lógica implacável face ao interlocutor ou adianta, mesmo, outro tipo de informações (quantas vezes qualitatitativamente baseadas em factos, declarações, tomadas de posição de sinal contrário ou, mesmo, dados quantitativos objectivos) que contradizem ou são estranhos ao esquema pré-definido, logo entra em acção o implacável **Jamie Shea** para pôr o dito correspondente na ordem, desviando a questão com um frio e seco **«I cannot comment on that!»** e logo escolhendo, a dedo, outro parceiro mais conveniente. Esclarecedor, não é?

Já há muito vínhamos sofrendo as agruras da TV pimba. Agora, desde há quase duas semanas para cá, as coisas ficaram mais entremeadas. Chegou a TV pumba! Assim vão estes tempos.

MANUEL TIAGO

FRONTEIRAS

CONTOS

edições Avante! COLECÇÃO RESISTÊNCIA

Preço: 1680$00

Fronteiras é uma colectânea de contos. Contos são ficção, como ficção devem ser lidos.

O essencial dos acontecimentos narrados, o fio de cada história de saltos clandestinos de fronteira, bem como esquemas, situações, soluções, dificuldades incluindo as mais duras, e mesmo grande parte dos incidentes, correspondem a experiências de homens e mulheres que as viveram na vida real. De muitos homens e mulheres. Uns hoje já mortos. Outros ainda vivos.

Apenas, porque escrever contos é literatura, porque escrever histórias não é fazer História, porque ficção é imaginação, fantasia e sonho, em cada um destes contos e em cada uma das personagens estão, presentes e fundidos num todo, casos, situações, características e experiências diversas.

Nenhuma das histórias foi assim tal qual. Mas tudo o que se conta em cada conto aconteceu. Tudo nestes contos é ficção e tudo neles é realidade.

Assim, se o leitor se sentir tentado a acreditar que as coisas se passaram como são narradas, pode estar certo de que não se engana em relação à verdade histórica.

Setembro de 1998

■ **Manuel Tiago**

ESCAPARATE

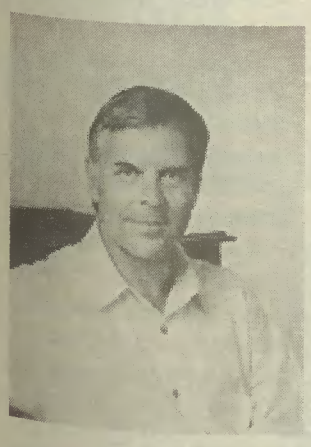
MÚSICA

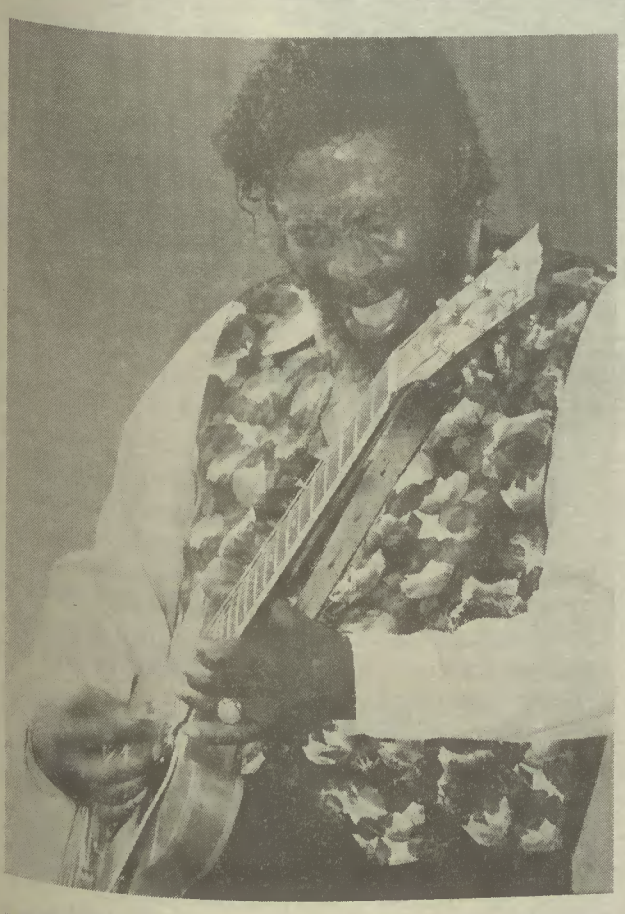
Recitais na Gulbenkian

Integrados na presente **Temporada de Música 1998/99**, realizam-se na próxima semana, respectivamente na terça-feira 6 e na quarta-feira 7, em ambos os casos às 19 horas e no **Grande Auditório** da **Fundação Calouste Gulbenkian**, dois excelentes recitais de música de câmara.

No primeiro caso, tocará o pianista **Stephen Kovacevich** que interpretará, de **Ludwig van Beethoven**, *Seis Bagatelas op. 126*; *Sonata n.º 31 em Lá bemol Maior, op. 110*; *Quatro Bagatelas op. 119*; e *Sonata n.º 32 em Dó menor, op. 111*.

No dia seguinte, será a vez da soprano **Barbara Bonney**, interpretar *Lieder* de **Johannes Brahms**, **Edvard Grieg**, **Hugo Wolf** e **Richard Strauss**. Pianista a anunciar.





Dinarte Branco e Tiago Rodrigues

Teatro I: «Zapatistas am / pm»

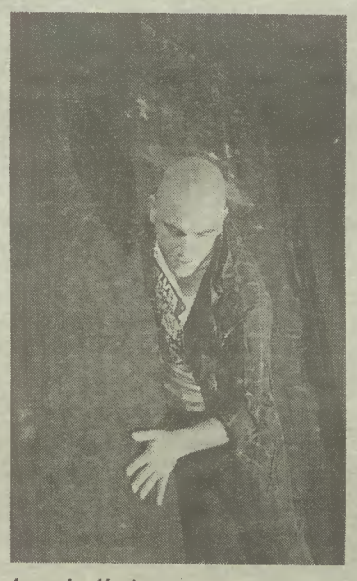
Assim se intitula um espectáculo teatral que dois actores estão a levar à cena em vários pontos do país e que se inspira na luta contra a opressão e pela afirmação do movimento zapatista – na sua maioria constituído por indígenas e enraizado na sua cultura – que se insurgiu no Estado de Chiapas, no sul do México, a partir de Janeiro de 1994, dando luta ao governo que, de forma persistente, vem violando os direitos da população.

Segundo o texto de apresentação deste espectáculo, nascido de uma ideia dos actores **Dinarte Blanco** e **Tiago Rodrigues**, ele *«começou a ser preparado durante a digressão europeia de "Point Blank", da companhia belga STAN, com quem os dois actores estão a trabalhar. Durante a digressão, iniciaram uma pesquisa que envolveu uma recolha de materiais extensiva (livros, vídeos, artigos de imprensa, documentos da Internet, etc.) e vários contactos pessoais e reuniões com pessoas que contactaram no terreno a realidade de Chiapas»* (...) assim constituindo *«um trabalho dramatúrgico levado a cabo sobre o material seleccionado e, numa segunda fase, sobre o resultado final da colagem de textos»*. Aos dois actores juntaram-se, entretanto, dois outros elementos - **Peter Terryn** (do grupo de teatro da rua Weik de Antuérpia), que ajudou na pesquisa, e **Gonçalo Alegria**, que será responsável pela componente sonora do espectáculo.

Depois de actuações em **Vila Nova de S. Bento**, **Serpa** e **Pias**, hoje à noite, o espectáculo será apresentado em **Beja**, no **Auditório do Politécnico**, às 21.30, estando outros espectáculos marcados para **Glória do Ribatejo**, **Campo Benfeito** e **Lisboa** nos dias 12, 13, 14, 19, 20 e 21 de Abril, 23 de Abril em **Tondela** e, ainda, mais tarde para a **Amadora** e para o **Porto**.

Teatro II: «Mikado», na Comuna

Na sequência de um seminário intitulado **«Sem Deus Nem Chefe»**, realizado pelo grupo **Artistas Unidos** em colaboração com a **Câmara Municipal do Seixal**, este grupo vai apresentar em breve no **Teatro da Comuna** o espectáculo **«Mikado»**, um projecto de **João Meireles** e **Joaquim Horta**. Para além da presença em cena do actor **Joaquim Horta** será utilizada a voz *off* de **Ana Lacerda**, sendo a montagem vídeo de **Ruy Otero**, a selecção musical de **Luís Élgris** e a música original de **Canal Caveira**. Pode ler-se no texto de apresentação deste espectáculo que se trata de *«uma selecção de textos que percorre diferentes universos (político, doméstico, social e pessoal) num mosaico de ideias e reflexões que afasta qualquer princípio de continuidade mas que convida, como numa exposição, a visitar este ou aquele assunto, voltar atrás, saltar dois e dedicar mais tempo ao pormenor. Arbitrariamente»*. **Teatro da Comuna**, de 8 a 18 de Abril.

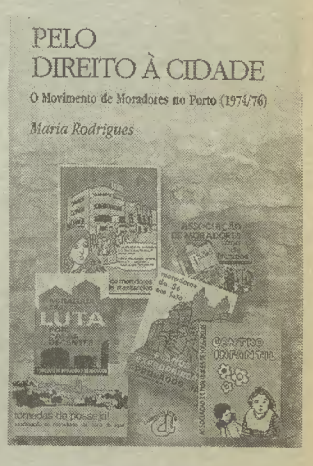


Joaquim Horta

LIVROS

Torrebriga
Cenas da Vida no Interior

Orlando Neves viu este seu livro galardoado com o *Prémio Cidade de Almada/1998*. As **Cenas** que constrói, numa ficção bem ancorada na realidade, decorrem, porém, longe dos espaços urbanos onde o romance veio a ser distinguido. É no interior profundo que se desenrola uma história de trama aparentemente policial, envolvendo e mobilizando pesonagens que conflituam num espaço conflitual mais vasto, que é o do período após o 25 de Abril. **Torrebriga** é um título feliz para mais este livro a juntar à vasta obra literária de um autor de várias artes, quase todas ligadas à escrita - jornalismo, poesia, ficção, teatro, rádio e televisão, quase nada parece escapar ao escritor que também já foi advogado e vive no Porto, onde a editora **Campo das Letras** lhe lançou o romance.



Pelo Direito à Cidade
O Movimento de Moradores no Porto (1974/76)

À semelhança de muitas outras cidades e outros lugares do País, o Porto, com as suas características próprias e bem vincadas, foi palco de um poderoso movimento de moradores, na sequência da Revolução de Abril, que libertou as forças populares onde medravam aspirações e vontades de mudança profunda. É este *Movimento*, **Pelo Direito à Cidade**, que **Maria Rodrigues** analisa neste seu livro «que tem por base um trabalho de investigação histórica desenvolvida no decorrer de 1995 e 1996». A autora, que vive e trabalha no Porto, onde já nos anos 60 participou no movimento estudantil, é professora, tendo realizado actividades de investigação no âmbito da pedagogia, e sindicalista. Concluiu o Mestrado em História Contemporânea com a tese que defendeu em 1997 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que hoje a **Campo das Letras** publica.

BLUES

Blues de Chicago no CCB

Não é muito habitual a visita a Portugal de personalidades ligadas aos *blues* – essa tão especial linguagem da música negra norte-americana. Desta vez, incluída numa série de concertos de jazz e blues integrada na temporada do **Centro Cultural de Belém**, vem até nós a banda de um nome que é dos mais destacados representantes das actuais formas dos *blues* de Chicago – a **Son Seals Blues Band**. É na terça-feira 6, às 21.30, no **Grande Auditório**. Uma oportunidade a não perder pelos muitos apreciadores do género.

CONVERSAS

Cinema & Arte na Culturgest

Na sequência de uma série de encontros e conversas, durante as quais são apresentados às quintas-feiras, pelas 18.30, filmes (curtas, médias e longas-metragens, em suportes variados) sobre artistas plásticos, músicos, coreógrafos, encenadores, cineastas, etc., estão marcados para hoje e para a próxima semanas as seguintes actividades: dia 1, uma realização de **Derek Bailey** sobre a obra **«Jenufa»**, de **Leos Janacek**; dia 8, uma realização de **Yves-André Hubert** sobre a obra «Les **Trois Souhaits»**, de **Martinu**; e, ainda no dia 8, uma realização de **Michèle Reiser** sobre «Les **Malheurs d'Orphée»**, de Darius Milhaud.

Figurino de Léger para «A Criação do Mundo», de Darius Milhaud

CRIANÇAS

Um Mundo de Figuras de Sombras

A **Companhia Gioco Vita** (Itália) está a realizar, até 30 de Abril, no **Centro de Pedagogia e Animação** do **Centro Cultural de Belém**, uma exposição interactiva de sombras chinesas – intitulada **«Um Mundo de Figuras de Sombras** – e cujo público alvo se situa entre os 6 e os 12 anos de idade. Trata-se de um espectáculo-exposição que conta uma série de histórias através da utilização de imagens, num percurso através do qual os visitantes são conduzidos ao longo de várias formas de projecção. Mas não só estas histórias são contadas por imagens como, também, a exposição permite ver o aspecto artesanal e experimental do trabalho, como uma exposição de utensílios do ofício, de fases de construção de um molde e de uma cena de sombra.

Visitas guiadas e ateliers, das 11 às 13, das 12 às 15 e das 14 às 16 horas. Das 16 às 20 horas, visitas livres com acompanhamento. Sábados, Domingos e feriados, visitas guiadas das 16 às 17 e, das 11 às 16 horas e das 17 às 20 horas, visitas livres com acompanhamento. Duração aproximada de cada visita: 2 horas. Nada melhor de que visitar este espectáculo-exposição com os seus filhos, nesta época de férias escolares.

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Alvos

Pode não se gostar de Milosevic, mas importa lembrar que o dirigente sérvio foi eleito (em eleições bem mais participadas do que as que levaram Clinton à Casa Branca), o seu governo é reconhecido internacionalmente e, o que é ainda mais importante, a Jugoslávia, país soberano, não atacou ninguém nem em qualquer momento se perfilou como uma ameaça à NATO ou a qualquer outro país.

O problema do Kosovo, parte integrante do território jugoslavo habitado por uma maioria de origem albanesa que é uma minoria em termos nacionais, é manifestamente um problema interno da Jugoslávia. Acresce que o Kosovo é para os sérvios uma questão de identidade, o berço da sua nacionalidade. Mesmo que quisesse, Milosevic não podia abrir mão desta parte do território jugoslavo; teria os sérvios - a maioria da população - todos contra si, perderia o poder e seria muito provavelmente substituído por alguém muito mais radical e nacionalista.

Não se percebe por isso, à luz dos argumentos invocados, a política da NATO, ou seja, dos EUA. A justificar-se uma intervenção internacional para dirrimir este problema interno, pelas alegadas razões humanitárias, nunca deveria ser pela via da guerra.

Ao atacarem a Jugoslávia e ao apoiarem (e armarem) os separatistas do Kosovo, Clinton e os seus boys *conseguiram o impensável: reforçar Milosevic, que classificam de ditador, e juntar os sérvios, que estão longe de ser uma massa homogénea, em torno da única coisa que provavelmente os une, o seu forte sentimento nacional.*

Ao atacarem os sérvios, atacando a Jugoslávia, os EUA e seus apêndices conseguiram ainda a proeza de acordar as velhas divergências religiosas que subsistem entre o Ocidente e o Oriente europeus. O apoio da Igreja Ortodoxa grega e cipriota-grega aos seus «irmãos ortodoxos sérvios» e a inequívoca condenação dos ataques da NATO aí estão para o provar. Na Grécia, o arcebispo Christodoulos falou das «forças cristãs do Ocidente» que bombardeiam «mosteiros ortodoxos», e afirmou que o fazem «porque nós, os ortodoxos, não somos fáceis de submeter a vontades impostas por outrem». Em Chipre, por seu lado, os dignatários religiosos ainda não esqueceram que o Ocidente não mexeu um dedo para proteger os cipriotas gregos quando a Turquia invadiu o norte da ilha, em 1974, apesar dos massacres que então se registaram. E aquela parte do território continua sob ocupação turca.

A política de guerra contra a Jugoslávia faz no entanto todo o sentido quando extirpada das vestes humanistas que a propaganda norte-americana lhe arranjou. Ao violar o próprio Tratado que a instituiu - nenhum dos seus Estados-membros foi, directa ou indirectamente, ameaçado pela Jugoslávia - a NATO mais não fez do que confirmar o seu carácter agressivo e, sobretudo, a sua natureza como instrumento dos interesses estratégicos norte-americanos. O facto é que os EUA, com o seu imenso poderio militar e avanço tecnológico, são hoje a única potência mundial, e não hesitam em lançar mão a todos os meios para impor as suas posições.

Os EUA querem a NATO nos Balcãs, essa zona no coração da Europa cujo delicado equilíbrio, mantido pacificamente durante mais de meio século, começaram a destruir com a guerra na Bósnia e o desmembramento da antiga Jugoslávia. O objectivo é ir mais longe, é derrubar todas as barreiras que ainda subsistem ao seu poderio, e para isso reacendem velhos conflitos e ateiam novos ódios.

É a paz na Europa que está hoje em causa, mas é um projecto de domínio mundial que está em curso.

A tragédia que se vive no Kosovo diz-nos respeito a todos. Quem pode dizer qual será o próximo alvo da mira norte-americana?

■ **Anabela Fino**

Milhares de pessoas manifestam-se contra a guerra

Mais de duas mil pessoas manifestaram-se, segunda-feira passada, frente à embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, para protestar contra os ataques militares da NATO à Jugoslávia. Ontem, em Aveiro e no Porto, manifestantes exigiram também o fim dos ataques militares, na convicção de que só uma solução pacífica poderá resolver a crise nos Balcãs.

Ambas as manifestações, convocadas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC - e que se inserem num conjunto de tomadas de posição e iniciativas protestos de que damos notícia nas págs. 5 e 6 deste «Avante!» - contaram com a adesão de dezenas de associações, partidos políticos, sindicatos e diversas organizações.

Em Lisboa, e de par de representantes do CPPC, do PCP, do Bloco de Esquerda, da UDP, e de muitas associações e organizações pacifistas e anti-racistas, estiveram também presentes diversos cidadãos sérvios, com destaque para jogadores de futebol que jogam em clubes portugueses, nomeadamente Filipovic, Zivanovic, do Nacional Madeirense e o jogador do Futebol Clube do Porto, Drulovic.

Palavras de ordem, cartazes e actos simbólicos marcaram esta concentração, em que as palavras de ordem mais repetidas foram «Paz sim, NATO não», «Portugal fora da NATO», «Assassinos».

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, esteve presente na concentração, acompanhado de uma delegação do partido, constituída por Rosa Rabiais e Albano Nunes, do Secretariado, e Domingos Lopes, do Comité Central.

Em Declaração distribuída na manifestação, Carlos Carvalhas questiona, nomeadamente, «em que é que a chamada *tragédia humanitária* do Kosovo é mais grave que a *tragédia humanitária* dos curdos na Turquia, dos timorenses em Timor, dos irlandeses na Irlanda, dos angolanos em Angola, dos palestinianos na Palestina».

Manifestação em Lisboa, frente à embaixada norte-americana

PCP vai apresentar queixa contra silenciamento pela RTP

A discriminação por parte da RTP, pelo silenciamento de tomadas de posição e iniciativas, levou o PCP a apresentar queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social. Aqui reproduzimos, na íntegra, as razões apresentadas pelo Gabinete de Imprensa.

1. O PCP anuncia que vai apresentar queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social contra a RTP por, ao longo de três dias que representaram um período especialmente sensível da vida política nacional, terem procedido a uma **inaceitável discriminação contra o PCP, através do quase geral silenciamento das suas tomadas de posição e iniciativas nos serviços noticiosos de maior audiência.**

2. Com efeito, a RTP, apesar da inegável gravidade e importância da matéria, ignorou e silenciou completamente a declaração especial que o Secretário-Geral do PCP fez na passada **sexta-feira** sobre a guerra contra a Jugoslávia e em que apelou ao Presidente da República no sentido de uma reponderação urgente da posição portuguesa face àquela agressão. Neste mesmo dia, o Telejornal da RTP também não transmitiu o comentário sobre os resultados da Agenda 2000 que, a seu pedido, tinha sido prestado por Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

A RTP também ignorou e silenciou completamente no **sábado** o 1.º dia dos trabalhos do Congresso da Juventude Comunista Portuguesa que reuniu cerca de 800 jovens comunistas e que, tanto pela participação como pelas matérias em debate, tinha óbvio interesse noticioso. Neste mesmo dia, o telejornal da RTP também omitiu declarações de Ilda Figueiredo recolhidas por uma equipa de reportagem da RTP num debate promovido pelo PCP no Porto.

Finalmente, a RTP ignorou e silenciou completamente, no **domingo**, a intervenção de Carlos Carvalhas no encerramento do Congresso da JCP onde, como seria fácil de prever, abordou importantes questões da actualidade política. Acresce ainda que, ao contrário do que tem feito com tantas iniciativas de outros partidos, a RTP nem sequer «repescou» para o Telejornal de 2.ª-feira o trabalho da equipa de reportagem que fez deslocar ao Congresso da JCP.

3. A discriminação feita é tão patente e afrontosa que se pode afirmar que se a RTP queria esconder dos telespectadores que o PCP é, dos principais partidos, o único que combate firmemente a guerra contra a Jugoslávia e se queria convencer os telespectadores que a vida política nacional se esgota na crise da AD e nos melodramas do PSD e do PP e na propaganda do PS, então dificilmente poderia ter feito melhor.

4. Os responsáveis da informação televisiva, enquanto cidadãos, têm todo o direito de sonhar porventura com um quadro partidário nacional resumido ao PS, ao PSD e ao CDS-PP. Mas, no exercício das suas funções, têm é o dever de respeitar as obrigações de pluralismo que a Lei da Televisão a todos impõe e o dever de respeitar o real quadro partidário que, gostem ou não, existe em Portugal.

5. O PCP não contesta naturalmente que as televisões tenham dado grande relevo à morte da AD e às suas sequelas. Mas contesta frontalmente que isso possa servir de justificação ou pretexto para discriminações e silenciamentos que rasuram e censuram a realidade plural da vida política nacional, causam óbvios prejuízos ao PCP e ofendem manifestamente o direito dos cidadãos a uma informação isenta e pluralista.

CNA entrega petição por mais Segurança Social

A Confederação Nacional da Agricultura-CNA entregou ontem ao Presidente da Assembleia da República uma *petição* sobre a Segurança Social dos agricultores portugueses. Um problema particularmente sentido, pois as graves dificuldades que atingem a agricultura familiar levam a uma persistente incapacidade de pagamento das prestações exigidas.

Esta petição é igualmente dirigida aos deputados e suportada por uma abaixo-assinado com mais de 4 000 assinaturas.

São objectivos primordiais do documento ontem entregue na Assembleia da República:

- Uma acentuada redução das prestações mensais a pagar pelos pequenos e médios agricultores, sem perda de direitos;
- A criação de um regime *especial* para esta categoria de agricultores;
- A melhoria das pensões e da reforma, bem como da assistência médica e medicamentosa dos rurais.

09199
5 603199 000445